THE LIBRARY OF THE
UNIVERSITY OF
NORTH CAROLINA

ENDOWED BY THE
DIALECTIC AND PHILANTHROPIC
SOCIETIES

F2536
.M7426

NO TEMPO DA MONARCHIA

JH

HEITOR MONIZ

F2536
.M7426

NO TEMPO DA MONARCHIA

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 26 1929 São Paulo

OBRAS DO AUTOR

DISCURSOS ACADEMICOS
(1923 — Esgotado)

PROSAS ESPARSAS
(1924 — Esgotado)

O 2.º REINADO
(1928 — 2.ª edição)

O BRASIL DE HONTEM
(1928)

AMORES HISTORICOS
(1929)

Ao meu amigo

XAVIER MARQUES

1931
RIO
957

UMA AVENTURA DE GONÇALVES LÉDO

Poucos homens publicos, em nosso paiz, tiveram o relevo e a notoriedade de Joaquim Gonçalves Lédo, o grande e implacavel inimigo de José Bonifacio e de todos os Andradas; aquelle que foi, na opinião, que eu, aliás, desapprovo, de alguns dos nossos historiadores, o verdadeiro patriarcha da nossa Independencia.

O que, porém, muita gente ignora, conhecendo tão sómente, nessa impressionante figura politica do primeiro Reinado, o agitador de idéas e o patriota, cuja acção firme e destemida tanto o elevou em sua época, é que elle foi, toda a vida, um "homme á femmes", não deixando nunca, em meio ás lutas mais notaveis em que se empenhou, de

ter sempre um vulto de mulher que lhe preoccupasse o espirito e atribulasse o coração...

E' Joaquim Manoel de Macedo, nas suas divertidas "Memorias da Rua do Ouvidor", quem nos conta, com aquella graça que era tão sua, uma interessante aventura amorosa do famoso jornalista e parlamentar fluminense.

A heroina dessa historia é uma mineira que morava, então, nesta capital. Um palminho de cara tentador. Um corpo que, "pelos seus contornos admiraveis, um estatuario tomaria por modelo". A graça estampava-se na sua physionomia petulante e deliciosa. Tudo nella dizia finura, espirito, attracção, sensualidade.

E' verdade que essa mulherzinha assim tão adoravel, de que a tradição não guarda o nome, porém Macedo convencionou chamar Francisca, dando-lhe o appellido, tão pouco poetico de Chiquinha, assombrava e escandalisava o Rio modesto e pacato daquelle tempo, com a soltura de seus costumes, a liberdade de sua vida, os desregramentos de seu proceder. Ella era facil nos amores. Prodigalisava aos seus amiguinhos desses agrados que não se barateiam. Gostava de cantar, rir, dansar... Acompanhava, na guitarra,

com os seus dedinhos de fada, os "lundús" que faziam a delicia dos nossos avós da Independencia, e ella os sabia dizer com os refinamentos de sua faceirice e o entonamento de uma voz afinadissima.

O autor da "Moreninha" refere que "não havia quem como ella cantasse com doçura, expressão e requintado gosto a "modinha", então em moda", versos do muito conhecido marquez de Maricá, que fizeram a sua época, no Brasil de 1822...

"Marilia, se me não amas,
Não me digas a verdade,
Finge amor, tem compaixão
Mente, ingrata, por piedade".

Gonçalves Lédo sabia, perfeitamente, de toda essa vida que a Chiquinha levava no Rio, gosando os seus dias com loucura, com desvairamento, esbanjando saude, esgotando-se, matando-se. Sabia como ella era requestada e como era querida. Mas sentia tambem a affeição especial que ella lhe consagrava. Via como preferia estar ao seu lado, a ficar com qualquer outro; como ella desprezava toda a gente, sempre que a sua figura insinuante surgia na sua frente. E Lédo, austero,

probo, cheio de principios, incapaz de contemporizações que o pudessem diminuir, vergou á affeição dessa mulher do povo; quiz-lhe com um carinho particular, e, talvez, mesmo, no meio de tantos vultos femininos que se atravessaram no seu caminho, fosse o della o que mais de perto conseguiu tocar na sua alma.

Ha uma canção popular franceza, onde se diz.

"Je l'aimai non par sa forme angélique,
Qui de Caton vaincerait l'ame stoique:
Quelque autre chose avant tant me charma
J'aimai Lucy... parce qu'elle m'aima."

Lédo poderia dizer da sua apaixonada alguma coisa semelhante a isso. Não a amou pela sua belleza, ou pela sua vida. Amou-a porque ella o amava e porque elle sentiu quanto havia de sinceridade no coração que aquella fruta selvagem lhe offerecia.

Em um momento decisivo na sua vida agitada de homem publico, mostra como tal paixão o dominava e quanta confiança a sua eleita lhe inspirava.

E' em outubro de 1822. José Bonifacio,

que a 28 desse mez, havia deixado o Ministerio, após uma séria desavença com d. Pedro I, volta ao governo, dois dias depois, de pazes feitas com o imperador, e inicia, com a sua costumada violencia e tradicional intolerancia, uma politica tremenda de reacção contra os seus adversarios. José Clemente Pereira e Januario da Cunha Barbosa haviam já sido presos e deportados. Os inimigos dos Andradas eram caçados com avidez. O Ministerio não tinha escrupulos, nem contemporizações.

Nessa emergencia difficil, Gonçalves Lédo anteviu, num relance, a sorte que o aguardava. Elle, a sombra negra de José Bonifacio; o seu rival junto ao imperador; o seu emulo na Maçonaria, onde os Andradas concentravam a sua força. Era preciso desapparecer. Era preciso fugir...

Gonçalves Lédo, nesta situação, não tirava da cabeça, um instante, aquella Chiquinha tentadora. Escondido, emquanto os amigos preparavam a sua fuga, não deixava, uma só noite, de atravessar a rua do Ouvidor, arriscando-se a tudo, — a ser preso, a ser morto, a ser deportado — para ir ver a sua amada. E foi de sua casa, segundo a versão a que Macedo dá mais credito — que, vestido de frade, seguiu para bordo, tomando o rumo

do exilio, afim de escapar á sanha vingadora dos seus desaffectos...

A sua liberdade esteve nas mãos daquella dissipadora do amor. Uma indiscrição, uma leviandade, bastariam para perdel-o. Não lhe inspirasse ella — uma mundana — a confiança que inspirou, e não fosse digna, como foi, da amizade que lhe consagrou, a immorredoura e historica figura de Gonçalves Lédo.

A MARQUEZA DE SANTOS E A POLITICA

E' uma coisa, ainda hoje, muito discutivel a influencia politica que a marqueza de Santos haja, porventura, exercido sobre o animo de d. Pedro I.

Que ella empolgou inteiramente o proclamador da nossa independencia, dominando, sem contraste, o seu espirito e o seu coração, sobre isso não ha, nem póde haver duvidas de especie alguma. E que d. Pedro, apaixonado, seria capaz de satisfazer a todas as exigencias é outro ponto acerca do qual podem vacillar os que estudaram a sua vida e o seu temperamento.

A questão está é em saber se a marqueza de Santos teria querido exercer essa influencia. E' se a marqueza de Santos ter-se-ia dei-

xado seduzir pelas doces miragens da politica e se chegou, realmente, a interessar-se por esta ou aquella corrente, por esta ou aquella facção, das muitas que se formaram e se degladiaram no primeiro reinado.

A esse respeito não existem, propriamente, documentos que possam, por uma vez, matar a questão e liquidar a controversia. Ha depoimentos mais ou menos suspeitos e mais ou menos errados. Ha referencias. Ha citações. Mas uma prova positiva da interferencia da marqueza de Santos, real e effectivamente, na politica, essa prova, até agora, não foi ainda formada. E difficilmente, sem se descambar no terreno da fantasia, será possivel... formal-a.

Tanto quanto se póde deduzir dos factos da época e de tudo o mais que a respeito consta nas velhas chronicas e documentos da nossa historia, a marqueza de Santos não foi nunca, na expressão exacta do termo, uma mulher politica, e preoccupou-se sempre muito mais em brilhar pelos seus resplendores naturaes, que em se distinguir como patrona de politicos.

O que se deve ter dado — e isso certamente o que se deu — foi a actuação da linda favorita imperial numa ou noutra questão politica, das innumeras que se suscitaram

naquelle periodo agitado da nossa historia que vae de 1823 até 1829, e assim, mesmo, mais por motivos elegantes que por outros quaesquer... A marqueza de Santos, como toda a mulher bonita e **coquette**, havia de desejar e gostar, mesmo, de ser cortejada. Não ha arma com que se possa mais facilmente seduzir o sexo fraco que a arma poderosa da lisonja. A formosa Dometila, elevada do fundo de sua modestia provinciana, á categoria de dama do Paço e alta dignitaria do imperio, possuia, como é facil calcular, uma legião avançada de inimigos. Muitos desses compraziam-se em humilhal-a. Havia dentro da propria côrte uma conspiração permanente contra ella. Qualquer daquellas damas de palacio — a marqueza de Aguiar, a baroneza dos Campos de Goytacazes, a marqueza do Maranhão, a viscondessa do Rio Secco — era uma pudicicia offendida pela vida impura da marqueza. José Bonifacio detestava-a. O marquez de Barbacena consagrava-lhe abertamente uma animosidade rancorosa. O marquez de Paranaguá guardava sempre no espirito as palavras asperas que d. Pedro lhe teria dito, por causa della, despedindo-o do Ministerio, como se põe na rua um funccionario relapso.

E' natural que d. Dometila de Castro, pro-

curando altear-se num ambiente que lhe era tanto, assim, hostil, gostasse de mostrar a sua força e evidenciar o seu prestigio. E que procurada e adulada por tantos politicos da época, tivesse, por mais de uma vez, usado de sua influencia em beneficio dos que lhe afagavam as vaidades, rendendo-lhe o preito de sua vassalagem.

Foi o que se deu, por exemplo, em 1823, quando a marqueza de Santos, junto a d. Pedro I, fazia uma pressão serissima em favor dos revolucionarios paulistas e fluminenses, aos quaes José Bonifacio, odiento e rancoroso, perseguia com uma tenacidade implacavel.

Costa Carvalho, o futuro marquez de Monte Alegre, politico em S. Paulo e inimigo inconciliavel dos Andradas, viera morar no Rio, vizinho á amante imperial. Travára relações com ella. Visitava-a. Cortejava-a. Dizem, mesmo, — ah! a eterna lingua dos maldizentes — que ella dividiu, um pouquinho, com elle, o seu amor. D. Dometila não tolerava José Bonifacio. Industriada por Costa Carvalho, via apparecer, subitamente, deante dos seus pés, uma opportunidade magnifica de pisar aquelle adversario terrivel.

E d. Dometila foi a d. Pedro. Ciciou-lhe nos ouvidos: José Bonifacio estava fazendo

no Rio, em S. Paulo, em toda a parte, uma politica feroz de perseguição e de exterminio de todos aquelles, que não lhe rastejavam as plantas. Visse quantos patriotas illustres, quantos brasileiros de serviços á causa da independencia, vinha escorraçando e maltratando... José Clemente Pereira estava sendo, a toda hora, humilhado e achincalhado... Gonçalves Lédo, para não ser morto ou deportado, tinha se visto na necessidade de disfarçar-se em frade e emigrar para o estrangeiro... O conego Januario fôra duramente forçado a deixar S. Paulo, para, em seguida, ser expulso do Brasil... Meditasse o imperador se era possivel continuar aquillo... Então dona Dometila fazia uma imprecação vigorosa e apaixonada ao seu amante para que fosse clemente, para que fosse piedoso, para que fosse bom, e concedesse a amnistia a tantos brasileiros iniquamente perseguidos á sombra de seu nome...

Foi em consequencia disso que a 16 de julho de 1823, José Bonifacio, após uma discussão violenta com o imperador, caia de suas graças e deixava o Ministerio. D. Pedro exigira do patriarcha o decreto de amnistia. Elle negou. D. Pedro insistiu. Veiu á baila, envolvido em adjectivos que a amesquinhavam, o nome de dona Dometila, e o amor proprio

do monarcha explodiu, fragorosa, vehemente...

O remate do episodio é a dissolução da Constituinte. José Bonifacio e Martim Francisco, demittidos, vão agitar a Assembléa e agitar a opinião. D. Pedro era impulsivo e arrojado. Chega a um ponto em que elle perde o dominio de si mesmo. Baixa o decreto dissolvendo a Assembléa e manda prender e deportar os Andradas.

Mas ha outros factos politicos nos quaes, ao que se diz — porém sem uma certa segurança e uma certa base — a marqueza de Santos interveiu: a assignatura do tratado de 29 de agosto de 1825, celebrado entre o Brasil e Portugal, sob os auspicios de Charles Stuart; a convenção com a Inglaterra, decretando a abolição do trafego negro; a organização do ministerio de 21 de novembro de 1825 e a conservação do de 21 de janeiro de 1826; a resolução de d. Pedro I, abdicando a corôa de Portugal, que lhe cabia pela morte de d. João VI, para ficar com o throno do Brasil.

O mais em que se envolve a marqueza de Santos é para obter favores pessoaes em beneficio de terceiros. Note-se bem isso: não é a mulher politica agindo em protecção de correligionarios, ou angariando proselytos para o seu agrupamento. Ella não teve, nem cara-

cter politico, nem propensão partidaria. E' a mulher vaidosa, a mulher que quer mostrar o seu poderio no espirito do homem que ama, e interfere para conseguir favores e alcançar mercês que demonstrem o seu valimento junto ao imperador.

Esse o caracter que se deve dar á nomeação de Francisco Magessi para presidente da Cisplatina; do Marquez de Santa Cruz para arcebispo da Bahia; de Mendes Ribeiro, cunhado da viscondessa de Castro, para presidente de Minas; de José Vicente Ribeiro para presidente de S. Paulo; do futuro marquez de Valença para Ministro do Imperio; de d. Nuno de Lossio e do padre Ferreira de Aguiar para senadores, nomeações, entretanto, que, não está provado, hajam sido realmente obtidas por unico e exclusivo empenho da marqueza.

Todos os depoimentos da época são unanimes — vê-se bem isso no livro de Alberto Pimentel sobre a favorita imperial — em accentuar a grande predominancia que ella tinha sobre d. Pedro. Mas examinados os factos, com minucia e com analyse critica, chegar-se-á á conclusão de que a marqueza de Santos não foi no rigor da expressão, uma mulher politica, nem se assignala na nossa historia pela influencia politica que houvesse

acaso exercido, sobre d. Pedro I. Foi, sim, a mulher garbosa, que, revoltada contra os que a ultrajavam, lançando-lhe ao rosto a sua situação esquerda na sociedade, reagia, mostrando que tinha força e tinha prestigio, muito maior que o de toda aquella gente que, por inveja, a procurava rebaixar.

A PRINCEZA D. AMELIA

Dos amores de d. Pedro I com a sua segunda mulher, a imperatriz d. Amelia de Leuchtenberg, veiu ao mundo, em Paris, a 1.º de dezembro de 1831, oito mezes após a abdicação do proclamador de nossa independencia, a princeza Maria Amelia.

Vida infeliz a que teve essa menina, nascida na phase mais agitada da existencia de seu pae, e destinada a só conhecer na terra o lado triste das coisas. Ella succumbirá na flor dos 22 annos, após dias sombrios de um longo penar, quando, talvez, pudesse começar para ella a felicidade que, afinal, não encontrou.

1831 é o começo da memoravel jornada civica, politica e militar que d. Pedro jogará, disputando em Portugal, contra todas as pro-

babilidades de triumpho, o throno de d. Maria da Gloria, sua filha, o throno que d. Miguel usurpara, proclamando-se rei e restaurando o absolutismo em sua patria. Foi quando Maria Amelia nasceu; o pae attribulado com os grandes acontecimentos daquelle anno terrivel, em que perdera a corôa do Brasil e vinha para a Europa, monarcha deposto, tentar a cartada suprema em Portugal; a mãe, doente e nervosa, abalada com o vertiginoso desdobrar de todos esses factos, incerta do futuro e cheia de apprehensões sombrias.

Gerada num ambiente, assim, tão pouco propicio, não admira que a princeza Maria Amelia saisse como saiu: uma compleição physica fragilima, uma saúde que era um crystal finissimo e, á menor falta de attenção, poder-se-ia, partir, como effectivamente partiu. Cada um vem ao mundo com o seu destino escripto nos livros da sabedoria divina. E todos seguem inevitavelmente o seu fadario.

Em 1833, após uma luta titanica, d. Pedro ganhara a partida. D. Miguel, batido, destroçado, não era mais um elemento computavel. O throno portuguez ia, emfim, caber áquella que seria na historia a serenissima rainha d. Maria II. Mas a fatalidade das coi-

sas: agora que d. Pedro, satisfeito o seu ideal de vêr a filha empunhando o sceptro que elle lhe passara, podia, mais calmo, mais tranquillo, mais feliz, consagrar-se ás doçuras do lar, ao amor da mulher que elle quiz, até o ultimo momento, á criação da filhinha de um anno e oito mezes, que era, nesta hora, a que mais precisava de seus carinhos e da sua protecção, agora é que d. Pedro sente, subitamente, aggravar-se a sua molestia, e, logo, em 1834, a 24 de setembro, exhala no palacio de Queluz, em Lisboa, o seu ultimo suspiro, seis dias após haver o parlamento declarado a maioridade de d. Maria II.

Um anno e oito mezes!... Pobre Maria Amelia! Orphã! Triste palavra. Orphã!

Então começa para d. Amelia de Leuchtenberg uma vida inteiramente diversa da que, até então, a imperatriz do Brasil vinha passando. D. Amelia tinha sido muito amiga de d. Maria II. Quando veiu para o Rio de Janeiro em 1829 desposar d. Pedro I, d. Maria da Gloria foi sua companheira de viagem, e ellas fizeram, desde então, uma solida amizade, mais cimentada, ainda, com a viva affeição de que se tomaram, um pelo outro, a rainha menor e o duque Augusto de Leuchtenberg, irmão da imperatriz.

Mas as intrigas da côrte, a differença de genio, as rivalidades de mulher, acabaram por afastal-as. E d. Amelia com a filha, separando-se da enteada, foi residir naquelle poetico e historico palacio das Janellas Verdes, até que em 1838, se decide a partir para a Baviera.

A Baviera! Como não lhe seria ali differente a atmosphera! Quantas recordações queridas ao seu coração não lhe acudiriam á lembrança! Era a terra de seu nascimento. Fôra lá que se criara, se educara e onde vivera até a sua partida para o Brasil. Era lá que estava a sua mãe, a princeza Augusta Amelia, viuva de Eugenio de Beauharnais. Lá reinava o seu tio d. Luiz I. Tudo lhe sorria. Tudo lhe falava á alma.

Nesta época, Maria Amelia estava nas suas oito primaveras. Era uma creança encantadora. Ha um perfil admiravel que della nos traça, no seu bello livro **A Segunda Imperatriz do Brasil** a sra. Maria Junqueira Schimitd, uma das escriptoras brasileiras de maior talento, de maior cultura e de maior elegancia de estylo.

A physionomia fina e aristocratica da filha de d. Pedro I, escreve a sra. Maria Junqueira "tão suave e tão loura, nada tinha her-

dado do pae. Era o que a raça allemã tinha de mais gracioso e de mais insinuante. Uma boneca rosa e loura, com o encanto a mais das creanças precoces e desembaraçadas". Viva, alegre, de "uma intelligencia pouco vulgar", "tornou-se o idolo da côrte".

Os annos porém, vão se passando. Estamos agora em 1850 e Maria Amelia conta 19 annos. Está em pleno fulgor de sua formosura radiante. Meiga, delicada, franzina, tudo nella respira graça, doçura e belleza. Viajara a Europa. Estudara linguas. Sabia historia, philosophia, mathematica. Mas dona Amelia sente saudades de Portugal, que ella não deixou jamais de querer muito. Acha que a filha deve conhecer a patria do grande homem que lhe deu o ser. E embarca para Lisboa, após uma ausencia prolongada de doze annos.

"Tão longa separação", no emtanto, commenta a sra. Maria Junqueira, "não esmorecera, nem diminuira a animadversão da enteada contra a madrasta". D. Maria II recebeu a imperatriz com uma frieza glacial, deixando-a isolada, como um ser de todo indifferente ao seu coração, no retiro do palacio das Janellas Verdes.

Ali, mãe e filha, intimamente ligadas, viviam uma para outra, a mãe apprehensiva

sempre com o estado de fraqueza que ameaçava permanentemente a saúde da filha; a filha a cuidar sempre da mãe, minorando-lhe os padecimentos moraes, cercando-a de carinho, de conforto. Ella sabia que agradava a dona Amelia os seus estudos sobre a historia e a literatura de Portugal. Então consagrava-se a elles com afinco, com interesse, fazendo, a olhos vistos, progressos espantosos. D. Amelia vivia para Maria Amelia e Maria Amelia para d. Amelia, ambas profundamente preoccupadas uma com a outra, a se adivinharem reciprocamente os pensamentos, a temer, tanto a mãe, como a filha, a desgraça que, de uma hora para a outra, poderia ferir uma das duas.

Não havia engano. Triste flor de exilio, a princezinha brasileira — Maria Amelia fôra como tal officialmente reconhecida pela lei n. 184 de 5 de julho de 1841 — não resistiu á tuberculose que já victimara o seu pae, e vinha lhe minando, desde ha tempo, o organismo. A grande e eterna desconfiança da imperatriz tornava-se, agora, uma realidade dolorosa, agora já depois de feito o noivado de Maria Amelia com Maximiliano, que seria mais tarde o desditoso imperador do Mexico. Num relance ella antevê toda a extensão de sua infelicidade. E' a sua via-crucis mais pun-

gente, mais dorida, mais cruel que vae começar. A certeza de que a filha morrerá! A filha, o seu unico consolo na vida, a unica razão de ser do seu peregrinar na terra.

Calhariz de Bemfica... Madeira... Por todos esses logares passa a viuva de d. Pedro em busca de melhoras para aquelle sêr querido que é todo o seu encanto. E a molestia, burlando tudo, os medicos, o tratamento, os bons ares, avança sempre, inclemente, impiedosa.

No dia da chegada á Madeira — conta, ainda, a sra. Maria Junqueira no seu livro primoroso, que já hoje não póde deixar de ser lido por quantos se interessam pelas coisas da nossa historia — "os fidalgos aprestam-se em cercar a princezinha. Antes do desembarque a imperatriz e a sua filha dão o beija-mão aos fieis amigos dos dias do soffrimento. Todos curvados, tremulos, sentindo ser esta a ultima despedida de Maria Amelia, concentram, no osculo que depõem sobre a delicada mão da princeza toda a sua sympathia, toda a sua compaixão. Maria Amelia demora o olhar sobre cada um dos circumstantes e, a garganta estrangulada por um soluço, nada lhes póde dizer".

A cartada estava mesmo perdida. A 4 de

fevereiro de 1853 no Paço das Angustias, da linda ilha do Atlantico, a filha de d. Pedro I e de d. Amelia de Leuchtenberg, entregava a alma a Deus.

D. PEDRO II E A IRREVERENCIA DE UM POETA

Em 1859, quando d. Pedro II visitou a provincia da Bahia, morava em São Salvador o poeta João Nepomuceno da Silva.

Irreverente, audacioso, de instincto natural revoltado contra as desegualdades sociaes e as agruras da sorte, era João Nepomuceno daquella mesma craveira dos Gregorio de Mattos, dos Pessoa da Silva, dos Laurindo Rabello. O povo já o chamava o **poeta grazeiro.** A sociedade temia-o pelo rigor de suas satyras que não poupavam a coisa alguma e feria fundo... O vate vingava-se da fortuna que lhe não sorrira, fustigando inclementemente, impiedosamente, os vicios, os abusos, os escandalos de sua época. Era des-

prezado, mas era temido. Era pobre de recursos e vivia dias amargos de uma existencia difficil, mas ameaçava sempre a todos com as iras e as explosões de seu talento.

Agora que o imperador vinha á Bahia, as autoridades provincianas mostravam-se alarmadas com o boato que, de bôca em bôca, andava pelas ruas da cidade: João Nepomuceno ia falar a d. Pedro II. Ia falar não com a linguagem falsa e hypocrita dos cortezãos do poder, porém, com a linguagem rude da sinceridade. Não pouparia nada. Diria tudo que sentisse e achasse ao seu soberano, sem peias na lingua, nem preoccupações de etiqueta. Protocollo? Protocollo iam ver o que era. Onde estava o seu direito de representação? E o seu direito de critica? E a sua liberdade de cidadão numa democracia? Não cedia a razão alguma. Não havia considerações que o convencessem. Não havia argumentos para o fazerem calar. Falaria ao monarcha. Ah! sim, falaria. Custasse-lhe isso, embora, o que custasse. E haveria de ser inexoravel. E haveriam de ver como se dizem verdades duras, para que dom Pedro não se deixasse illudir pelas apparencias de uma irrealidade. Nem promessas, nem conselhos, nem ameaças conseguiram dissuadil-o de seu intento. A decisão estava tomada. Aquillo estava assenta-

do. Eram favas contadas... Ou, então, o prendessem ou o matassem...

*
**

D. Pedro II chegou á Bahia a 7 de outubro. Dois dias antes João Nepomuceno desapparecera. Não se sabia do seu paradeiro. Ninguem tinha informações a dar a seu respeito. Os boatos alarmavam, então, a cidade. Teria sido preso? Fugiria? Desistiria de sua resolução? Não se sabia dizer...

Salta em terra o imperador. Forma-se, imponente, o cortejo. A Bahia está engalanada. Todas as ruas embandeiradas e apinhadas de gente. As janellas repletas de moças que, enthusiasmadas, vibrantes e alegres atiravam flores sobre a cabeça respeitavel do monarcha. No largo do Theatro, hoje praça Castro Alves, em frente ao docel ali especialmente armado para isso, d. Pedro recebia do presidente do Conselho Municipal as chaves da cidade. As musicas tocam. A soldadesca apresenta armas. O povo delira acclamando o augusto viajante. O corso prosegue... Redobram as acclamações populares. Os sinos repicam festivos. Sentem-se em tudo a alegria, a animação, o arrebatamento patriotico. E

d. Pedro, emocionado, satisfeito, o coração transbordando de contentamento, tem os olhos vidrados de lagrimas... Quanto o commoviam as manifestações do povo, do seu povo...

Emfim, o carro de sua majestade chega ao palacio do governo. No salão nobre começa a recepção official. O presidente da provincia, conselheiro Herculano Ferreira Penna, vae apresentando solennemente, protocollarmente, as autoridades, os deputados, os juizes, os vereadores... Vêm, depois, as corporações particulares, os chefes politicos, as pessoas gradas...

Subito um murmurinho estranho denota qualquer coisa de mudança no ambiente. Como que se sente uma sensação de surpresa... O presidente Ferreira Penna, angustiado, apprehensivo, franze o sobrolho. João Nepomuceno, o **poeta graxeiro**, vindo não se sabe de onde, apparecido não se sabe como, acabara de entrar na sala. Foi a sensação de uma granada que estourasse, de repente, ali no meio de toda aquella gente reunida.

O poeta, calmo, frio, indifferente aos olhares e aos murmurios caminhava para o imperador... A um metro de distancia estacava sobranceiro. Abaixa-se numa curva reveren-

ciosa, simples, secca. Balanceia a vista sobre o auditorio... e puxa do bolso as suas tiras. Fez-se um silencio de morte. As interrogações mais apprehensivas bailavam no espaço. Que iria dizer João Nepomuceno? Ao lado do presidente da provincia, do presidente da Relação, do provedor da Santa Casa, dos desembargadores, deputados e altos dignitarios, o chefe de policia continha-se para não agarral-o pelo gasnête e pôl-o pelas escadas abaixo.

Mas d. Pedro fizera um gesto bondoso de acquiescencia. O conselheiro Herculano Penna mordia os labios contrafeito. O presidente do Tribunal esbugalhava os olhos. Aquelle poeta era um louco. Era um atrevido...

E João Nepomuceno começou: (1)

— Majestade dá licença...
E recitou os seus versos:

Fardas saiam dos cantos bolorentas,
De balões uma vez fiquem varridas
As lojas do commercio brasileiro

(1) Manoel Querino, no seu livro "A Bahia de Outr'ora", narra o episodio, transcrevendo in-extenso a poesia-relatorio de João Nepomuceno da Silva.

Escovem-se as caponas e se remendem.
Velhos façam a barba; as moças comam
De sepo, e fitas se lhe façam ornadas
Colletes de tres terças e dois palmos.
Gravatas grandes de atrevidas pontas
Calças estreitas de fivella e cós.

Que cem annos já têm, se escovem hoje;
Chapéos sem abas de afiladas copas,
Camisas grandes, que a canela roçam.
Tudo veja contente a luz do dia,
E o grande arsenal se apinhe de povo;
Não entrem negros que não têm monarcha
Os pobres tambem não, que não têm rei.

Calcula-se, facilmente, o effeito dessas estrophes sobre o auditorio que enchia a sala do palacio do governo. Sentia-se naquelle ambiente uma atmosphera pesada. Olhares de todos os lados faiscavam furibundos. Só a presença de sua majestade imperial e a sua magnanima condescendencia em ouvir o satyrico atrevido impediam que se fizesse, ali mesmo, a João Nepomuceno, uma justiça na altura da irritação que elle causava.

Mas o poeta tinha se decidido a tudo e não se dava por achado. Queria que o imperador levasse uma impressão verdadeira do

que eram as coisas na Bahia. E começa flagellando com a sua ironia, o professorado vadio e incompetente:

Primeiro que os professores
Dão lição lá nas escolas,
De manhã de chambre velho,
De tarde de camizolas.

D. Pedro grave, erecto, não fazia, na face, a contracção de um musculo. O vate proseguia firme. Encarando o provedor da Santa Casa desenrolou o seu rosario:

O café, que não illude,
Parece agua barrenta;
E' o café que o mal augmenta,
Bem adverso á saúde.
O mingáo parece grude
Feito dagua e farinha,
Ralo caldo de gallinha
Bem picado de vinagre;
Parece tripa de bagre
Misturado com sardinha.

Houve um momento em que os animos parecia que não mais se conteriam. A insolencia do poeta attingia cada vez a uma altura maior. Era possivel continuar-se ali, cal-

mamente, friamente, a se ouvir todos aquelles desaforos? Agora o poeta investia contra a magistratura, contra a mais alta casa da justiça bahiana:

A nossa Relação de bons e máos
Desembargadores se compõe; é certo
Que ali ha mais brejeiros que homens sérios.

O relatorio de João Nepomuceno havia, porém, de ser completo. Com a voz alta, clara, compassada, elle continuava:

Senhor meu, toda a Bahia
Nada aqui em porcaria.
Eu vos affirmo, eu vos juro
Se não fosse a vossa vinda
Oh! existiria ainda
Em cada canto um monturo.

Contemplando-se a physionomia do conselheiro Herculano Penna tinha-se, bem viva, a impressão de que o presidente da provincia ia estourar de desespero. Pois que haveria de pensar de tudo aquillo o imperador? Mas d. Pedro II era o primeiro, com a sua impassibilidade, a desautorizar qualquer attitude

contra o poeta. O imperador ficando no seu logar a ouvil-o com complacencia, servia-lhe de um poderoso manto protector. E a satyra do "graxeiro" cortava como chibatadas de aço:

Ninguem mette aqui prego sem estopa,
Ninguem faz um favor sem pedir tres.

Afinal João Nepomuceno conclúe. A medida que as suas tiras escasseam entre os dedos, sente-se um allivio no salão. E elle sem se alterar:

Eu, João, poeta novo,
Graxeiro denominado,
Que não tarda proclamado
Ser defensor de seu povo,
Faço sciente que o rei
Que visitou nossa grei,
Recebeu meu relatorio
Este folheto notorio
Que sobre o povo atirei.

Fez uma reverencia e retirou-se, erecto, o passo firme, a physionomia serena com que entrara. O seu papel estava desempenhado. A sua veia satyrica dera plena expansão aos

seus impulsos. O poeta satisfeito e vingado podia ir, agora, tranquillamente para casa. Podiam esbordoal-o, podiam prendel-o, podiam matal-o. Mas elle desabafara e estava vingado...

O PERFIL POLITICO DO VISCONDE DE URUGUAY

Na historia politica do segundo reinado poucos dos nossos homens publicos tiveram a actuação ou desfrutaram um prestigio semelhante ao do visconde de Uruguay. Sem ter sido nunca presidente do Conselho, sem ter gostado jamais das posições de exhibição, recatado, modesto, arredio, o velho Paulino de Souza soube se impôr como uma das figuras centraes da sua época.

Nascido em Paris (1807), tendo feito no Maranhão o seu curso de preparatorios, frequentado em Portugal a Universidade de Coimbra, e se formado, finalmente, na Academia de Direito de São Paulo, começou a sua vida publica pela carreira por onde se iniciaram quasi todos os grandes vultos do

imperio: a magistratura. Juiz de Fóra em S. Paulo, juiz do crime, juiz do civel, assim veiu Paulino de Souza passando os seus annos desde 1831, quando colou o gráo de bacharel até 1835, quando se decidiu trocar a toga da Justiça pelas aventuras da politica.

Então acabava de ser promulgada uma das leis mais ruidosas que se fizeram na monarchia, o **Acto addicional,** e Paulino entrava no scenario como deputado provincial pelo Rio de Janeiro. Logo Feijó, apreciando o seu valor e premiando os seus serviços fazia-o — moço ainda de 29 annos — presidente daquella provincia, succedendo a Rodrigues Torres, o futuro visconde de Itaborahy. Em 1837, surgia Paulino eleito deputado geral, ficando desde ahi, na Camara, com breves interrupções, até 1849, quando incluido na lista triplice, para o Senado, foi o escolhido pela Corôa.

Deputado, desde o primeiro momento, se revela o homem consciencioso, o espirito esclarecido, o temperamento moderado, que, dentro de pouco tempo, iria exercer no seio do Partido Conservador a ascendencia notavel que exerceu. Era um rapazola que ingressava na Camara, com os ares de um velho e as attitudes de um chefe, e ia passando, victoriosamente, pela deanteira de muito poli-

tico mais antigo, e mais traquejado do que elle.

O anno de 1840 é um anno de grande agitação em todo o Brasil. E' o anno em que, após a experiencia de tres regencias, permanentes ou effectivas, trinas ou unas, a opinião nacional se levantava ao clangor revolucionario dos que se batiam pela maioridade immediata de d. Pedro II. Paulino de Souza era, nessa emergencia difficil da vida nacional, o ministro da Justiça do Regente Araujo Lima (gabinete de 18 de maio de 1840). Teve de enfrentar na Camara e fóra della tormentas terriveis. A exaltação de animos era cada vez mais intensa, não só entre os politicos, como nas camadas populares. Havia receios fundados de graves perturbações da ordem. As sessões da Camara corriam numa atmosphera incandescente e o povo, que a principio se limitava a dar vivas á maioridade, do lado de fóra, na rua, intervinha, agora, nos debates, apostrophando violentamente os seus adversarios.

Eis ahi como o futuro visconde de Uruguay se iniciou como governo, num momento dos mais graves na existencia politica do paiz, em que o throno de d. Pedro, o regimen monarchico e a propria unidade nacional corriam imminente perigo. Elle era, nesta situa-

ção difficilima, o responsavel pela ordem e a segurança publicas. E arcando com as difficuldades naturaes do momento e com as auras da impopularidade, conquistava no campo da luta os seus galões.

Victoriosa a campanha da maioridade, e, derrubado o ministerio, Paulino de Souza deixa o poder; porém menos de um anno depois, sobrevindo no governo sérias divergencias entre Antonio Carlos e Aureliano de Souza Coutinho, divergencias de que resultou a organização de um novo gabinete, o antigo ministro da Justiça da Regencia é convidado a tornar aos conselhos da Corôa, dirigindo novamente a pasta que deixára sete mezes antes.

O seu nome era indicado quasi que por todos os elementos politicos que dirigiam a situação, nota Pereira da Silva, como o de um homem necessario no momento em que se reclamavam os seus serviços.

O ministerio de 23 de março de 1841 é, como o outro de que Paulino fez parte, um ministerio afanoso, que se vae achar a braços com entraves de toda a ordem e na vigencia do qual rebentarão, successivamente, em S. Paulo e em Minas as duas revoluções liberaes de 1842. O gabinete apresentava-se ao paiz com um programma de politica moderadora, animado dos intuitos de não acirrar os

animos, e de promover, mesmo, quanto possivel, a concordia dos espiritos. Apezar da vehemencia com que os debates correram na Camara, ao comparecer perante ella o novo ministerio, e da pertinaz campanha contra elle movida, esforçavam-se vivamente aquelles que o compunham em não se deixar envolver pelas paixões que exacerbavam o ambiente, orientando a sua politica pelo espirito de cordura e de tolerancia.

Na composição do Conselho de Estado, então creado, o ministerio organizando-o, acima de quaesquer preconceitos partidarios, com nomes, todos elles, fóra de todas suspeições, como Paraná, Vasconcellos, Olinda, Monte Alegre, não deixou de incluir, entre os nomeados, liberaes como Lopes Gama, como o marechal Lima e Silva e como Manoel Alves Branco, o futuro visconde de Caravellas.

Mas os liberaes, apezar de tudo, continuavam numa offensiva tenaz. As tres leis que o governo arrancára do Parlamento, a custo de esforços ingentes, a lei transferindo das assembléas provinciaes para o governo a faculdade de nomear os vice-presidentes das provincias; a lei creando o Conselho de Estado e a lei reformando o Codigo Criminal, essas leis haviam produzido no paiz uma profun-

da agitação. A opinião se levantára ao influxo poderoso da eloquencia de Antonio Carlos, de Limpo de Abreu (visconde de Abaeté), de Christiano Ottoni, de Vergueiro, de Hollanda Cavalcanti, Antonio Carlos, e investindo directamente contra o throno, sustentava a velha maxima ingleza de que o **rei reina, mas não governa.** E Limpo de Abreu, na pujança de seus 44 annos, destemidamente o direito de revolução.

Em meio a essa procela, Paulino de Souza, enfrentando na Camara os adversarios, ou dirigindo no governo os negocios de sua pasta, mostrava-se de uma energia e de uma actividade incansaveis. Só os regulamentos que teve de fazer para a execução da combatida lei de 3 de dezembro (reforma do Codigo do Processo Criminal) demonstram a grande somma de trabalho desenvolvido pelo seu autor, ao lado da competencia technica e juridica com que elaborou os seus trabalhos.

A opinião estava, porem, por demais trabalhada. O Club Liberal, fundado nesta cidade e dirigido por Limpo de Abreu, aconselhava francamente ás provincias que não reconhecessem a legitimidade das novas autoridades policiaes nomeadas em virtude dos regulamentos de Paulino de Souza. De varios pontos do paiz surgiam protestos indignados

contra as tres famosas leis conseguidas pelo governo, até que, afinal, dissolvida a Camara a 1.° de maio de 1842, rebentavam, dahi a pouco, a revolução paulista dirigida por Feijó e pelo brigadeiro Tobias, e a revolução mineira dirigida por Theophilo Ottoni.

Ainda uma vez, Paulino de Souza, moderado, mas energico, mostra-se o homem de pulso que as condições exigiam, manobrando o barco do Estado, em todas as peripecias occorridas, com uma maestria que o sagrava definitivamente um estadista.

Deixando o governo a 23 de janeiro de 1843, logo a 8 de junho volta a elle de novo, como ministro dos Estrangeiros. Em 1849 é eleito senador pelo Rio de Janeiro, sendo escolhido pela Corôa, e em outubro, numa situação difficil, ameaçado o Brasil de uma guerra com o dictador argentino d. João Manoel Rosas, recorre-se a Paulino de Souza como o mais indicado dos nossos homens publicos para ser, naquella emergencia delicada, o director da nossa politica externa.

A esta época, todavia, Paulino já se encontra accentuadamente predisposto a deixar a intensa actividade politica que até então vinha mantendo. Em 1852, ao organizar-se o ministerio de 11 de maio, concorda, ainda, em continuar á frente da pasta que vinha di-

rigindo. Em 1853 entra para o Conselho de Estado. Em 1854 é agraciado com o titulo de visconde de Uruguay. Em 1855 vae á França para tratar dos limites do Brasil com as Guyanas, na qualidade de ministro plenipotenciario e enviado extraordinario junto á côrte de Luiz Philippe. Mas tanto chega, de volta, ao Brasil e logo torna uma realidade os seus designios. Afasta-se inteiramente da politica, elle que no seio do Partido Conservador era o chefe cuja palavra se ouvia para ser seguida. Recolhe-se ao seu gabinete de estudos, e consagrando-se, dedicadamente, aos seus trabalhos juridicos, publica, em 2 volumes os **Ensaios sobre Direito Administrativo** e em outros dois volumes os **Estudos praticos sobre a administração das Provincias do Brasil.** Essa ultima obra saia publicada em 1865, e, um anno depois, (15 de julho de 1866) o visconde de Uruguay dava como encerrado o cyclo da sua existencia neste mundo.

PEREIRA DA SILVA ELEGANTE E MUNDANO

A figura de Pereira da Silva é uma das mais sympathicas e mais insinuantes do 2.º Reinado.

Poeta, advogado, escriptor, capitalista, homem de salão, exercendo a sua actividade prodigiosa em tão multiplas quanto variadas espheras de acção, Pereira da Silva era desses homens que encantavam e attraiam, á mais leve approximação que se tivesse com elle.

Mandado desde cedo para a Europa, a concluir os seus estudos e aprimorar a sua educação, fixou-se em Paris. Conviveu em uma roda escolhida. Frequentou as aulas... e as salas de dansas. Tratou, egualmente, com os livros e com as mulheres. Quando

voltou ao Brasil era um erudito nas sciencias juridicas e um iniciado nas artes de Venus e de Cupido, sabendo render o seu preito de vassalagem á belleza e ao amor.

Tinha um temperamento fino e aristocratico. Cultivando as letras e a historia, escreveu uma série de obras que hoje lhe aureolam o nome, sagrando-o como um dos nossos historiadores mais fecundos. Depois de haver traçado os **Quadros da historia colonial do Brasil**, onde estuda a fundação da cidade do Rio, a tentativa de colonização franceza no Maranhão, a guerra dos Mascates, a guerra dos Emboabas, a sedição mineira de 1720, e faz o perfil de Amador Bueno, Vidal de Negreiros, Duclerc, Douguay-Trouin, Manoel Bequimão, escreve Pereira da Silva, em cinco grandes tomos, com mais de 400 paginas cada um, a sua **Historia da Fundação do Imperio Brasileiro**, que é, sob varios aspectos, por que se a encare, uma obra positivamente notavel na historiographia nacional.

Elle votava ás coisas do nosso passado um ardente amor patriotico, e escrevia sobre ellas com uma bôa vontade, uma paciencia e um interesse notaveis. Continuando aquella sua historia, que abrange 32 annos que vão de 1808 até 1840, publica o **Segundo periodo do Reinado de D. Pedro I**, a **Historia do Brasil**

de 1831 a 1840 e as **Memorias do meu tempo**, de 1840 a 1884. E não é tudo. Em dois volumes, Pereira da Silva estuda os **Varões illustres durante os tempos coloniaes**; edita, depois, o seu **Christovão Colombo e o descobrimento da America, a Historia e a Legenda** e o **Curso da historia dos differentes estados da America.** A sua fertilidade productiva é maravilhosa. De fantasia historica, escreve **Jeronymo Côrte Leal, Manoel de Moraes, D. João de Noronha** e **Aspazia**, chronicas dos seculos XVI, XVII, XVIII e XIX.

Não se circumscreve, porém, á narrativa e á ficção historica. Os seus horizontes são muito mais amplos. Pereira da Silva, ao lado de sua cultura encyclopedica, possuia uma admiravel facilidade de escrever. Cultivava a literatura e se interessava pelas questões essencialmente politicas, com o mesmo afan com que se consagrava á historia.

E vêm dahi os seus trabalhos literarios, **Nacionalidade, lingua e literatura de Portugal e Brasil. Felinto Elisio e a sua época, Considerações sobre a poesia épica e a poesia dramatica, Obras literarias e politicas, La literature portugaise, son paisé, son état actuel.** Vêm dahi os seus trabalhos politicos. **Situation sociale, politique et economique du Brésil,** e **Discursos parlamentares.**

Teve, Pereira da Silva, como se vê, uma vida intellectual bem intensa, tudo revelando nelle um desses espiritos privilegiados pela natureza, vida de observações, de estudos, de trabalhos, do que ficaram frutos optimos na magnifica bagagem bibliographica a que ligou o seu nome e sobrevive á sua morte.

Os pendores literarios de Pereira da Silva não lhe desviaram, comtudo, a vocação politica. Esta, exerceu sempre sobre elle uma attracção singular. Talvez, mesmo, o seu empenho e o seu gosto pela historia fossem um reflexo do interesse que a politica lhe despertava. Politica e Historia andam sempre juntas e intimamente unidas. Que é a politica senão o eixo em derredor do qual gira a historia? Que é, senão a historia que o desenrolar dos acontecimentos politicos e sociaes? Uma faz a outra. A primeira não se comprehende sem a segunda, nem a segunda sem a primeira. As duas se ligam e, pela propria força das coisas, não se podem separar.

Foi, provavelmente, essa inclinação de Pereira da Silva pelas occorrencias politicas, pelos vultos politicos, pelas questões politicas, que o levou ao estudo tão ameudado e tão profundo das nossas condições coloniaes, dos nossos movimentos revolucionarios, da fundação

do Imperio brasileiro e do reinado de d. Pedro I e d. Pedro II.

Como politico, porém, é certo accentuar que elle não foi nunca um exaltado. Vê-se bem isso, lendo-se as **Memorias de meu tempo**, onde, na descripção de factos contemporaneos, em muitos dos quaes figurou, mesmo, como parte, não se nota coisa alguma que possa traduzir apaixonamento. Foi um conservador, não direi displicente, mas um conservador moderado, com muito pouco espirito de partido e muito da sua autonomia pessoal.

Deputado provincial no Rio de Janeiro, pouco depois, em 1848, vinha eleito para a Assembléa Geral do Imperio. Pereira da Silva era, então, um advogado de larga nomeada. Tinha grandes amizades na sua terra natal. Ganhava dinheiro, fazia amigos, elevava o nome e solidificava o prestigio. Assim se explica, como de 1848 até 1888, veiu eleito, seguidamente, deputado geral, excepção feita de quatro legislaturas. E a sua situação politica, já nos ultimos annos da monarchia, se consolidava por tal modo, que por quatro vezes, em 1872, em 1886, em 1887 e em 1888, o seu nome foi incluido na lista triplice do Senado, para só da ultima vez, ser, afinal, escolhido.

Ao lado do homem de estudos e do homem politico, não é possivel esquecer o ho-

mem de sociedade. Pereira da Silva, culto e educado, sabia, como um **gentleman**, o trato das damas.

Ahi por voltas de 1850, 1851, os seus salões estavam no auge da fama e a elles compareciam as mulheres mais finas da aristocracia de então. O que era o Rio nesta quadra, resume-o, em poucas linhas, o Visconde do Rio Branco:

— "A população fluminense está atacada de uma fébre que lhe dá para aborrecer as eternas e banaes discussões politicas, para viver distraida e contente, tocando, cantando e dansando. Vêde a actividade que vae pelos estabelecimentos de "bom tom", o "delirio dos dandys". "Estamos em uma época verdadeiramente excepcional; não se fala, não se pensa, não se sonha, não se trabalha senão em bailes".

Homem de seu tempo e admirador dos prazeres da vida, Pereira da Silva dá recepções encantadoras. A sua casa, diz o Visconde do Rio Branco, é um "territorio neutro", onde se encontram "representantes das diversas classes da sociedade fluminense" e politicos de todos os matizes partidarios. Conservadores e liberaes, deputados, senadores, ministros lá se avistam, como se avistariam na Camara,

sem constrangimento, com alegria, com animação.

Em setembro de 1851, Pereira da Silva e a senhora, despedindo-se por terem de seguir para a Europa, dão um baile que se torna celebre nas notas sociaes do tempo. "Foi uma das reuniões mais divertidas e de mais gosto que tem testemunhado o Rio de Janeiro", disse, ainda Rio Branco, que era um galanteador e frequentava assiduamante os saráos mundanos. "O bello sexo apresentou-se fascinante, misturado com suas graças naturaes, as mais peregrinas galas e com seus risos, doces aromas de delicados e lindos ramalhetes. A dansa e o canto e, aos curtos intervallos, o passeio e o dialogo, fizeram que as horas passassem como instantes".

Pereira da Silva deve ter sido um homem feliz na vida e, se as apparencias não enganam, elle o foi effectivamente, occupando sempre, nas letras, na politica, na sociedade, os primeiros logares.

A LEI DO VENTRE LIVRE

Em 1871, quando o visconde do Rio Branco foi chamado aos conselhos da Corôa e se incumbiu da formação do gabinete de 7 de março, a idéa da emancipação dos escravos era já, por assim dizer, uma idéa victoriosa no seio da opinião publica.

De facto, desde a lei de 28 de setembro de 1850, a chamada **lei Euzebio de Queiroz,** de suppressão do trafico, vinha cada dia mais se accentuando, no espirito de toda a gente, que o instituto da escravidão era uma nodoa infamante a marear continuamente o brilho da corôa brasileira, attestado da nossa incultura e do nosso atrazo, que só nos fazia envergonhar e deprimir aos olhos do mundo culto.

D. Pedro II, com a sua alta visão das

coisas, comprehendeu claramente tudo isso. Em 1865, elle pede a Pimenta Bueno, seu amigo e uma autoridade em materia de direito civil, que organize um plano de ataque para resolver a questão do captiveiro, plano que Pimenta Bueno organiza em cinco projectos, que o monarcha faz Zacharias de Góes e Vasconcellos submetter á apreciação do Conselho de Estado. Em 1866, respondendo a um appello da Junta Franceza de Emancipação, o imperador se pronuncia pela extincção da escravatura. Em 1870, sob o gabinete Itaborahy, numa reunião que se tornou famosa, d. Pedro II, ouvindo do barão de Cotegipe que a questão da emancipação era "semelhante á pedra que róla da montanha", teve o desassombro de declarar que não vacillaria de se expôr á quéda da pedra, ainda que fosse esmagado.

E impellida do alto do throno, sob o patrocinio do proprio monarcha, a idéa da cessação do captiveiro evolue, engrossa, avança, amplia-se. Na imprensa, Ruy Barbosa e Luiz Gama tornam-se paladinos apaixonados daquelle ideal. Na Camara, em 1870, Itaborahy, presidente do Conselho, e escravocrata da gemma, é forçado a dizer:

— Estou convencido de que não ha ou

que ao menos são raros os brasileiros que não desejem vêr extincta, entre nós, a escravidão.

O conde d'Eu, general em chefe das tropas brasileiras no Paraguay, vencendo a guerra, abole a escravatura na Republica vizinha. Na côrte, o deputado Teixeira Junior, mais tarde visconde do Cruzeiro, agita brilhantemente a opinião, e requerendo se nomeasse uma commissão para elaborar um projecto que resolvesse o palpitante problema, punha em cheque, no terreno da confiança, o ministerio Itaborahy. Outro projecto surge alforriando, gratuitamente, os escravos da nação que estivessem a seu serviço... E a causa progride, faz adeptos, desperta enthusiasmos...

E' neste momento que d. Pedro chama Pimenta Bueno ao governo e fracassados os esforços do presidente do conselho, em favor dos projectos sobre o elemento servil que desde 1866 organizára, confia o monarcha o novo gabinete, que se vae formar, á direcção do visconde do Rio Branco.

O ministerio de 7 de março de 1871 é um dos mais memoraveis do 2.º Reinado. A luta irá começar assumindo proporções gigantescas, é quando, a 12 de maio, por intermedio do ministro Theodoro Machado, o governo apresenta o projecto do ventre livre, que uma vez convertido em lei é combinado com o de

28 de setembro de 1850, de suppressão do trafico, tornava a escravidão virtualmente extincta no Brasil. A 23 de maio, por motivo de molestia, d. Pedro II segue para a Europa, deixando com a princeza Isabel a Regencia do throno. A campanha vae ter o seu inicio. As posições estão definidas... os logares marcados, tudo preparado, tudo prompto.

O Visconde do Rio Branco, como presidente do conselho, e figura central do movimento, não é, apenas, o orador eloquentissimo, cujos recursos maravilhosos na tribuna surprehendem e admiram. Não é só o talento privilegiado. Não é só a cultura profunda. Tem qualidades notaveis de chefe de partido e, desde os primeiros embates na jornada que a victoria coroará, demonstra que os bordados de marechal que lhe ornavam o punho não foram conquistados senão no campo da luta, e conquistados valorosamente pela sua coragem, pela sua habilidade, pela sua firmeza.

Ao romper-se a discussão do projecto, as forças politicas na Camara, encontram-se quasi em equilibrio. O governo tem, apenas, ao seu lado, a metade e mais um dos deputados. A opposição está numa minoria disciplinada, intelligente, vigilante, disposta, dirigida por um homem da envergadura de Paulino de Souza e contando nas suas hostes ele-

mentos como Ferreira Vianna, José de Alencar, Pereira da Silva, Martinho Campos, Pedro Luiz, Perdigão Malheiros e tantos outros desse quilate.

Rio Branco, João Alfredo, Teixeira Junior, multiplicam-se numa actividade incessante para que os seus correligionarios não faltem nunca ao seu posto, na sua hora. Um descuido, uma facilidade, uma imprudencia poderia ter resultados de consequencias incalculaveis para a situação. A minoria não concorre com a maioria nem para o effeito de dar numero para a abertura da sessão. Mas uma vez começados os trabalhos e iniciados os debates, ella bate-se com um denodo infatigavel.

Então as discussões na Camara attingem a uma altura que só com o calor do ambiente, naquella época, poder-se-ia perfeitamente avaliar. "Nunca se tinha visto no Parlamento opposição tão numerosa, nem mais brilhante", diz Tobias Monteiro. "Nenhuma proposta do governo soffreu batalhas parlamentares tão azedas, pertinazes, estrategicas, tormentosas e prolongadas", depõe Pereira da Silva.

Os animos tocavam já ao auge da exaltação. Insultos violentos permutavam-se, a cada momento, na tribuna. Os oradores quasi não podiam falar, tamanha a avalanche dos

apartes, tantos os incidentes, as interrupções, os tumultos. As galerias repletas quebravam a linha de sua conducta e intervinham, tambem, nos debates, ameaçadoras e violentas. Houve, até, ameaça de pugilato, que o bom senso dos mais calmos sempre conseguia evitar.

Foi assim que passou na Camara o projecto do ventre livre, mais de cem dias após a sua apresentação (de 12 de maio a 29 de agosto) e, assim mesmo, sendo preciso que João Alfredo, que era o ministro do Imperio e foi o braço direito de Rio Branco, lançasse mão, como recurso supremo, dos requerimentos de encerramento das discussões, que lhe valeram o epitheto de "leader taciturno dos encerramentos" que, aliás, produziam sempre no animo liberal da Princeza Regente uma inpressão desagradavel que ella não conseguia nunca dissimular.

E a partida não estava, ainda, ganha. No Senado, se o grupo liberal chefiado por Nabuco de Araujo se decidira a cerrar fileiras em torno ao gabinete, o visconde de Itaborahy, chefe conservador, impugnava o projecto, secundado por diversos outros senadores, como elle egualmente contrarios ás idéas que o governo pretendia fazer vingar na pro-

posição que iria ser, dentro em breve, uma das grandes leis da monarchia brasileira.

Tornou-se preciso, ainda, um mez. Só a 27 de setembro, na famosa sessão das flores, o projecto, ungido e sacramentado, podia ser remettido á sancção imperial. Dia grandioso na historia do Senado do Imperio. As tribunas, as galerias, os corredores, os salões, regorgitavam. Quando o velho marquez de Abaeté, espectral e solenne, declarou da presidencia que o projecto esta approvado, foi um delirio. As palmas e os vivas pareciam nunca mais acabar. O recinto era inundado de flores... Foi nessa occasião que se deu aquella passagem famosa. O embaixador dos Estados Unidos, apanhando ao chão um ramo, proferiu, emocionado, essas palavras:

— "Vou mandar estas flores ao meu paiz para mostrar como aqui se fez, deste modo, uma lei que lá custou tanto sangue!"

O enthusiasmo popular excedia todos os limites. Quando Rio Branco saiu á rua, não se descreve a acclamação triumphal com que o acolheram. Como que retiniam, ainda, nos ouvidos do povo, aquellas phrases lapidares da eloquencia de Torres Homem:

— "Esses milhares de mulheres, que durante o curso de tres seculos tantas vezes amaldiçoaram a hora da maternidade e blas-

phemaram da Providencia, vendo os frutos innocentes de suas entranhas condemnados ao perpetuo captiveiro, como se fôra crime o ter nascido, levantarão agora os seus braços e as suas preces aos céos, invocando a benção divina para aquelles que lhes deram a posse de si mesmas".

O PERFIL POLITICO E MILITAR DE PELOTAS

A guerra do Paraguay revelou o general Camara. Foi já nos ultimos momentos da grande peleja, já depois das tropas brasileiras haverem occupado Assumpção, já depois do duque de Caxias ter deixado o commando supremo das armas, que passava a ser exercido pelo marechal conde d'Eu. As forças alliadas tinham já alcançado a victoria de Peribuhy, em que perto de oitocentos paraguayos perderam a vida, cerca de seiscentos sairam feridos e mais de quatrocentos foram feitos prisioneiros. Mas a conveniencia geral exigia a captura de Solano Lopez, o dictador em fuga, cuja liberdade poderia ser de consequencias imprevisiveis para a paz do continente, que elle, com a sua ambição, perturba-

ra, lançando a sua patria aos azares de uma luta de que haveria de sair, como saiu, completamente anniquilada.

Então o conde d'Eu, que á victoria de Peribuhy, juntara mais a de Campo Grande, em que morreram dois mil paraguayos e cerca de mil e trezentos se tornaram prisioneiros, convocara os officiaes generaes de seu exercito para assentar com elles o plano definitivo do combate final que deveria pôr termo á guerra. Foi nessa situação que, pelos seus meritos militares, o valor pessoal, o prestigio na classe, a habilidade estrategica, o nome do general Camara impoz-se ao conde d'Eu para substituir o general Osorio no commando da columna a que se commettia o encargo de ir ao encalço do inimigo em debandada.

Camara com 47 annos, sendo um dos generaes mais moços, podia-se considerar um dos soldados mais bravos. Não era em vão que nas suas veias corria o sangue do velho Patricio da Camara, 1.º visconde de Pelotas, cujo nome se inscrevera como heróe em fastos militares dos mais bellos e empolgantes na historia de Portugal e do Brasil.

Assumindo o commando da columna que Osorio dirigira, Camara vae mostrar como a confiança que os seus chefes depositaram na sua capacidade technica estavam bem á altu-

ra do que seria capaz de fazer. Flanqueando a cordilheira pelo rumo do sul, após uma série de peripecias em que, por varias vezes, revelou a sua capacidade de militar e o seu tino de chefe, chega ao Aquidaban, destroça os ultimos soldados do dictador paraguayo, vendo Solano Lopez cair morto, a pouca distancia, ferido por uma bala, quando esporeando furiosamente o seu cavallo, tentava escapar á sorte que o aguardava.

Era a 1.° de março de 1870 e com a quéda de Lopez, findava a guerra do Paraguay. Morriam, ao mesmo tempo, o filho do dictador, o vice-presidente Sanches, o ministro Camiños. A mãe de Lopez, caira prisioneira. Mme. Lynch, a amante do tyranno, mais os seus filhos, eram presos e levados á presença do general triumphante, que tinha, depois da peleja, o gesto generoso de declaral-os em liberdade, proporcionando-lhes todas as garantias para poderem deixar o Paraguay.

⁂

Voltando á côrte com o seu nome illuminado pelos laureis da victoria, o general Camara, agraciado com o titulo de barão de Pelotas e depois elevado a visconde com gran-

deza, membro do Conselho de Sua Majestade, dignitario da Ordem do Cruzeiro, Grã-Cruz da Ordem de São Bento de Aviz, official da Ordem da Rosa, vae começar a sua carreira politica sob os auspicios de uma estrella maravilhosa.

Liberaes e conservadores viveram sempre namorando o Exercito. A Caxias, conservador, contrapunha-se Osorio, liberal. Com a morte de Osorio, Pelotas é o grande requestado dos liberaes, da mesma fórma que os conservadores, desapparecido Caxias, procuravam, em vão, attrair Deodoro ao seu convivio. Em 1880, está Pelotas no Senado, eleito pelo Rio Grande do Sul, e ministro da Guerra no gabinete de 28 de março presidido por Saraiva.

No Parlamento, attingida no Imperio a posição de maior culminancia, o politico não desmerecerá o soldado. Pelotas distingue-se, sobretudo, pela sua lealdade, pela sua franqueza, pela sua coragem. Para elle a palavra não foi nunca, como para tantos tem sido, a arte de occultar o pensamento. Não illudia a ninguem. Não marombava na corda bamba das negociações e dos cambalachos. Peccaria pela rispidez, pelo desassombro.

Em 1886, quando rebenta a questão militar e Pelotas colloca-se no Senado á frente de

seus companheiros de armas, não se poderia proceder com maior dignidade, nem maior nobreza como a que elle teve em todas as phases do movimentado incidente.

Preso Cunha Mattos por haver, pela imprensa, censurado o ministro da Guerra, Pelotas sóbe a tribuna indignado com a mentalidade dos que suppõem que ser soldado é ser escravo, e levanta abertamente, francamente, o seu protesto contra "o arbitrio, o desacerto e a violencia" do governo. Vae além. Incita os militares a verem na punição daquelle seu collega "uma offensa a todos elles feita" e, declara, de accordo com a sua noção das coisas, que o official, "ferido em sua honra militar, tem o imprescindivel direito de desaggravar-se", mesmo quando as leis não permittem, ou mesmo quando as leis o vedem, porque acima de tudo, da obediencia e da lei, elle collocava a honra.

Não se podia falar com maior lealdade. Não se podia agir mais limpamente. Entendendo que o desaggravo devia ir até á mão armada, até á revolução, não enganava, nem queria enganar a ninguem. Quando, numa reunião que se effectuou em sua casa, assenta-se tudo entre Deodoro, Benjamin Constant, Serzedello Corrêa, Senna Madureira, elle pede o prazo de um dia...

Vacillação? Incerteza? Não. Queria o dia livre, declara, para "como soldado e como senador, dizer ao governo, da tribuna do Senado, o que ia fazer". E disse. Lá estão nos Annaes do anno de 1887 as palavras que proferiu em aviso ao barão de Cotegipe, então presidente do Conselho:

— Um de nós dois está perfeitamente illudido nesta questão. Declaro francamente que desejaria que fosse eu. Desgraçadamente, porém, parece que é sua excellencia.

E mais claramente:

— Não sabemos o que poderá acontecer amanhã apezar do nobre presidente do Conselho confiar na força armada que tem á sua disposição. Taes serão as circumstancias que bem possivel é que ella lhes falte. Reconsidere o nobre presidente do Conselho o seu acto por amor deste paiz, e quem sabe se por amor ás instituições.

Os debates acaloram-se. E Pelotas, pegando-se com Ribeiro da Luz, ministro da Guerra, desafia-o corajosamente:

— Pois mande responsabilizar-me.

— Mas v. ex. sabe que só tem um tribunal competente para o julgar, que é o Senado.

— Pois peça licença ao Senado. Eu declaro, e não faço a menor duvida em dizel-o,

que não quero as immunidades que tenho como senador.

Pelotas assignara quatro dias antes, com o marechal Deodoro, o manifesto de 14 de maio, em que se liam phrases incisivas como estas:

"Havemos de manter-nos no posto de resistencia á illegalidade, que é do nosso dever, do qual nada nos arredará emquanto o direito postergado não receber a sua satisfação plena".

Agora no Senado, assumia inteiramente a responsabilidade de sua attitude e incitava o governo a deixar de vêr nelle o senador, por isso que abria mão de suas prerogativas, para vêr só o general que o incitava a agir como não agem "os governos fracos" que se "desacreditam" e nos "desacreditam" (textual).

Pelotas não admittia que se tratasse o soldado como se trata um lacaio. O governo negando aos militares o poderem manifestar livremente o seu pensamento pela imprensa, não só lhes roubava um direito, como os humilhava e os amesquinhava, excluindo-os das garantias asseguradas pela Constituição e pelas leis do paiz a todos os cidadãos brasileiros, sem farda ou com ella.

O discurso do barão de Cotegipe, respon-

dendo ao visconde de Pelotas, é mais do que um appello; é mais do que um recúo, é um pedido de soccorro.

"— Visconde de Pelotas, exclama Cotegipe, estaes no ultimo quartel da vida; estaes coberto de serviços; sois uma das garantias da ordem, contende os impacientes, contende esses descontentes, porque a persistirdes neste caminho tereis de chorar lagrimas de sangue pelas consequencias, se ellas se realizarem como temeis".

E Cotegipe accrescentava, solicitando o amparo de Pelotas:

— Este acto, sr. marechal, seria para v. ex. muito mais digno de louvor e o elevaria ainda mais no conceito de seus concidadãos e na historia do futuro de sua patria.

Todo o discurso do presidente do Conselho é uma imploração.

"O nobre senador appellou para mim, eu appello para o nobre senador. Eu estou impossibilitado: o nobre senador não está".

"A minha desistencia seria a minha deshonra, e o meu collega não ha de permittir que tambem eu, no ultimo quartel da vida, acabe por esta fórma os meus dias".

Sente-se que o chefe do governo, comprehendendo a gravidade do momento, não pôde esconder o seu alarme.

"— Quantas horas da noite, pergunta, não tenho eu passado sem somno, considerando no estado do meu paiz?

O nobre senador, lido na historia, sabe que o grande heróe Henrique IV, no primeiro encontro que teve em Ivry, tremia como varas verdes; mas elle disse, referindo-se ao corpo: — Carcassa, hei de dominar-te. Assim tambem, comparando as crises agudas, com as pequenas disse e repito: A carne é fraca, mas o espirito é forte".

"Não é de rosas o meu leito. Mas que hei de fazer? Fugir? Não; é preferivel morrer no posto a praticar um acto tão ignominioso".

Nesta emergencia delicada e difficil da vida nacional, a chave da situação estava em poder de Pelotas. Não tivesse elle cedido ás instancias de Ouro Preto e de Silveira Martins, seus amigos, seus correligionarios, concordando com a moção de 20 de maio, em que o Senado convidava o governo a "fazer cessar o effeito das penas disciplinares", applicadas aos officiaes punidos por haverem discutido na imprensa, e ninguem sabe que acontecimentos se teriam desenrolado, nem o rumo que elles haveriam seguido.

Politico, Pelotas, foi um homem de atti-

tudes francas e definidas, de uma franqueza e de uma lealdade que em outro ambiente e em outra época, poderiam importar no sacrificio de sua carreira.

Caida a monarchia, o governo provisorio da Republica nomea-o presidente do Rio Grande do Sul, o que elle acceita, como confessará mais tarde, "para evitar a perturbação da ordem publica, e talvez mesmo a guerra civil" em sua provincia.

Mas quando Ouro Preto o increpa de ter se collocado contra o throno, elle reclama e escrevendo, em 1890, ao destemido presidente do gabinete de 7 de junho, declara com o seu costumado desassombro:

"— O pronunciamento da guarnição do Rio, que deu em resultado a proclamação da Republica surprehendeu-me mais do que a v. ex. que delle teve aviso horas antes".

"Não julgava possivel a Republica emquanto vivesse o imperador, e dahi a minha surpresa. Se de mim tivesse dependido a sua permanencia como chefe da nação, affirmo-lhe que não teria sido deposto. A Republica teve contra si haver sido feita por um pronunciamento militar, representado pela quinta parte do Exercito. A nação foi estranha a esse acontecimento, que acceitou como facto con-

summado. A sua indifferença foi injustificavel".

E' uma attitude que define a linha de conducta moral de um homem.

O ESPIRITO DE FERREIRA VIANNA

A figura de Antonio Ferreira Vianna é uma das mais sympathicas que se conheceram no segundo imperio. Orador, advogado, jurisconsulto, deputado, ministro da Corôa, elle foi, sobretudo, uma alta expressão de intelligencia e de cultura. Illuminando durante oito annos a tribuna do nosso Parlamento, Ferreira Vianna tornou-se um dos mais legitimos expoentes da oratoria e da eloquencia brasileiras. Teve successos memoraveis. Entreteve pugnas gigantescas. E mais de uma vez transpôz as soleiras da Camara com os laureis de um victorioso.

A sua palavra arrebatadora encantava o auditorio. Defendendo uma causa, ou combatendo um ministerio, tinha-se a impressão nitida, viva, de que uma força maravilhosa e

desconhecida o animava, conduzindo-o a alturas imprevisiveis. As vezes que se annunciava um discurso de Ferreira Vianna, tornavam-se dias de festa na Camara. As tribunas se enchiam. O povo corria ás galerias. E era um movimento geral de attenção quando elle — a "figura socratica, enigmatica, expressiva, mas desconcertante", na phrase feliz do sr. Affonso Celso — dava inicio á sua oração. Começava sempre vagarosamente, phrase a phrase, sem pose, sem arremessos, sem exhibição, "o ar humilde e monachal, olhos baixos, immovel, como a pedir misericordia"... Assim, aos poucos, imperceptivelmente, o orador ia ganhando e empolgando os seus ouvintes até que, quando menos se esperava, dominava, inteira, a casa...

"Ora prégador, ora tribuno, ora palestrador, escreve o autor dos "Oito annos de Parlamento", brincava com a palavra, e a coloria, e a torcia e a maneiava como perito artista o seu docil instrumento. Aqui movimento e fervor, adeante calma e majestade, além entonações burlescas, mais tarde indignação, zombaria, dôr, a ponto de se temer que lagrimas saltassem".

*
**

Este homem tão austero, sério, respeitado, tão bem provido pela natureza no capitulo das dotações intellectuaes, teve como feição dominante de seu espirito, a ironia, a ironia ferina e uma espontaneidade surprehendente, fosse na palestra, fosse na tribuna, fosse na imprensa, versasse elle embora qualquer assumpto, do mais grave e importante ao mais trivial, e sem significação. Por tudo isso, já Constancio Alves, penetrando-lhe na psychologia intima, havia escripto: "Ninguem, é certo, possuiu, entre nós, como elle, o segredo de resumir num dito a critica de uma acontecimento, pintar com uma anecdota uma situação, espalhar em discursos, para encanto dos ouvintes e amargura do adversario, pequenas phrases com azas e ferrão de abelha".

Ha num opusculo de Ernesto Senna (1) sobre o ministro da Justiça do gabinete João Alfredo uma série de anecdotas que mostram, com exactidão, a finura do humor de Ferreira Vianna.

Certa feita, visitando a Casa de Detenção, demorou-se a conversar com um dos presos,

---

(1) "Conselheiro Antonio Ferreira Vianna, sua vida e suas obras".

— rapaz joven, insinuante, attencioso, — que lhe contava, commovido, a sua desdita: condemnado e mettido no carcere, por haver abusado da honestidade de uma menor.

— Mas por quanto tempo foi condemnado? — indaga o ministro com interesse.

E o rapaz, a physionomia contente, esperançado de reconquistar a liberdade:

— Por quatro annos, senhor doutor... Já cumpri dois annos de prisão e ainda me faltam dois...

Fez uma pausa. Os seus olhos brilhavam:

— Se v. ex. quizer me proteger, obtendo o meu indulto, eu me comprometto a casar com a moça...

Ferreira Vianna olhou-o com piedade. Pôz-lhe a mão no hombro, patriarchalmente:

— Olha, meu rapaz, quer um conselho? Um bom conselho?

— Caso com a moça, doutor...

— Não. Cumpra o resto da pena...

Este outro caso passa-se no Convento de Santo Antonio, onde Ferreira Vianna tinha a sua cela e ali morou durante largos annos. Frei João, o velho e bom provincial daquella casa religiosa, falava, cheio de contentamento, pela entrada do amigo para o monasterio.

— Vê v. ex. a sorte do convento... Quantas pessoas que aqui moraram têm sido mi-

nistros e estão occupando elevadas posições no Imperio!

E enumerava uma a uma, satisfeito, o rosto inundado por um grande riso de bondade. Foi quando o conselheiro o interrompeu:

— Frei João, frei João, fale baixo... e não contes isso lá fóra, a ninguem...

E para o frade attonito, espantado:

— Senão o convento fica cheio de moradores, frei João!

Uma vez, na Camara, Ferreira Vianna combatia o ministerio com o seu vigor habitual e o presidente do Conselho, defendendo-se dos ataques, estava só a falar **na sua consciencia, na sua consciencia,** frisando que estar satisfeito com ella era o quanto lhe bastava, Ferreira Vianna aborreceu-se com o estrebilho.

— Consciencia... consciencia... disse o grande orador. Tenho um creado, ilhéo, que todas ás vezes que profiro esta palavra não se contém de dizer-me: "Consciencia, meu amo, foi uma cabra que tive em São Miguel e morreu-me sem deixar cabritos"...

A Camara rebentou numa gargalhada geral, unisona que desaprumou o presidente do Conselho. Só elle e Ferreira Vianna eram os unicos que não riam em toda a sala.

Ha uma phrase do admiravel autor da Conferencia dos Divinos que revela quanto conhecia a alma dos nossos politicos e o temperamento da nossa gente. Era, em Paris, após a proclamação da Republica. Na sala de jantar do conde de Nioac, dom Pedro II conversava animadamente, num grupo, com Ernest Renan, o conde Motta Maia, Eduardo Prado, Pires Brandão. Foi quando, vindo á baila a restauração do throno brasileiro o velho e glorioso monarcha interpellou-o a respeito. Acreditava nisso?

— Sim, respondeu Ferreira Vianna. Acredito. E tanto que, desde já, eu peço a vossa majestade que se comprometta a fazer-me uma graça nesse dia.

D. Pedro sorriu.

— Comprometto-me... Mas qual é a graça?

E Ferreira Vianna muito sério, muito grave:

— O decreto do meu banimento para não assistir a novo adhesismo.

Dizia isso o emerito jurisconsulto brasileiro com a sua alma de patriota amargurada. Pronunciara enojado e triste aquella phrase simples, mas no fundo tão cruel, e que lhe saira, espontaneamente, do coração. A monarchia não foi restaurada, é verdade. Mas

a phrase de Ferreira Vianna é de uma psychologia admiravel. Se a Republica viesse abaixo — ou por uma conspiração militar, como a que a proclamou, ou por outra qualquer circumstancia — era certo se dar o que Ferreira Vianna previra: um novo adhesismo, incondicional, quiçá vergonhoso, como o de 15 de novembro de 1889. E' preciso que os bons republicanos tenham a coragem de reconhecer essa incontestavel verdade historica: que a nação presenciou, indifferente, a mudança do regimen, acceitando, para não se incommodar, o facto consummado. Ou na phrase incisiva de Aristides Lobo, que foi ministro do governo provisorio: — **O povo assistiu bestificado á proclamação da Republica.**

***

Ha, ainda, uma outra anecdota que revela "humour", a philosophia, o desprendimento com que Ferreira Vianna levava a vida. Estavamos, então, em plena agitação revolucionaria, na rebellião chefiada pelo bravo Custodio José de Mello contra o governo de Floriano Peixoto. A tropa legalista montara no morro da Gloria um grande holophote con-

tra o qual se dirigiam constantes granadas dos navios insurrectos. O conselheiro Ferreira Vianna morava, nessa época, naquellas immediações, e os seus amigos, receiosos, insistiam com elle, pedindo não se arriscasse tanto, conservando-se ali.

— Mas para que? respondia sem sobresaltos e com doçura na voz. Se eu moro no logar mais seguro...

— ?!!...

— O alvo...

E com esta displicencia manteve-se firme, até o fim. Não foi capaz de mudar-se.

*
**

Até os seus derradeiros dias de vida, conservou Ferreira Vianna, inalteravel, o seu bom humor. Alimentava-se muito pouco, quasi nada, e quando alguem se animava a fazer-lhe ver os inconvenientes deste regimen, costumava responder:

— Com o meu fastio tenho uma consolação... Não me poderão gritar o "Comeu... comeu da época".

Aos que apprehensivos com a sua saúde,

notavam como elle emmagrecia, galhofava com a jovialidade do costume:

— Ando magro para ser agradavel aos meus amigos que não terão um esquife pesado a carregar...

Era o mesmo homem de sempre, ironico, sarcastico, cuja veia humorista não se extinguia nunca, o mesmo homem que quando João Alfredo convidava em 1888 para fazer parte do ministerio, replicava com esse delicioso epigramma que batia em cheio nos aduladores de palacio e nos cortezãos de São Christovão:

— Como hei de ir ao paço... se eu não tenho... a roupa apropriada?...

Foi Ferreira Vianna um bello espirito de homem, um grande orador, um grande estilista, um grande coração e teve sobretudo, como suprema gloria de sua vida politica, um grande espirito liberal, o monarchista que verberava, na Camara, as violencias praticadas contra os propagandistas da Republica, e proclamava com o desassombro de suas attitudes:

— Não é permittido arredar da arena nenhum combatente, qualquer que seja a sua idéa, como não o é privar-se o homem de respirar. A victoria não cabe á força, mas á ra-

zão. Nada de perseguições; os martyres vencem. Que a bandeira da liberdade fluctue sobre nossas cabeças; ella confundirá todos os erros e fará prevalecer a verdade.

D. PEDRO II E A ABOLIÇÃO

Naquella tarde de 22 de maio de 1888, em Milão, a Imperatriz dona Thereza Christina, sentada numa cadeira, a face pallida, as mãos nervosamente crispadas, estava desolada.

D. Pedro II fôra atacado de uma pleurisia aguda, logo seguida de uma terrivel febre palustre, e jazia no seu leito, quasi moribundo, a definhar, sem haver esperanças de que o soberano brasileiro pudesse recuperar a saude.

Charcot, o notavel scientista e medico francez, fôra chamado ás pressas e viera de Paris postar-se a cabeceira do enfermo. Já o dr. Sanamola e o dr. Giovani, duas comprovadas capacidades medicas da Italia, tinham esgotado todos os recursos da sciencia para salvar aquella vida tão preciosa. E a molestia

pertinaz, insistente, terrivel, proseguia, implacavelmente, a sua marcha.

Então, todos previam um desenlace fatal. O Imperador vae perdendo, gradualmente, as suas forças. Os medicamentos não produzem os effeitos desejados. Que ha mais esperar?

Naquelle triste 22 de maio de 1888, os medicos, afinal, desenganados, haviam dito a dona Thereza Christina toda a verdade cruel.

— E' o momento de Vossa Majestade mandar chamar um padre...

Dahi ha pouco o arcebispo de Milão confessava o Imperador e ministrava-lhe os ultimos sacramentos. Era uma scena tocante. D. Pedro mal podia proferir as palavras. A Imperatriz, acabrunhada, tinha o rosto banhado em lagrimas, lagrimas que ella procurava sustar, que ella queria esconder, mas naquelle instante supremo, não o podia mais.

⁂

...E no Brasil, nove dias antes, a Princeza Imperial, regente do throno, havia assignado a lei de 13 de maio, abolindo a escravidão no paiz.

Dona Thereza Christina, naquella hora tragica de sua vida, pensava como não seria grato ao coração e ao espirito de d. Pedro II

a noticia de que estava realizada uma das maiores aspirações do seu Reinado. Ella sabia melhor do que ninguem — e tinha para o julgar todos os elementos — quanto o Imperador acariciava a idéa da Abolição e quanto elle soffria por ser, ainda, o Brasil, uma terra de escravos...

D. Pedro II, se houve coisa pela qual vivamente se interessasse, foi pela extincção do captiveiro. Em 1850, quando se tratava da lei de repressão ao trafico e se mostrava ao monarcha de 25 annos os perigos a que, pela sua inexperiencia, expunha o throno, d. Pedro replicára, energico:

— Prefiro perder a corôa a tolerar a continuação do trafico de negros.

Em 1866, respondendo a um appello da Junta Franceza de Emancipação, o soberano brasileiro manifestára, abertamente, francamente, a sua opinião contra a tremenda instituição do captiveiro. E' elle quem incumbe Pimenta Bueno da elaborar os seus projectos em favor dos escravos. E' elle quem faz com que esses projectos sejam submettidos ao Conselho de Estado. E' elle quem insiste com os seus ministros para não se descurar do assumpto e para abordar a questão nas falas do throno. E' elle o braço forte do projecto de emancipação dos sexagenarios.

E' conhecida a phrase com que, em 1870, em reunião do Conselho de Estado, revidou a Cotegipe:

— A questão da emancipação, dizia o estadista bahiano, é semelhante á pedra que rola da montanha. Nós não a devemos precipitar porque seremos esmagados.

D. Pedro respondeu:

— Não duvidarei de me expôr a quéda da pedra ainda que seja esmagado.

Mas não era só. D. Pedro emancipára os escravos que pertenciam á casa imperial. Quando se celebrou a paz, após a guerra do Paraguay, um dos actos do governo brasileiro, por intermedio do conde d'Eu, genro do Imperador, foi abolir a escravidão naquella Republica. Em São Paulo, na cidade de Lorena, quando por ali passou em 1886, sendo convidado para entregar a dois escravos, duas cartas de alforria, d. Pedro disse:

— Nada me podia ser mais agradavel, para commemorar a minha visita, que conceder liberdade a captivos.

E em Campinas, ao acabar de emancipar um escravo, o Imperador, com surpresa para toda a gente, estirou-lhe a mão, apertou na sua a do negro e encorajou-o com uma phrase meiga.

Dona Thereza Christina, no transe doloroso em que se achava, agora, em Milão, pensaria, por certo, em tudo isso; todas as scenas, todas essas attitudes passariam, talvez com um redomoinho, pela sua memoria agitada, e ella calcularia como o seu esposo haveria de fremir de contentamento, se elle pudesse saber que a sua patria, graças a Elle e graças á sua filha, estava limpa, a partir daquelle momento, da mancha aviltante da escravidão.

⁂

Reinava na sala um silencio profundo. A meiga, bôa e carinhosa Imperatriz, fazendo sobre si mesma um esforço tremendo, encaminha-se para o leito do moribundo. "**Les docteurs que le soignaient,** diz B. Morse, **désespérarent de le sauver**". Elle estava "**tombé dans un état d'anémie et de faiblesse extréme, sur le point de socomber**", diz o dr. Henri Huchard; "**un grand danger menaçait ses jours**".

D. Pedro abre os olhos. Ella espera anciosa, commovida, um momento de lhe poder falar melhor. Então, dona Thereza Christina toma coragem, e communica-lhe os despachos recebidos do Brasil, desde o dia 13, não havia

mais escravos na patria do Imperador. Estava feita a abolição completa. Isabel cingia, agora, em sua fronte, a corôa de Redemptora...

Subito, d. Pedro se transfigura. Passa no seu olhar uma chispa quente de vida.

— Então não ha mais escravos no Brasil ?— pergunta com a voz trémula e sumida.

— Não. A lei foi votada a 13 de maio; a escravidão está abolida — responde dona Thereza Christina.

D. Pedro reanima-se com a emoção. Os seus nervos em lethargia despertam:

— Rendamos graças a Deus — exclama. Telegraphae já a Isabel, mandando a minha benção, com todos os meus agradecimentos á nação e ás Camaras...

B. Mossé, no seu livro "D. Pedro II, empereur du Brésil", descreve a scena emocionante: "Todos os que o cercavam acreditavam estar junto a um moribundo. Mas seu patriotismo lhe inspira a força de pronunciar essas palavras tocantes:

— Oh! o grande povo!... o grande povo!"

D. Pedro tinha os olhos rasos d'agua. Apertava, commovido, as mãos da Imperatriz. "A felicidade profunda que elle experimenta sabendo que seus subditos estavam todos livres d'oravante, produziu, em todo

o seu sêr, uma commoção efficaz e salutar. Desde esse dia, seu estado melhora. Pouco a pouco, o perigo desapparece. A convalescença não tarda a vir. Seu temperamento vigoroso tinha triumphado da morte".

Dahi a cerca de dois mezes, a 5 de agosto, d. Pedro II, restabelecido, embarcava em Bordeaux, de regresso ao Brasil.

COMO CAHIU A MONARCHIA...

A 12 de novembro de 1889, Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant, Eduardo Wandenkolk, Solon, Francisco Glycerio, Aristides Lobo, Quintino Bocayuva, os principaes elementos, emfim, da conspiração que então se tramava contra os poderes constituidos do paiz, só temiam uma coisa: a attitude de Floriano Peixoto.

Floriano era o ajudante general do Exercito. Gozava no seio de sua classe de uma posição privilegiada, estimado e prestigiado pelos seus camaradas, como uma das figuras mais salientes das classes armadas no seu tempo. Mas Floriano era não sómente um dedicado á pessoa do imperador, como um amigo grato da familia do visconde de Ouro Preto. Este ia fazel-o ministro da Guerra, em

substituição ao visconde de Maracajú, como, antes, Carlos Affonso, irmão do presidente do Conselho, fôra quem o promovera ao posto de general. Floriano dava sempre que podia manifestações expressivas da sua lealdade e de seu zelo, não só ao regimen, como a d. Pedro II individualmente. E ainda, a 17 de julho daquelle anno, impressionado com o attentado de que fôra victima, pouco antes, d. Pedro II e receioso de que um outro se pudesse dar, escrevia: "O nosso imperador, bem que estimado e venerado, deve ser vigiado de perto por certo numero de amigos de toda a confiança que façam frustrar todo e qualquer desacato.

Sei que v. ex. tomará as medidas precisas; mas eu quizera secundal-o com um pequeno mas forte contingente, que se entenderá com as autoridades de serviço.

Se acceita esse concurso, peço que a começar de hoje remetta-me um bilhete de cadeira e duas entradas geraes todas as vezes que s. m. tenha de assistir a representações theatraes.

Com v. ex. irá entender-se o meu delegado. D. v. ex. sempre amigo velho e obrigado, **Floriano Peixoto**".

Por isso mesmo que Floriano era esse homem para o visconde de Ouro Preto e para

o imperador, gozando do prestigio de que gozava no Exercito, pela sua coragem, pela sua honestidade, pela rigeza de sua tempera, a sua attitude, em face do movimento preparado, causava aos autores do golpe projectado uma viva apprehensão. Deodoro contava ou suppunha contar com os elementos mais decisivos para assegurar-lhe o triumpho da aventura que ia ser tentada. Mas quem poderia prevêr, no caso de uma reacção energica, qual seria o resultado desse embate? Os sediciosos não poderiam ser batidos? O imperador não poderia embarcar para São Paulo, para Minas, ou para o norte, e organizar lá a resistencia?

Floriano apparecia, assim, neste momento, o homem-chave da situação. Se o ajudante general do Exercito quizesse prestar aos conjurados o seu apoio, a partida seria, inevitavelmente, uma partida ganha.

Mas quem falaria a Floriano? E revelar-se-lhe o plano, não seria denuncial-o ao governo e condemnal-o, previamente, ao fracasso, como uma conspiração que aborta, liquidada logo ao nascedouro?

Deodoro tomou a si, ainda, uma vez, a tarefa mais pesada. Pediu a Floriano Peixoto que lhe concedesse uma entrevista... E a 13 de novembro os dois se encontram numa conferencia decisiva.

Deodoro expôz ao general tudo quanto havia... O movimento estava preparado. Elle contava com todos os triumphos asseguradores do mais completo exito. E estava pessoalmente decidido, arrastando quaesquer consequencias que pudessem vir, a pôr-se á testa da insurreição.

Floriano não era homem de arriscar, num terreno sem segurança, os passos que ia dar. Observou. Suggeriu um entendimento. Fez reservas. Mas ao despedir-se de Deodoro, tranquillizava-o, afinal, quanto á sua solidariedade:

— Emfim, se a coisa é contra os casacas lá tenho a minha espingarda velha...

***

Dahi a pouco, nesse mesmo dia, Floriano escrevia e mandava ao conselheiro Candido de Oliveira, ministro da Justiça, a carta seguinte:

"Exmo. amigo, sr. conselheiro. — A esta hora deve v. ex. ter conhecimento de que tramam algo por ahi além; não dê importancia tanto quanto seria precisa, confie na lealdade dos chefes que já estão alerta. Agradeço ainda uma vez os favores que se tem dignado de dispensar-me. De v. ex. menor creado, ami-

go certo e obrigadissimo. — **Floriano Peixoto**".

*
**

Na noite do dia 14 de novembro os mais extranhos boatos corriam pelas ruas. A's 11 e 3/4, um recado urgente dado pelo telephone ao presidente do gabinete, da parte do chefe de policia, o conselheiro Basson, prevenia-o de que o primeiro regimento estava em armas no respectivo quartel. E não era só. Toda a 2.ª brigada se levantara contra o governo: o 9.º regimento de cavallaria adherira e a Escola Superior de Guerra formara, tambem, uma columna que, segundo se annunciava, já se puzera em marcha para a cidade.

No acampamento revolucionario era indescriptivel a agitação, Benjamin Constant, severo e pensativo, esperava encontros sangrentos. O movimento fôra precipitado para antes do que se combinara... Deodoro fôra já avisado e devia surgir a qualquer instante, mas ainda não se sabia se o encontrariam, nem se elle poderia vir, tão doente andava, nesse tempo, o marechal.

Serzedello Corrêa, apprehensivo, interrogava a Benjamin, naquella hora decisiva:

— O marechal não vem; quem commanda o combate?

E Benjamin respondia:

— Tranquillize-se; Deodoro está muito mal, mas se elle não vier, Floriano commandará.

Mas, não. Deodoro fôra encontrado. Tivera forças de levantar-se. Tomara um carro e vinha, por ali, a toda, montar o seu cavallo e pôr-se á frente da tropa revoltada.

Emquanto isso occorria de um lado, no outro, o chefe do ministerio desdobrava-se numa actividade febril para dominar os sublevados. O visconde de Ouro Preto era um homem, na grande accepção do vocabulo. Na noite, mesmo do dia 14, mal recebera o aviso do conselheiro Basson, elle se puzera em marcha para a cidade. Estivera no quartel da cavallaria policial, na Chefatura de Policia, no Arsenal de Marinha, e, agora, no quartel general, dispunha-se a organizar e dirigir, pessoalmente, a defesa. O marechal Floriano tranquillizava-o. Estava tomando, dizia ao presidente do Conselho, "as providencias precisas". Mandara "intimar a 1.ª brigada que deixasse as armas e aguardasse ordens posteriores". Pedia, então, a Ouro Preto que mandasse vir taes e taes batalhões de sua confiança e fazia-lhe vêr que "a intervenção

de qualquer contingente da marinha seria de grande effeito moral, pois os amotinados propalavam que ella os apoiaria, desilludindo sua presença muita gente".

E Ouro Preto, incansavel, multiplicava-se nas providencias que as circumstancias exigiam e que elle tomava promptamente, energicamente, com a maior decisão.

Mas as horas se passavam. Uma patrulha, já, dos insurrectos se approximava do quartel general, impunemente, tranquillamente. O general Almeida Barreto, saindo para montar o seu cavallo e aprisionar aquella vanguarda atrevida, ouvia de Ouro Preto:

— Estou certo de que cumprirá o seu dever.

E replicava:

— Seguramente, hei de cumprir o meu dever.

E fraternizou com Deodoro...

A esta altura da situação, o depoimento do presidente do Conselho é valioso.

"Os exploradores, escreve o visconde de Ouro Preto, não foram cercados, nem atacados". "Por vezes ordenei positivamente que fosse acommettida aquella gente; o sr. ministro da Guerra (o visconde de Maracajú), repetia essa ordem em voz alta, mas não lhe davam execução. As tropas do governo per-

maneciam no pateo, com a arma em descanso; não se moviam".

Dahi ha pouco um official da columna rebelde destacava-se e "em voz alta", declarava que trazia uma mensagem de Deodoro para Floriano: o general revolucionario pedia uma conferencia. Ouro Preto explodiu:

— "Conferencia! Pois o marechal Deodoro não tendo recebido do governo nenhum commando militar, aqui se apresenta á frente de força armada, em attitude hostil, e pretende conferenciar com o ajudante general do Exercito?!... Em taes circumstancias, não ha conferencia possivel. Mande v. ex. intimar a que se retire, e empregue a força para fazer cumprir essa ordem. Esta é a decisão unica do governo".

O governo, entretanto, já não mandava mais nada... Deodoro estava á vista, commandando a tropa insubmissa, e a com que Ouro Preto contava para a defesa da legalidade, não se mexia e iria, em pouco, fraternizar com os revolucionarios. Não havia mais nada a fazer. Ouro Preto reune os ministros e todos estão accordes, uma vez que o proprio ministro da Guerra já declara francamente que toda a reacção será inutil, em que o gabinete não tem senão que se retirar do poder.

Estava triumphante a insurreição... Deodoro entrando no quartel general e approximando-se do presidente do Conselho, que se portou com uma altivez notavel, declara deposto o ministerio, adeantando que outro se organizaria "de accordo com as indicações que iria levar" a d. Pedro II. E accrescentou:

— O imperador tem a minha dedicação, sou seu amigo; devo-lhe favores. Seus direitos serão respeitados e garantidos.

Entremente, avisado do que se passava, d. Pedro II havia descido de Petropolis, e insistia, ainda, com o visconde de Ouro Preto para que elle se conservasse á testa do governo.

— E' impossivel, senhor. A' vista do occorrido, faltam-me os meios de bem servir ao paiz e a V. M.; o gabinete está desprestigiado; sem o concurso da força armada, ou antes, hostilizado por ella, não posso responder pela ordem publica. O unico serviço que neste momento me é dado prestar a V. M. é aconselhar a organização do novo ministerio.

Até essa hora ignorava-se, completamente, se a victoria do movimento militar significava a quéda das instituições, e o conselheiro Saraiva, convidado para organizar o novo gabinete, telegraphava ao marechal Deodoro pedindo um entendimento.

Mesmo de tarde, já depois de no Conselho Municipal haver sido proclamada a Republica, por José do Patrocinio á frente de grande numero de populares, Benjamin Constant, falando ao povo, em nome do governo provisorio, declarava que uma Assembléa Constituinte seria convocada e era ella quem decidiria sobre a fórma de governo do paiz...

Só de noite, Deodoro se decidira, finalmente, pela Republica, e ás 3 horas da tarde do dia 16, d. Pedro II recebia o officio em que o marechal chefe do movimento revolucionario dava á familia imperial "o prazo maximo de 24 horas" para deixar o "territorio brasileiro".

Assim, em 15 de novembro de 1889 caiu a monarchia e sobre os seus escombros erigiu-se o regimen republicano.

ATRAVÉS DA ANECDOTA

D. Maria Leopoldina, a nossa primeira imperatriz, era uma alma fundamentalmente boa. Tendo soffrido de D. Pedro I as peores humilhações, os seus máos tratos, e a sua indifferença, a tudo supportou com uma resignação de santa.

Sabe-se, que, quando o Imperador reconheceu como filha, a adulterina da Marqueza de Santos, agraciando-a com o titulo de Duqueza de Goyaz e levando-a officialmente, para a Côrte, a propria D. Maria Leopoldina não escapou ás exhibições do monarcha.

Então, afagando a cabecinha da menina innocente e, Deus sabe com que esforço, contendo as suas lagrimas, a Imperatriz dizia do fundo de seu coração:

— Tu não tens culpa...

E mais tarde, pouco antes de morrer, já no seu leito de agonisante:

— Adeus, minha querida, adeus para sempre. Apezar de seres filha "della", que tanto mal me fez, éras tambem filha "delle", e por isso eu te amei e como se fosses minha filha... Que Deus te abençôe e te faça feliz...

*
**

O Marquez de Olinda era um homem de attitudes definidas. Joaquim Nabuco, traçando-lhe o perfil, disse uma vez: elle não tinha a "flexibilidade precisa para ceder". Tinha "em tudo idéas proprias, sentimentos, ou antes preconceitos, que ninguem podia modificar".

Em novembro de 1823, quando Pedro I, mandára os Andradas para o exilio, chamou-o ao paço. Offerecia-lhe a pasta do Imperio para ser o primeiro ministro:

— Preciso no ministerio de um homem de sua qualidade.

Austero, incisivo, sincero, Araujo Lima, respondeu: servo obediente, estou prompto para obedecer. Mas o Brasil inteiro, pela sua bôca, pedia uma mercê ao soberano: annu-

lasse a proscripção de José Bonifacio e de seus irmãos.

Subito, d. Pedro fechou a cara. Estava livido. Não tinha nas faces uma gotta de sangue. Os labios tremiam.

— Atrevido!

— Então V. M. procure outro...

A scena foi instantanea. D. Pedro avança para Araujo Lima, sacode-o, nervosamente, pelo braço, atira-o no chão.

Quando elle se levanta, sáe-lhe da bôca, numa phrase lapidar, a previsão do 7 de abril.

— Agora cáem os patriotas... Um dia cairá V. Majestade...

Alguns annos depois, desthronado d. Pedro, Araujo Lima era o regente do Imperio...

⁂

Naquella tarde, José Bonifacio entrára no Paço de S. Christovão longe de calcular a scena que ia ahi ter logar. A Marqueza de Santos, no auge de seu dominio sobre o espirito do Imperador, fôra pedir-lhe a amnistia para os revoltosos de S. Paulo e do Rio. D. Pedro, vencido, concordára. Vinha, agora,

José Bonifacio receber as ordens de Sua Majestade.

Ouvindo as determinações de d. Pedro, o velho Andrada se revolta. José Bonifacio, no poder, era despotico e intolerante. A medida de clemencia resolvida pelo Imperador, affigura-se-lhe como uma diminuição de seu prestigio. A presença e a intervenção da Marqueza de Santos naquelle conclave de palacio irritava-o, fazendo-o perder a cabeça. Então elle não se contém... Mostra os inconvenientes daquelle acto. Invectiva o monarcha de deixar-se dominar pela amante. E apresenta a sua demissão do ministerio.

Quando após uma violenta troca de palavras, elle deixa o Paço, sem ser mais nada, e o camareiro-mór de S. M., impressionado com a altercação, corre a saber o que é que houve, José Bonifacio responde displicentemente:

— Meu amigo, não sou ministro, nem o serei jamais. Perdi o ministerio, mas ganhei a minha liberdade. Para o Imperador mais vale um sorriso de mulher bonita do que os meus conselhos; e para mim, tenho em melhor conta a satisfação do dever cumprido do que os favores do monarcha.

***

Ao deixar Portugal, quando foi da invasão napoleonica, com destino aos seus grandes dominios da America, trouxe d. João VI, uma comitiva assás numerosa, comitiva que, de resto, na sua maior parte, detestou sempre o Brasil.

Apreciando de longe os acontecimentos, Hypolito da Costa, o grande jornalista da Independencia, vibrava de indignação e, pelas columnas do seu "Correio Brasiliense", editado em Londres, fustigava com rigor:

— São 10 ou 12 mil vadios e parasitas que vão fazer no Rio o mesmo que faziam em Lisboa, isto é, comer e beber á custa do Estado e nada fazer para o bem da Nação. E ainda depois vão allegar o serviço de terem deixado a patria, afim de servir ao soberano, como se seguissem por outro motivo que não fosse o de desfrutar...

*
**

Carlota Joaquina foi uma mulher em tudo desbragada. Não teve nunca a compostura de uma rainha. Não tinha decencia nem no modo de proceder, nem no modo de falar.

D. José Presas, que escreveu as "Memo-

rias secretas de la princesa do Brasil", conta ter visto Carlota Joaquina, em pleno palacio, e na presença de pessoas estranhas, tirar o sapato do principe D. Miguel...

Por essa época, a Rainha punha todo o seu empenho em qua a filha, Maria Thereza, casasse com o Rei Fernando VII, da Hespanha. Mas d. João VI, sabendo da affeição da princeza pelo primo, o infante d. Pedro Carlos, seu sobrinho predilecto, sentia-se satisfeito em manter e proteger aquelle romance sentimental. Carlota Joaquina soube da historia. E então, revoltada, pôz-se a falar, sem papas na lingua, da incorrecção do marido... Para ella d. João VI estava representando o papel de "certos paes que protegendo os amores das filhas chegam a leval-as a caminhos por onde as virtudes não transitam".

E, sem cerimonia, desbocada como era, a Rainha gritava sem o menor pudor, os nomes indecentes com que se costuma chamar os paes, e as filhas... daquella especie...

*
**

Em 1882, quando caiu o gabinete de 28 de março de 1880 presidido pelo conselheiro Saraiva, foi a Martinho Campos que d. Pedro II recorreu, incumbindo-o de organizar o

novo ministerio. Martinho Campos ficou estarrecido. Elle não tinha geito absolutamente algum para a tarefa de governo. Vivera sempre a combatel-os quasi todos, com a sua ironia, com a sua mordacidade. Quiz recusar. Mostrou ao monarcha quanto lhe faltava para ir occupar uma posição que nunca aspirara e, de resto, tão contraria á sua indole. Mas d. Pedro insistiu. Não prescindia de seus serviços. Lembrou-lhe que tinha deveres publicos a cumprir. Fez-lhe ver que não poderia faltar a elles... E Martinho teve, mesmo, de acceitar...

Discursando, então, na Camara, na apresentação do gabinete de 21 de janeiro, o presidente do Conselho não se conteve, explicando o seu entendimento com o Imperador:

— V. exs. comprehendem as difficuldades em que me achei... Mais acostumado a embaraçar os governos do que a pensar em ser governo, tendo passado a minha vida inteira na opposição, devo declarar, apezar de justiça que faço a mim mesmo, que deste officio de opposicionista já eu sabia um pouco, mas quanto ao de governo nenhuma experiencia e pratica tinha...

***

Martinho Campos, em todo o seu espirito galhofeiro e brincalhão, era, não raro, de um grande atrevimento. Sobretudo para responder a desafôros, não havia como elle. A Silveira Martins, em certa occasião que este o atacava com o seu desabrimento habitual, Martinho replicou no mesmo tom autoritario e desdenhoso:

— Diga-me tudo quanto lhe vier á cabeça, que a ninguem pedirei licença para lhe dar o troco devido...

E o Senado, "aquella pacata assembléa", — commenta mais tarde o visconde de Taunay — transformava-se, dentro em pouco, numa "arena de heroes de Homero, a se descomporem em todos os tons, antes da luta corporal e decisiva..."

***

Foi na cidade de Caxias, por occasião das guerras que agitavam o Maranhão.

O brigadeiro Luiz Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias, entrando, subitate, no gabinete de seu ajudante de ordens, notou que este, muito vermelho e muito confuso, tratava de despachar apressadamente um cabo de esquadra que estava bem firme deante delle.

Reparando com mais attenção, Lima e Silva comprehendeu, então, o segredo daquelle vexame: o cabo era nada mais, nada menos, que uma authentica cabocla bonita, attraente, deliciosa fruta do matto...

O duque de Caxias, notava o visconde de Taunay, se era "terrivel e até implacavel em reprimir culpas graves", "estava sempre prompto a desculpar faltas ligeiras". Fingiu que não percebeu, mas disse, severo, rindo, talvez, por dentro, da suprema confusão dos dois delinquentes:

— Este cabo parece bem geitoso e intelligente... Mande-o promover, com transferencia para batalhão bem longe daqui.

E sempre fixando-os.

— E não o quero encontrar nunca mais, ouviu sr. tenente?

*
**

Em 1848, ainda deputado, Francisco de Salles Torres Homem, publicou sob o pseudonymo de Timandro o seu famoso "Libello do povo", que é um livro terrivel contra a monarchia, contra d. Pedro II, contra toda a familia Bragança. Reconcilando-se, mais tar-

de, com as instituições e com o proprio monarcha, vindo a ser senador, ministro, conselheiro de Estado, visconde de Inhomirim, via-se Torres Homem sempre ás voltas com as allusões e as indirectas que os adversarios faziam ás suas idéas passadas.

Em 1871, da tribuna do Senado, exaltando Torres Homem, que era um orador maravilhoso, os "beneficios das situações conservadoras contraposta á esterilidade dos governos liberaes", Silveira da Motta, "franco, livre, audaz, algumas vezes intoleravel pelo seu tom imperioso, (como delle dizia Cunapio Deiró), foi-lhe em cima, directo, incisivo:

— Santo Deus! Dizer que é Timandro que está falando!

E com a voz sempre subindo de tom:

— Responde a si mesmo tantos annos depois!

***

Angelo Moniz da Silva Ferraz, senador, e barão de Uruguayana, ao assumir a presidencia do Conselho no gabinete de 10 de agosto de 1859, teve de encampar as doutrinas financeiras de Salles Torres Homem, dan-

do andamento no Congresso ao projecto bancario que o mesmo elaborara, mas o ministerio anterior não conseguira fazer approvar. Ferraz de defensor exaltado "da inteira liberdade de credito", estava, agora, como Torres Homem, favoravel á limitação das emissões e já tivera de ouvir, silencioso, o que aquelle dissera da tribuna:

— Na apreciação das causas da quéda do cambio e da perturbação dos valores, nós nos empenhamos em provar que o papel se depreciava pela demasia da emissão e pelo abuso do credito. O gabinete actual convenceu-se de que tinhamos razão e adoptou o novo systema sem a menor hesitação.

Ferraz vingava-se, então, do autor do "Libello do Povo", dizendo em toda a parte:

— O Torres Homem é insigne em tudo; mas como marombista, ninguem imagina o que seja. Só vendo!...

⁂

O visconde do Rio Branco era um dos maiores oradores que contou o Parlamento do segundo reinado. Tinha na tribuna um grande dominio sobre si mesmo. Falava com elegancia, com eloquencia, com majestade. Elle

que já passava como um dos homens mais bellos de seu tempo, dominava na sua oratoria vehemente e inflammada, attingindo a alturas extraordinarias.

Pois esse tribuno aureolado, sempre que ia falar, tremia, antes, como um collegial que o professor pune em falso. E elle confessava:

— Nunca peço a palavra, sem que fique com as mãos frias e o coração apertado...

***

Em 1885, ao apresentar á Camara o gabinete de 20 de agosto, o barão de Cotegipe quasi não podia falar. Os apartes surgiram, acalorados e vehementes de todos os lados do recinto, e o presidente do conselho precisava ter muito tento em si para não deixar escapar uma palavra de mais, nem deixar de dizer uma palavra de menos...

A opposição queria arrastar o barão de Cotegipe ao terreno das definições categoricas, e o estadista bahiano, fugindo aos mais habeis laços que se lhe atiravam, conseguia sempre escapar ás mãos de seus adversarios. Foi quando um destes incisivamente o interpellou sobre se acceitava ou não, o projecto

do elemento servil. Fez-se, subitamente, o silencio em toda a casa. A questão abolicionista era já objecto no mundo politico, das mais graves e das mais sérias preoccupações. Cotegipe percebeu, de um relance, que uma resposta infeliz, naquella hora, poderia dar com o gabinete em terra. Então, ladeando maravilhosamente o presidente do conselho, appellando para a sua "verve", respondeu:

— Eu sou do tempo em que os exames se faziam tirando os pontos... Não sei fazer exame vago...

*
**

A estréa parlamentar de Gaspar da Silveira Martins, na sessão da Camara de 27 de dezembro de 1872, assignalou, na sua época, um acontecimento. O tribuno gaúcho investia destemidamente contra o governo e contra as maiores e mais respeitaveis figuras politicas do tempo, apostrophando-os com palavras de fogo de sua eloquencia arrebatada e vehemente.

Por diversas vezes ouviram-se gritos exaltados no recinto:

— Retire o insulto, retire o insulto!

E o orador, indifferente, cada vez mais redobrava no furor de seus ataques...

Havia nesta occasião um deputado mineiro, muito intelligente e muito respeitado, chamado Pereira dos Santos e alcunhado "Pereira triste", que não se podendo conter ante a insolencia do novo parlamentar, interrogou-o "donde provinha tamanha segurança em si e tão estranhavel empenho em desconsiderar os seus collegas, representantes da nação como elle" .

Silveira Martins não vacillou:

— Vós, representantes da Nação? Não passaes de "illustre desconhecido"! Consultae a vossa consciencia. Todos ficarão "tristes", como sempre foi vossa exa....

***

Salles Torres Homem, visconde de Inhomirim, e que era, como se sabe, um grande devoto de Brillart Savarin, costumava frequentar os famosos "jantares do Barros", excellente homem a cuja mesa se assentavam grandes figurões da scena politica do segundo imperio.

Certa feita, tinha-se acabado o repasto, e conversavam em roda os convivas, um des-

tes, alludindo ao "Libello do Povo", de Torres Homem, perguntou-lhe com a maior simplicidade:

— V. ex., sr. conselheiro, não tem arrependimento de haver escripto o Timandro?

O Barros acudiu incontinenti:

— O sr. conselheiro do que se arrepende é de vir a logares onde ha pessoas que lhe fazem perguntas destas...

E Torres Homem, fleugmaticamente:

— Muito bem, sr. Barros... Nunca perca a occasião de dar uma boa resposta...

*
**

Martim Francisco, o segundo ministro da Justiça no 3.º gabinete Zacarias, falava, na Camara, em 1867, mostrando que a idéa da emancipação existia desde ha muito tempo no paiz, e desde 1823 vinha sendo animadamente discutida na imprensa e na tribuna parlamentar.

— Mas não foi estudada pelo governo, aparteia o deputado Candido Torres Filho.

E Martim Francisco energico, vibrante:

— Mas note o nobre deputado pelo Rio de Janeiro, que as questões se preparam não só quando são estudadas pelo governo, mas

sobretudo quando são estudadas pelo povo, quando o são na tribuna e na imprensa... Por esses vehiculos de publicidade é que se demonstra a conveniencia de ser acceita ou não uma idéa.

E, cada vez mais animado, o ministro continuou:

— As idéas se discutem no dominio da publicidade, e não sómente nos reconditos dos gabinetes ministeriaes...

***

José Fernandes da Costa Pereira Junior, foi durante muitos annos deputado geral, tendo sido duas vezes ministro da Justiça e cinco vezes presidente de provincia.

José Fernandes, comquanto nunca se houvesse distinguido pelo seu talento ou pela sua cultura, era um grande estudioso das coisas da nossa lingua e chegou a conhecer com perfeição o nosso idioma. Quando governo, José Fernandes dava-se ao trabalho de corrigir, com todo cuidado, os officios que levavam a assignar, e costumava dizer sempre nessas occasiões:

— E' necessario que o governo seja acatado ao menos pelo seu portuguez...

***

O dr. Joaquim Teixeira Leite, amigo intimo do visconde de Itaborahy, e que passou na Europa os seus ultimos annos de vida, previa, com uma visão muito clara, os principaes acontecimentos que se iam dar no Brasil.

Em 1872, em Londres, e já então com a fortuna triplicada, elle dizia ao Visconde de Taunay:

— Os srs. verão... Eu não, que breve me despeço da vida. Far-se-á a abolição e depois quando menos se espere, a Republica.

E desolado:

— Ahi o esboroamento será completo. Cada provincia, cada municipio puxará para seu lado, e a delapidação dos dinheiros publicos tornar-se-á pavorosa ... Não haverá mais ordem, nem liberdade possiveis, e a anarchia reinará de todos os lados, fomentada pelos maiores escandalos...

Dir-se-ia que ás portas da morte, o dr. Tei-

xeira Leite, enxergando com os olhos de vidente, via claro o futuro de nossa patria...

***

Maciel Monteiro, o nosso Brumell do segundo imperio, o homem mais elegante do seu tempo no Brasil, o favorito da Marqueza de Abrantes, era um conquistador galante e atrevido. Em 1837, sendo ministro dos Estrangeiros da Regencia Araujo Lima, Maciel Monteiro ao encontrar-se, numa escada, com certa mocinha de suas relações, muito faceira e muito bonita, não se conteve:

— Deixa beijar-te, meu bem.

A menina virou-se offegante. E muito desembaraçadamente:

— Sim. Mas... só se o senhor fizer ahi, mesmo, uma glosa com os termos de seu proprio pedido...

Foi o beijo mais elegantemente disputado que Maciel Monteiro alcançou, improvisando, logo, essa quadrinha:

Suspende, Annalia divina,
Do teu recato o pudor.
Não beija o zephyro á flor?
Não beija a aurora a bonina?

Quando o sol meigo se inclina
Não beija as ondas tambem?
Si ao terno pombo convém
Beijar a rola innocente,
Se a natureza consente.
"Deixa beijar-te, meu bem..."

(Nota) — Para authenticar as phrases, episodios e anecdotas aqui referidos, devo nomear as fontes principaes onde foram colhidos: **Nabuco**, "Um estadista do Imperio"; **Tobias Monteiro**, "Historia do Imperio"; **Assis Cintra**, "As indiscreções da historia", **Alberto Pimentel**, "A côrte de d. Pedro IV", **Cerqueira Mendes**, "Figuras Antigas"; **Taunay**, "Homens e Cousas do Imperio" e "Reminiscencias"; **Constancio Alves**, "Figuras"; **Elysio de Carvalho**, "Esplendor e decadencia da Sociedade brasileira"; **Timon**, "Estadistas e parlamentares"; Os annaes do Congresso, jornaes, etc.

O ESPIRITO CONSTITUCIONAL DO NOSSO POVO

O povo brasileiro foi sempre animado de um vivo espirito constitucional. Isso se evidencia e se demonstra desde, pelo menos, dois annos antes da nossa independencia, do que é um exemplo expressivo e eloquente a revolução de 1820.

Então havia rebentado em Portugal aquelle movimento famoso que pôz abaixo o regimen absolutista, exigindo de d. João VI, que se encontrava, ainda, em nosso paiz, o juramento de uma Constituição. O Brasil estava collocado na situação de ser, naquella emergencia, o arbitro decisivo da situação. Ou elle adheria ao pronunciamento da metropole, tornando uma realidade o systema constitucional, que a mesma reclamava, ou, collo-

cando-se ao lado de d. João VI, e sustentando o absolutismo, fazia naufragar a causa da revolução.

O Brasil não vacillou um momento. Data de 24 de agosto de 1820 o estouro da revolta, a que se seguiram a adhesão da regencia de Portugal, o triumpho em todas as cidades portuguezas e a convocação de uma assembléa constituinte. Cinco mezes depois, mas logo ao se inteirar do que se havia passado, o povo bahiano levantava-se. Não era sómente o elemento militar que confraternizava com os revolucionarios portuguezes. Eram as figuras mais populares e de maior prestigio na cidade de São Salvador que corriam a commungar com os "constitucionaes". Cypriano Barata e Lino Coutinho saiam para a rua, punham-se ao lado da tropa sublevada e marchavam com ella, como soldados. Quando o marquez de Barbacena, a mando do governador Conde da Palma, partia de encontro aos insurrectos e rompia fogo contra elles, Lino e Cypriano estavam na linha de frente. E Cypriano ao lado do canhão.

Victorioso o movimento na Bahia, o Rio de Janeiro não demorou de adherir. D. João VI vivia numa roda em que cada qual lhe dava um conselho differente, e cada qual o apavorava mais nas previsões que fazia do

que iria succeder. O rei, attonito e vacillante, quedava inerte, sem atinar com a direcção a seguir.

Foi, então, que o povo começou a movimentar-se. Francisco Octaviano descreve muito precisamente a mentalidade do ambiente: "O espirito publico não se distrahia dessa idéa: a Constituição era uma necessidade, era a aspiração politica do momento; fosse ella feita aqui ou ali, em Portugal, ou na Hespanha, por commissarios competentes ou não, pouco importava; o que se queria é que o paiz tivesse quanto antes as garantias constitucionaes, um governo proprio e representação popular".

Já por toda a cidade começavam a correr, com insistencia, os boatos de um levante. A policia estava, mesmo, segura de que varios militares, alliados a um grande numero de civis, se encontravam em franca conspiração. E querendo, com um golpe de força, abater a conjuração, precipitou o levante.

E' na madrugada de 26 de fevereiro. A cidade amanhece em pé de guerra. Um batalhão de caçadores, armado e municiado, estacionava no largo do Rocio, em attitude bellicosa. Logo começaram as adhesões. Adheriram varios batalhões da guarnição brasileira. Adheriu toda a guarnição portugueza. O bri-

gadeiro Francisco Joaquim Carretti assumiu o commando da tropa. Era um movimento essencialmente constitucionalista. Não se queria a derrubada da monarchia. Não se queria a deposição de d. João VI. Queria-se, apenas, que o rei deixasse de ser soberano absoluto para ser soberano constitucional, e declarasse a sua conformidade com o facto consummado de além-mar.

D. Pedro, principe real, tentou, ainda, um ultimo golpe de defesa. D. Pedro era valente e galhardo. Entrou no largo do Rocio, corajosamente, atravessando, sobranceiro, as "fileiras de soldados" as "ondas de povo", "as peças de artilharia", no meio de vivas sediciosos a Portugal, aos revolucionarios portuguezes e á Constituição. Subiu á varanda do theatro São João, chegou á frente e falou á multidão.

Que é o que queriam os reclamantes? Que se adoptasse a Constituição que em Portugal ia ser feita? Mas isso seria uma imprudencia. Seria um juramento prestado no ar e nas trevas, quando ninguem aqui sabia, até então, o que é que as Côrtes Portuguezas iriam resolver a respeito do Brasil. O rei já havia tomado duas providencias — accrescentava d. Pedro — que eram, no momento, as mais aconselhadas pelo interesse publico, mandan-

do-o a Portugal, de onde enviaria o projecto de Constituição organizado pelas Côrtes, e convocando, para aqui, uma junta de procuradores de todas camaras e cidades do Brasil, incumbida de estudar as reformas de que carecia o nosso paiz.

Mas o povo e a tropa não estavam por isso. Interpretando o sentir dos revolucionarios, o advogado Macambôa responde a d. Pedro dizendo o que elles queriam: o juramento immediato da Constituição, tal qual fosse promulgada, e a exoneração do ministerio.

Estava vencida a cartada. D. Pedro, que se retirara para ir ao Paço communicar a d. João as occorrencias, voltava dahi a pouco, com a resposta de acquiescencia do rei ás exigencias do povo. D. João demittia o ministerio e jurava a Constituição a fazer-se.

Mas não sómente nesta vez, demonstrou o povo brasileiro o seu espirito constitucional. Ha, ainda, em nossa historia, outros exemplos não menos expressivos do que este. Mesmo com d. João VI, dois mezes depois dos factos, que ahi se narram, um novo movimento popular, promovido pelos eleitores de parochias, muito embora em proporções mais insignificantes que o outro, fazia com que o monarcha jurasse a Constituição hespanhola

para vogar no Brasil, emquanto não estivesse prompta a que em Portugal se elaborava. Era a soffreguidão, era a anciedade do povo em ver cessado, desde logo, o regimen absoluto e, em seu logar, vigorando o regimen constitucional.

Passava-se isso em abril, e dois mezes após, em junho, já depois do embarque da familia real para Lisboa, outra insurreição rebentava nesta cidade. O general Jorge de Avilez, chefe dos insurrectos, exigia de d. Pedro, regente do Brasil, o juramento das bases da Constituição que as Côrtes de Lisboa tinham approvado, a demissão do ministro Conde dos Arcos e a organização de uma Junta para o governo provisorio do Rio de Janeiro. E, d. Pedro cedia a tudo, attendendo ás conveniencias politicas e ao seu proprio espirito preoccupado sempre com a popularidade a que nunca deixou de cortejar.

Mas os successos politicos se precipitaram. As Côrtes de Lisboa, esquecidas de que se não fosse o Brasil a revolução constitucional teria fracassado e ellas proprias não estariam ali reunidas, iniciavam contra nós uma politica tremenda de reacção, visando reduzir-nos a condições peores, ainda, que as em que nos achavamos em 1807. Muita gente entendia que, deante disso, não tinhamos senão

que romper com as Côrtes. Mas era tão forte o sentimento da causa constitucional que Gonçalves Lédo, ao redigir aquella famosa representação da Assembléa dos procuradores do povo, em que abertamente se falava na independencia, pedia a prompta convocação de uma Assembléa Constituinte.

Já depois de 7 de setembro quando os promotores da nossa emancipação queriam cumular de gentilezas e de honrarias ao novo soberano, o titulo que lhe conferem é o de **Imperador Constitucional.** Mais tarde quando d. Pedro dissolve a Constituinte, tem o cuidado de no mesmo dia, na mesma hora, no mesmo decreto, convocar uma outra assembléa. Elle accentúa, bem nitidamente: "**o projecto de Constituição que lhe hei de em breve apresentar**", será "**duplicadamente mais liberal do que o que a extincta assembléa acabou de fazer**". Em todas as lutas politicas do 1.º reinado ha uma constante preoccupação do imperador e do povo em ser cada qual o maior respeitador da Constituição. Quando se faz o tratado de reconhecimento, por parte da mãe-patria, da independencia do Brasil, o texto do original trazido por Charles Stuart era este: "**D. Pedro I, imperador pela graça de Deus e unanime acclamação dos povos**". O monarcha retifica: "**imperador pela Con-**

stituição do Imperio". Na noite famosa das garrafadas, os vivas que o povo dava na rua eram deste teôr: "Viva d. Pedro, emquanto imperador constitucional". E, pouco depois, nas grandes festas commemorativas do anniversario da Constituição, repetindo-se essas acclamações, d. Pedro declarava: Sou e fui sempre constitucional.

No momento supremo da abdicação, o imperador dizia, ainda, quando lhe intimavam a demittir o ministerio: "Diga ao povo que recebi a representação, que o ministerio passado não merece a minha confiança e que do actual farei o que entender; que sou constitucional e marcho com a Constituição". E pouco depois: "O mesmo ministerio de fórma alguma. Isto seria contra a Constituição e contra a minha honra. Antes abdicar". E abdicou.

Foram os nossos dirigentes, depois de 15 de novembro de 1889, que implantaram o desrespeito á Constituição e a infringiram tanto que a acabaram reduzindo a um maço de papeis esfarrapados. Nenhum dos nossos presidentes da Republica teve o espirito constitucional de d. Pedro I, ou de d. Pedro II, e foram elles que deram ao povo o exemplo de violar a magna lei do paiz.

FERNANDES DA CUNHA

O 2.º Imperio contou no Parlamento uma turma vigorosa de grandes oradores. Era Jequitinhonha, que vinha das lutas da independencia, e a quem o cons. Carrão considerava o homem mais eloquente do Brasil. Era José Bonifacio, o Moço, orador e poeta, que encantava e arrebatava os auditorios. Era Torres Homem, titão potente da tribuna, calcinando os adversarios mais temiveis com as suas phrases de fogo. Era o visconde do Rio Branco. Eram Rodolpho Dantas, Joaquim Nabuco, Silveira Martins, cada qual mais formidavel e mais contundente.

A essa phalange de oradores notaveis que elevaram tanto a eloquencia politica brasileira e que honrariam a qualquer parlamento do mundo, é justiça incorporar o nome de Fer-

nandes da Cunha, que assignalou a sua passagem no Senado e na Camara com um desses sulcos maravilhosos que nem o poder dos tempos tem a força de extinguir.

Em 1857 quando, mal chegado ao Parlamento, elle faz a sua estréa com um discurso admiravel de combate ao gabinete presidido pelo marquez de Olinda, e em que apertava o titular da Justiça nas tenazes de uma logica de ferro, conta Salles Torres Homem que a sua impressão foi a de que os ministros, "**tomados de subito e estranho temor, em precipitada fuga largariam as suas pastas**".

Fernandes da Cunha assim começava. Era o seu bilhete de apresentação. Dahi por deante as victorias tribunicias que alcançou não teriam mais conta. E' o homem que todos temem e a que todos admiram, o homem cujo apoio todos desejam e cuja opposição a todos alarma. Manoel Victorino, que o ouvira falar, depõe, magnetizado com as fulgurações e os arrancos gigantescos do parlamentar vigoroso:

"Havia uma seducção irresistivel na sua palavra e um poder suggestivo enorme na lealdade e exuberancia com que elle simultaneamente pensava, sentia e falava; nunca a natureza e a arte se identificaram melhor em

um orador; a idéa, a expressão e o gesto que espontanea e brilhantemente se produziam e se ajustavam eram tão perfeitos e correctos, saiam tão promptos e tão faceis, que dir-se-ia ter feito o genio neste homem o que só os maiores estudos e esforços fazem nos outros; a eloquencia era no eminente bahiano uma faculdade propria, uma funcção normal de seu espirito; para ser orador bastava que elle quizesse orar".

Na monarchia, os homens valiam pelo seu merito pessoal. O valor se impunha e dominava. O regimen parlamentar é, por excellencia, um regimen seleccionador de capacidades. Os que têm qualidades proprias para se fazerem sobresair, sobresaem. O caso de Fernandes da Cunha é um exemplo a mais dessa verdade. Elle vinha da Bahia, onde tinha sido promotor publico e deputado provincial. Chegava ao Rio desprovido de qualquer protecção politica. Não queria triumphar agarrando-se á aba dos poderosos. Por isso mesmo iniciava a sua carreira, na Côrte, rompendo violentamente com o governo. Assim começou, assim se fez, assim venceu.

A independencia de attitudes, a coragem das decisões, o arrojo do desprendimento foram, mesmo, as notas mais accentuadas do seu caracter. Agraciado com a commenda da

Ordem da Rosa, não a acceitou. Convidado para conselheiro de Estado, recusou. Instado, varias vezes, para ser ministro, excusou-se sempre, peremptoriamente. Nem mesmo o visconde do Rio Branco, seu amigo, seu patricio, seu correligionario, conseguiu demovel-o desta attitude, quando se empenhava insistentemente junto a elle para que tomasse a pasta da Justiça no gabinete que iria dar ao paiz a lei do ventre livre.

Fernandes da Cunha era irreductivel. Acceitava do povo o mandato que este lhe confiava, mas preferia servir a este, exercendo vigilantemente a funcção de seu mandatario, a ter os postos de evidencia e de figuração com que lhe acenavam. E deputado, ou senador desde 1871, (senador) era inflexivel, rigoroso, implacavel na defesa da causa publica, ou no combate áquelles que, no seu modo de ver, não serviam convenientemente aos interesses nacionaes. Vivia lendo, estudando, observando. E servida a sua eloquencia de uma cultura profunda e de um penetrante conhecimento dos homens, realizava com isso verdadeiros prodigios.

A Republica surprehendeu-o no mesmo dia em que a Providencia lhe alanceava o coração de esposo levando-lhe a companheira. Perdido o mandato de senador, ficava reduzi-

do a uma pobreza extrema. A Republica quiz homenagear a sua honradez, offerecendo-lhe uma pensão. Só se vendo a attitude com que Fernandes da Cunha recusou a dadiva. A carta que, então, dirigiu ao governo é um documento civico de rara vibração.

"Na solidão do ermo onde vim recolher-me e provisoriamente resido, diz elle, retirado da vida publica, após o cruciante golpe e a suprema desgraça com que aprouve a Deus ferir-me, enviuvando-me no proprio dia da abolição da monarchia, chegou-me a noticia do decreto do Governo Provisorio de 25 de julho do corrente anno, publicado no "Jornal do Commercio", concedendo ao ex-senador do extincto Imperio, conselheiro visconde de Sinimbú, a pensão mensal de réis 500$000 com sobrevivencia ás suas exmas. filhas.

Refere o mesmo jornal que por actos da mesma data se concedeu egual pensão aos ex-senadores, visconde de Maranguape, Joaquim Floriano de Godoy, e Joaquim Jeronymo Fernandes da Cunha. Como quer que seja para a resolução que me prescreve a consciencia, me dita a dignidade e me impõe a honra, não careço de saber mais. Rejeito a graça e, salva a intenção, repillo-a como affronta e como ultraje á minha obscura pessoa e á minha pobreza honrada".

E para não depender de ninguem, "procurou um pedaço de terra" e foi cultivando-a, simplesmente, modestamente, de tal modo que, pelo trabalho de suas mãos, se sustentou e á familia até que, a 31 de agosto de 1903, com 76 annos de edade, a morte o colhia nas suas rêdes.

Um anno antes de seu trespasse, no **Correio da Manhã**, Manoel Victorino, após um encontro que o commovera, escrevia com aquella limpidez de estylo: "**Mais do que os seus talentos, o que avulta nesse homem é o caracter. Não houve lisonjas ou ambições que o enfraquecessem, não houve desgraças ou agonias que o abalassem**". **Nelle "eu via Cicero sem as ambições e vaidades do poder e da gloria; Catão sem as fraquezas e desalentos do suicidio".**

A REVOLUÇÃO LIBERAL MINEIRA DE 1842

1842 marca na historia politica do 2.º Reinado um dos annos de mais intensa agitação. O Brasil mal acabára de sair dos dias procelosos da Regencia, que foi, como se sabe, um periodo de lutas acerrimas, apaixonadas, incandescentes. A paz não havia ainda inteiramente voltado aos espiritos. As feridas abertas em cerca de 10 annos de grandes lutas não se achavam de todo cicatrizadas.

No Rio Grande do Sul a situação de dia para dia se tornava mais grave, fracassando inteiramente todas as iniciativas tomadas e todos os planos architectados para a pacificação da provincia. O primeiro ministerio da maioridade dissolvera-se pela sizania dos seus elementos. E Antonio Carlos, Limpo de

Abreu, Martim Francisco, os irmãos Hollanda Cavalcanti, ministros dispensados do gabinete caido, atiravam-se em uma opposição violentissima ao novo gabinete. Antonio Carlos, com o arrojo, a eloquencia e o destemor que o caracterizavam, vinha, mesmo, directo sobre a corôa, sustentando a celebre maxima ingleza de que o **rei reina, mas não governa,** a que Itaborahy, Vasconcellos, Paraná e outros grandes vultos do partido conservador oppunham esse outro postulado: **o rei reina, governa e administra,** baseados na Constituição do Imperio, que creára um 4.º poder com o nome de Moderador, acima do Executivo, do Legislativo e do Judiciario.

Limpo de Abreu, mais avançado, ainda, que Antonio Carlos, e na pujança dos seus 44 annos, insuflava o povo e animava o espirito de rebeldia tão intenso naquella época, prégando, com a vehemencia de suas phrases candentes, o direito que possue todo o cidadão de reagir pelas armas e pela revolução, na defesa dos seus direitos, das suas prerogativas e das suas liberdades.

Os debates parlamentares em 1841 haviam corrido com uma animação extraordinaria, tanto na Camara, como no Senado, apezar do caracter austero e sizudo dessa ultima casa legislativa. O ministerio sustentava tres pro-

jectos, por cuja conversão em lei fazia uma questão fechada: o que transferia das assembléas provinciaes para o governo o direito de nomear os vice-presidentes das provincias; o que reformava o codigo do processo criminal; o que creava o Conselho de Estado. O ministerio venceu, mas após uma das campanhas parlamentares mais barulhentas que se travaram no segundo reinado, e em que se mediam na tribuna, em pugnas formidaveis, uns na defesa, outros no ataque, vultos do porte de Vasconcellos, Paraná, Itaborahy, Abaeté, Antonio Carlos, Paulo Souza e Paulino de Souza.

O anno de 1842 despontou sob essa atmosphera carregada. Todos os liberaes, presidentes de provincia, haviam sido exonerados e substituidos por conservadores. Os liberaes, exaltados, empenhavam-se, então, numa campanha pertinaz, por todos os modos e por todos os meios, contra os adversarios no poder. Limpo de Abreu fundára na capital do paiz um club liberal e esse club dirigia-se a todas as provincias do Imperio, aconselhando a que não reconhecessem a legitimidade das tres famosas leis votadas em 1841, reagindo contra ellas, mesmo que fosse a mão armada.

Agora, em 1842 iniciava-se uma nova legislatura, e os liberaes em maioria, logo na

primeira sessão, faziam a sua demonstração de força, elegendo Martim Francisco presidente. Dois dias depois, o imperador dissolvia a Camara, convocando outra para dahi a seis mezes. Estava lançada a sorte. Os liberaes congregam-se. Entra-se numa phase intensa de combinações e de preparativos. Passava-se isso a 1.º de maio, 15 dias depois rebentava em S. Paulo a revolução liberal, e a 10 de junho estourava em Barbacena a revolução mineira.

O movimento se revelára pela madrugada, acclamando-se presidente da provincia ao futuro barão de Cocaes, José Feliciano Pinto Coelho. As tropas levantam-se, ao repicar sonoro e vibrante dos sinos. Theophilo Ottoni vem em pessoa animar a revolta, com o seu apoio moral e a sua cooperação material. José Feliciano proclama ao povo, convidando-o a adherir á revolução.

S. João d'El-Rey cae em poder dos sediciosos. Queluz, após um tiroteio cerrado, rende-se egualmente aos revolucionarios. Sabará é tomada pela força. Uma voz, então, atrôa nos arraiaes revoltosos:

— A Ouro Preto! A Ouro Preto!

Ouro Preto era a capital de Minas, onde o presidente legalista Bernardo Jacyntho da Veiga, surprehendido pelos acontecimentos, tratava de organizar a resistencia. A tomada

de Ouro Preto seria a victoria definitiva da revolução. Seria o triumpho completo.

Mas José Feliciano, a este tempo, entrava a recuar dos seus propositos. O que não pensára antes de lançar-se na aventura, começava agora a lhe acudir ao pensamento. Meditava na sua situação. Avaliava as suas responsabilidades. Calculava as consequencias dos seus actos. E vacillava...

Devendo preparar a marcha decisiva sobre Ouro Preto, licencia os soldados... O plano que elle organiza de manhã, de tarde já não serve mais. A duvida o domina. A vacillação e a incerteza fazem-no não mais um animador, mas um commandante que desencoraja os soldados.

Uma noite Theophilo Ottoni é surprehendido com a visita de varios chefes de influencia na campanha:

— O senhor vae ser acclamado vice-presidente e tem de dirigir o movimento.

E' que José Feliciano havia mandado propor, por si e sem consultar os amigos, um accordo ao barão de Caxias, chefe das tropas legalistas em operação contra os rebeldes. Ottoni, intelligente e atilado, viu de relance a situação. A sua investidura, naquelle momento, como chefe da revolução, não adeantaria coisa alguma á causa commum. Ao contrario.

Viria provocar a scisão dos revolucionarios e, deste modo, melhor facilitar a victoria do governo. O caminho unico naquella conjectura difficil era ver se José Feliciano retomava a boa estrada, continuando a peleja.

Os revolucionarios estavam todos dispostos ao combate. Elles haviam deixado Sabará e se encontravam agora acampados em Santa Luzia. Organizam-se novamente as columnas e tomam-se providencias para o combate que não deve tardar com as tropas legalistas, já senhores da cidade que os revolucionarios tinham abandonado. Eis, porém, que um acontecimento inesperado vem mudar inteiramente a face das coisas: José Feliciano, naquella madrugada, desapparecera. José Feliciano preparára tudo para o ataque... e fugira.

Ottoni tenta ainda um ultimo golpe:

— Ninguem deve saber que José Feliciano nos deixou. Ninguem!

E revoltado, dominando-se a custo:

— Metto uma bala na cabeça de quem dér curso á noticia.. .

Mas qual! A nova da fuga do presidente corria celere por toda a tropa, desanimando-a, indispondo-a, desencorajando-a...

*
**

E' a manhã do dia 20 de agosto de 1842. Luiz Alves de Lima, vencedor da revolta de S. Paulo, estava já em Sabará, á frente dos legalistas. Dali a Santa Luzia, onde os rebeldes se concentravam, era um nada. Luiz Alves de Lima havia feito o calculo de só no dia seguinte dar combate aos rebeldes. Dividira as suas forças em duas columnas, uma que elle proprio commandava, e outra cuja direcção confiou ao irmão, o coronel José Joaquim de Lima, mas tarde conde de Tocantins, e que mandou aquartelar na Lapa.

Nos arraiaes da revolução, porem, a situação era diversa. Antonio Nunes Galvão não esmorecia na sua fileira e tinha resolvido, de qualquer modo, acommetter os adversarios com quanta energia fosse capaz a sua gente, já desilludida e já desanimada. E o fogo rompeu... Os soldados de Galvão precipitavam-se sobre os soldados de Caxias com uma furia de loucos, sendo tal a vehemencia do ataque que o grande general da legalidade, contra as suas previsões e contra as suas ordens, teve de acceitar o encontro. Houve mesmo, um instante, em que a sorte da victoria vacillou. Mas José Joaquim de Lima, ouvindo o soar dos tiros e comprehendendo que a batalha havia se antecipado em 24 horas, forma a sua columna e corre em soccorro do

irmão. Os revolucionarios, surprehendidos com aquelle reforço inesperado que os collocava entre dois fogos, desanimam e fraquejam. Então o barão de Caxias assume a offensiva, invade Santa Luzia, destroça os sediciosos, e aprisiona Theophilo Ottoni, com aquella mesma galhardia com que já, em S. Paulo, dera voz de prisão ao padre Feijó e ao senador Vergueiro.

Estava dominada a sublevação mineira.

***

Dias depois, voltando ao Rio de Janeiro, o general triumphante era convidado, ao passar pela cidade de Ouro Preto, a assistir a um te-deum, officiado pelo bispo, em acção de graças pela victoria da legalidade. Caxias franziu o sobrecenho. A physionomia fechou-se. E grave, sem ser rispido, austero, sem ser indelicado, mas decididamente, francamente, respondeu:

— O officio do clero é rezar pelos mortos. Não é congratular-se pelos resultados de uma luta fratricida que devia entristecer todos os corações brasileiros.

O SENADO DO IMPERIO E OS SEUS PRESIDENTES

O Senado, no tempo do Imperio, era uma corporação da mais alta moralidade politica e desempenhava, no mecanismo do nosso systema juridico, um papel de influencia decisiva em todas as grandes questões nacionaes. A Constituição de 25 de março de 1824 creara-o com o caracter de vitaliciedade, que o cercava de todos os attributos de independencia e punha os homens que ali penetravam ao inteiro abrigo das competições e das conveniencias, sem precisar de cortejar a Corôa, de quem não dependiam, e sem carecer de estar á mercê das subidas e descidas das marés da opinião publica, nessa necessidade que têm os politicos, sujeitos á eleição, de contemporizar com estas ondas que, de quando em

quando, se levantam, e os levam a seguir muita vez a trilha menos acertada para não perder a aura da popularidade. Na phrase de Zacarias de Góes e Vasconcellos, **era o centro de gravidade na politica do paiz,** prestigio este que lhe advinha, necessariamente, das condições de sua propria organização. Pimenta Bueno, que terá sido, talvez, no tempo do Imperio, o maior dos nossos constitucionalistas, accentuava no seu tratado de **Direito Publico Brasileiro:** "A condição do caracter vitalicio do senador é de alta importancia para que bem satisfaça a sua missão. Uma vez escolhido está independente do povo e da Corôa. Está independente dos eleitores não só de uma localidade, ou provincia, mas de toda e qualquer parte do Imperio; elle não tem que esperar ou temer das paixões populares, deve attendel-as só quando uteis e justas. Está independente da Corôa, pois que não é sujeito a nova escolha, nem ella póde dissolver o Senado, e nem mesmo augmentar o numero de senadores". E accentua, então, com aquella sua clareza de linguagem, o papel verdadeiro do Senado nos freios e contra-pesos do systema: "Está pois pela natureza e força das coisas collocado em uma posição intermediaria entre o progresso e a conservação, entre os interesses moveis e fixos, entre as aspira-

ções locaes e o bem-ser geral". "Perfeitamente independente, será guarda, juiz conscienciosо entre a liberdade e o poder". Este o caracter do Senado do Imperio. A sua vitaliciedade, sustenta, ainda Pimenta Bueno, é uma das mais efficientes garantias do regimen: "Se não fosse essa differença das duas Camaras, se fossem em tudo homogeneas, seria inutil a sua divisão; sujeitas ás mesmas condições dariam os mesmos resultados".

Para se ter ingresso no Senado estabelecia a Constituição uma série de condições. Não era só necessario ser cidadão brasileiro e estar no gozo dos direitos politicos; precisava ter mais de 40 annos de edade e era imprescindivel, expressão textual do art. 15, n. 3, "que seja pessoa de saber, capacidade e virtudes, com preferencia os que tiverem feito serviços á patria". Por ultimo exigia-se o "rendimento annual por bens, industria, commercio, ou empregos da somma de 800$". A magna lei do paiz encarecia, como se vê, a dignidade do mandato senatorial, para que elle constituisse, como constituia, o posto de mais alta representação na monarchia, logo abaixo do imperador. A eleição era geral, em toda a provincia como é ainda hoje nos Estados mas em listas triplices, sobre as quaes era a Corôa quem escolhia, entre os tres mais votados, o

que iria ter a grande honra de ingressar para o seio da mais alta corporação nacional. Havia a preoccupação, e foi esse o espirito da carta de 25 de março, em se fazer do Senado uma assembléa de notaveis, que fosse, a bem dizer, o expoente maximo dos nossos valores politicos, intellectuaes e moraes. A exigencia da edade de 40 annos, quando para se ser deputado bastava que se fosse maior, mostra o desejo de formar-se um corpo de gente madura, reflectida, ponderada, sem os exageros e as paixões, mais proprias da gente moça, que dos já avançados em outubros, no caminho desta vida. Mas como só a edade não significa tudo, e o que se queria era gente de valor, para comprehender a altura de sua missão e desempenhal-a com a devida elevação e a necessaria intelligencia, fala, então, a Constituição no "saber", na "capacidade" e na "virtude", para, ainda, entre os mais sabios, os mais capazes e os mais virtuosos, escolher, de preferencia, os que já se houvessem recommendado pelos serviços prestados ao paiz. Finalmente, não queria que o senador fosse um profissional, apenas, da politica, e exigia que pela sua actividade como funccionario, como industrial, como commerciante, ou pelo desempenho de qualquer das carreiras liberaes, tivesse uma determinada renda,

que a lei suprema levou os seus escrupulos ao ponto de fixal-a.

Por todas essas coisas, dizia, com razão, Joaquim Nabuco: "Na vida do homem politico a escolha senatorial era outrora o facto principal; era a independencia, a autoridade, a posição permanente, a entrada para a pequena aristocracia dominante". E ainda mais: "Era impossivel tambem chegar ali sem se sentir que começava uma vida nova, um novo papel, para o qual muito do que favorecera o antigo personagem, tornava-se inutil, improprio e até prejudicial". "Era preciso a qualquer algum tempo para se iniciar no espirito, nas tradições, nas medidas da casa. Muitos deixaram de representar no Senado a parte importante que desempenhavam na Camara, porque como senadores continuaram a ser deputados".

O Senado não punha abaixo os ministros, nem os ministerios. No mecanismo do regimen não possuia essa funcção. Entretanto a sua preponderancia sobre os negocios publicos, qualquer que elle fosse, não era, apenas, muito accentuada, porque era, frequentemente, decisiva. E assim o foi desde os primordios da nossa organização politica. Pedro I como que o previu. Na eleição da nossa primeira assembléa legislativa, o monarcha, que

não interveiu no pleito para deputados, quebrou a sua neutralidade no que se realizou para senadores, posto que uma interferencia orientada para o bem do paiz. Pedro I comprehendeu o papel que iria desempenhar o Senado e quiz que elle se formasse, inicialmente, com as figuras de maior relevo de seu tempo. Foi essa a sua intervenção, "apresentando os cidadãos que considerava mais dignos de formarem a Camara vitalicia". Não pleiteou por nenhum aulico. Não teve em mira fazer favores pessoaes. E como notam os nossos mais autorizados historiadores, entre elles o padre Galanti, que é de todos um dos mais eminentes, "a maioria do Senado formou-se com os varões mais conspicuos e conceituados da época", homens que se chamaram visconde Cayrú, marquez de Caravellas, Villela Barbosa, visconde de Cachoeira, marquez de Barbacena, marquez de Maricá, marquez de Nazareth, visconde de Pedra Branca, marquez de Baependy, marquez de Inhambupe, marquez de Paranaguá, marquez de Santo Amaro.

No primeiro imperio, o Senado não teve popularidade. Nas lutas que d. Pedro travou com a Camara, o povo poz-se, inteiramente, ao lado della, contra o monarcha. O Senado não. Manteve-se no seu meio termo concilia-

dor, talvez, mesmo, mais propenso á Corôa, que a favor das agitações populares, que deram, afinal, em resultado a abdicação do proclamador da nossa independencia. Isso não o impedia de ter gestos de altivez e de desassombro deante de Pedro I, como neste caso que se tornou memoravel. Para uma vaga de senador pela provincia do Ceará, o imperador, guiando-se pela publicação feita na imprensa, mandou lavrar a nomeação de João Vieira de Carvalho, general do Exercito, mais tarde marquez de Lages. O Senado não teve duvidas. Pediu informações ao governo, recusando dar validade ao acto do monarcha. E a Corôa teve de ceder, considerando **nulla** a sua propria decisão. Sympathica, embora, ao soberano, a nossa Camara alta sabia como traçar a linha divisoria entre o apoio esclarecido e consciente e a subserviencia humilhante e pejorativa.

No periodo regencial, como nota o nosso grande Oliveira Vianna, com a sua autoridade inconteste nesses assumptos, "no periodo regencial, em que domina, ainda, o facciosismo dos caudilhos regionaes, tem o Senado pouca ascendencia entre as forças politicas nacionaes"... Essa "pouca ascendencia", comtudo, não lhe impede os rasgos de altivez deante dos excessos de força do governo vio-

lento do padre Diogo Antonio Feijó. Haja vista a attitude que energicamente assumiu e que manteve, com patriotico vigor, no caso da destituição de José Bonifacio do cargo de tutor de Pedro II.

Não pareceu ao Senado que esse acto fosse justo. José Bonifacio era o patriarcha da nossa independencia e um cidadão dos mais notaveis, carregado de serviços ao Brasil. Fôra escolhido para a funcção que exercia por um gesto espontaneo de confiança do pae do imperador menor. Como iriam demittil-o, assim, como se despede um lacaio? Era possivel? Não. Instituição conservadora e acima das paixões, o Senado reagiu pelo meio constitucional que estava ao seu alcance: rejeitando o projecto do governo que, já antes, na Camara, lograra a sua approvação. Foi o desespero de Feijó. Foi o panico nas hostes do governo. Foi a crise da Regencia. O padre, ameaçador, accusava o Senado de ser connivente com os conspiradores e os rebeldes que tramavam e se batiam pela restauração de Pedro I. E, por sobre as leis, queria Feijó que a Camara se proclamasse assembléa nacional, com poderes soberanos, para poder salvar a nação. A questão estava collocada no dilemma: — **Ou Feijó ou José Bonifacio...** A luva foi atirada á Camara com a renuncia

collectiva dos tres regentes, Costa Carvalho, Braulio Moniz e Lima e Silva. Mais: com a declaração peremptoria de Feijó, no sentido de abandonar o Ministerio da Justiça. Em meio a toda essa effervescencia, o Senado soube se manter sereno e irreductivel. Venceu. Foi José Bonifacio quem ficou. Foi Diogo Feijó quem saiu. E' o advento do gabinete de 3 de agosto de 1832. Com esse mesmo desassombro, com esse mesmo civismo, com essa mesma coragem de attitudes, o Senado votará, pouco depois, contra a proposição, que a Camara approvara, banindo Pedro I. Banimento por que? Os senadores pesavam as suas attitudes e decidiam pela justiça e pelo direito, sem o criterio de cortejar a opinião...

E na maioridade? Não partiu do Senado o primeiro projecto — o projecto Hollanda Cavalcanti — mandando logo investir nas funcções de governo o principe menor? E não foi no Senado, e não foi no seu presidente, o marquez de Paranaguá, que os politicos, principalmente, se apoiaram na revolução branca que fez maior a Pedro II? Na Camara, desobedecendo ao decreto do governo, que adiava as sessões legislativas, — ultimo recurso do regente Araujo Lima — o brado de Antonio Carlos que a historia recolheu é este aqui:

Quem fôr brasileiro, siga-me para o Senado. E foi no edificio deste, sob a presidencia do velho Paranaguá, que as minorias das duas casas do Congresso, revolucionariamente reunidas, proclamaram a maioridade.

Sob o 2.º Imperio, o prestigio e a força moral do Senado não fizeram senão augmentar. Havia na monarchia duas grandes forças permanentes e incontrastaveis. Uma, era o poder moderador do soberano; a outra era o Senado. E assim até os derradeiros dias do regimen. Sobretudo se destacava a elevada corporação politica pelos seus actos de independencia e pelo desassombro no encarar de todas as grandes questões nacionaes. O Senado, dizia em 1855, o marquez de Paraná, não estabelece "questão de gabinete, porque não se podia dar crise entre uma corporação politica e o ministerio". Sim, no mecanismo do nosso systema politico a verdade era esta. Mas quanta vez o voto moral do Senado contra o governo, lhe era mais prejudicial que o voto da propria Camara. Ainda contra esta, restava-lhe o recurso constitucional da dissolução. Mas contra aquelle, cujas decisões não impressionavam sómente os politicos, mas pesavam de facto no seio da opinião? Em 1858, por não contar com o apoio do Senado, abandonou o poder o ministerio de 4 de maio de

57, presidido pelo marquez de Olinda. Varios annos mais tarde, em 1886, derrotado na Camara Alta, o barão de Cotegipe, presidente do Conselho, ia pedir á Camara, sob pena de abandonar o ministerio, um voto de confiança que o fortalecesse contra o revés soffrido, accentuando, então, com muito acerto, "que posto o Senado não fosse competente para levantar crises ministeriaes prejudicava, todavia, com o seu voto, o credito e a acção do governo".

O Senado era a casa dos chefes. A investidura senatorial eram os bordados de general dos officiaes superiores de todos os partidos que para lá ingressavam. Chegar ao Senado era passar á categoria dos orientadores. O senador não obedecia a este, nem áquelle. O posto era de commando. O commandado despia a sua farda para tomar a outra, quando prestava, no novo cargo, o juramento da posse. Em 1882, Martinho Campos, que foi um dos parlamentares mais notaveis do seu tempo, declarava na Camara: "A politica neste paiz tem quasi sempre nos vindo pelo governo do Senado. O Senado recebe facilmente todos os nossos cidadãos mais eminentes que se distinguem no Parlamento. Infelizmente para a patria a vida dos senadores é cada vez mais curta". Em 63 annos de re-

gimen monarchico, de 1826, data da nossa primeira assembléa legislativa, a 1889, advento da Republica, apenas tres ministerios se formaram, sem que delles não participasse nenhum senador: o de 16 de janeiro e 14 de outubro de 1835, (regencia trina e regencia Feijó), e o de 19 de setembro de 1837, (regencia Araujo Lima). São as tres unicas excepções. No 2.º reinado, os senadores figuram obrigatoriamente, infallivelmente, em todas as combinações ministeriaes. E apenas dois presidentes de Conselho não foram tirados do Senado, Zacarias de Góes e Vasconcellos, em 62, 64 e 66, e Martinho Campos, em 1882, este, mesmo, já escolhido, embora ainda não reconhecido, senador, ao tempo em que sobre elle recaiu a escolha da Corôa.

Mas, tambem, que Senado era o Senado do Imperio. Todos esses vultos gigantescos que foram a gloria da nação na edade de ouro do Brasil, lá se acoitavam sob o toldo respeitavel do velho palacio do conde dos Arcos. Era Nabuco de Araujo, era o visconde do Rio Branco, era o marquez de Paraná, era o conselheiro Dantas, era o visconde de Abaeté, era Saraiva, era o barão de Cotegipe, era João Alfredo, era o visconde de Ouro Preto, era o marquez de Olinda, o duque de Caxias, Zacarias de Góes e Vasconcellos, o marquez do

Herval, o visconde de Sepetiba, o visconde de Uruguay, Martinho Campos, o visconde de Itaborahy, o visconde de Macahé, o marquez de Caravellas, o marquez de São Vicente, o marquez de Monte Alegre, Lafayette Rodrigues Pereira, Souza Franco, o visconde de Inhomirim, o barão de Uruguayana, o visconde de Sinimbú, José Bonifacio, o Moço, Francisco Octaviano, José de Alencar, o marquez de Muritiba, Antonio Carlos, Bernardo Pereira de Vasconcellos, Christiano Benedicto Ottoni, grandes estadistas, grandes talentos, grandes culturas, grandes patriotas.

Tal foi, no Imperio, o Senado do Brasil, uma corporação da mais alta respeitabilidade moral e politica, que tanto contribuiu para a grandeza e para o progresso do nosso paiz, num regimen — o Parlamentar — que é, innegavelmente, o que mais se coaduna com as legitimas aspirações do povo brasileiro.

***

Foi a 29 de abril de 1826 que se realizou a primeira sessão preparatoria do Senado Brasileiro. A Assembléa Nacional Constituinte, convocada em 1823. Só 3 annos mais tarde,

em 1826, tratou o nosso primeiro monarcha da Assembléa Geral Legislativa, constituida de uma Camara dos Deputados com 100 membros, eleitos quatriennalmente, e de um Senado vitalicio com 50.

De 1826 a 1889 contou o Senado nada menos de 20 presidentes. Eram todos elles, desde o marquez de Santo Amaro, que foi o primeiro, até Paulino José Soares de Souza, que foi o ultimo, escolhidos entre os grandes vultos da casa, entre cidadãos dos mais illustres da politica imperial, que pela sua austeridade, pelo seu saber, ou pelas suas virtudes, sabiam se impor á confiança e á admiração dos seus pares. Se o logar de senador já era considerado o ponto culminante da carreira do homem publico no Imperio, quanto mais o cargo de Presidente, para o qual se exigia todo um conjuncto de qualidades especiaes. Notava-se, ainda, entre os senadores, um tal ou qual escrupulo liberal, no sentido de não se permittir a permanencia muito longa no exercicio da elevada funcção. Houve, é verdade, tres excepções, e seguidas, a do barão de Pirapama, presidente 7 annos, de 1854 a 1860; a do visconde de Abaeté, treze annos, de 1861 a 1873, e a do visconde Jaguary que permaneceu no posto de 1874 a 1881, ou sejam oito annos. São

tres unicas excepções, que se explicam por uma longa serie de circumstancias, que melhor se comprehenderiam feita uma analyse meticulosa da quadra politica de então. Os demais 17 presidentes, não levaram no cargo praso além de 5 annos, os que mais levaram. Cinco annos, o bispo d. José Caetano da Silva Coutinho (1827-1831) e o general Bento Barroso Pereira, (1832-1836). Quatro annos, o barão de Monte Santo, (1847-1850), e o barão de Cotegipe (1882-1885). Tres annos, o marquez de Lages, (1844-1846), e o marquez de Sapucahy, (1851-1853). Dois annos, o marquez de Monte Alegre, (1842-1843), o conde de Baependy (1885-1886) e João Lins de Cansansão Sinimbú, (1887-1888). Um anno, o marquez de Santo Amaro. (1826); o marquez de Inhambupe, (1837); o marquez de Baependy, (1838); Diogo Antonio Feijó, (1839); o marquez de Paranaguá, (1840); o marquez de Valença, (1841); o visconde de Serro Frio, (1888); Paulino José Soares de Souza, (1889).

A eleição do presidente do Senado, segundo dispunha o artigo 1.° do Regimento Interno, procedia-se "logo depois da installação da Assembléa". Tinha que ser á pluralidade absoluta dos membros presentes e por escrutinio. Se na votação nenhum conseguis-

se essa maioria, os dois que tivessem alcançado a relativa, quer dizer os dois mais votados, entrariam em um segundo turno decisivo. Era o meio de evitar-se, na emergencia de qualquer luta, o adiamento indefinido da organização da Mesa. Permittia-se a reeleição e as funcções duravam do dia da eleição até a outra, na seguinte sessão legislativa. O art. 2.º firma os deveres e os direitos do presidente. Não faz propostas, não discute, não vota. "E' o regulador dos trabalhos da Camara, e o fiscal da boa ordem". Dava a materia para os trabalhos, estabelecia o ponto da questão para a discussão e podia dividir as proposições. O Regimento facultava-lhe ainda certos poderes na manutenção da ordem senatorial: "...Suspender a sessão, interromper o proponente, que se desvia da questão, que infringe o Regimento e que falta á consideração devida á Camara, ou a cada um de seus membros". Mais: "Póde o presidente fazer sair da sessão ao senador, que recusar entrar na ordem, e não sendo obedecido consultar o Senado sobre as demonstrações que deverá ter". (art. 4). No meio do tumulto, querendo suspender a sessão, mas não podendo fazer ouvir a sua voz, tinha o presidente esse recurso lembrado, no art. 5.º, de collocar o chapéo na cabeça.

Abriam-se as sessões ás 10 horas da manhã e iam até ás 2 da tarde. A lei interna da casa vedava, porém, de modo expresso, que se encerrassem os trabalhos antes de acabar o "discurso o senador que estivesse de pé". Vejamos, agora, num rapido apanhado sobre a vida de cada qual, o que foram os 20 presidentes do Senado no Imperio.

I

Marquez de Santo Amaro

José Egydio Alvares de Almeida, marquez de Santo Amaro, nasceu na cidade deste nome, na provincia da Bahia, a 1.º de setembro de 1767, filho legitimo de José Alvares Pinto de Almeida, que além de capitão mór das Ordenanças da Bahia, era fidalgo cavalheiro da Casa Real. Quando d. João VI, ainda principe regente, chegou ao Brasil, teve relações com José Egydio e sympathizando-se com os seus habitos e as suas maneiras, a sua ponderação e o seu tino, convidou-o para secretario de seu gabinete. José Egydio, em mais intimo contacto com o rei, soube insinuar-se no animo do monarcha e em 1818, ao ser acclamado soberano, d. João não só o

elevou a Conselheiro do Erario Regio e do Conselho da Fazenda, como lhe conferiu o titulo de barão de Santo Amaro.

Em 1821, quando começou a grande agitação nacional em prol da independencia brasileira, o politico bahiano filia-se aos defensores da causa nacional e figura no grupo daquelles que mais animavam e influiam o principe d. Pedro para que elle se puzesse á frente do movimento emancipacionista. Proclamada a nossa separação, o barão de Santo Amaro era, em 1823, eleito deputado pelo Rio de Janeiro á Assembléa Constituinte, logo depois escolhido seu vice-presidente. Dissolvida ella, Pedro I, que já o tinha em toda a conta, nomeou-o para o Conselho de Estado, instituido pelo decreto de 13 de novembro de 1823, e como tal um dos encarregados de redigir a Constituição de 25 de março de 1824. Ainda neste anno viu-se agraciado com o titulo de visconde, com grandeza, e em 1825 convidado pelo imperador para ser com Luiz José de Carvalho e Mello e Francisco Villela Barbosa, os plenipotenciarios do governo brasileiro, incumbidos de negociar e assignar, com Charles Stuart, o tratado de 29 de agosto, em virtude do qual o governo portuguez reconhece a independencia do Brasil. Em 1825, ao organizar-se o gabinete de 21 de no-

vembro, o visconde de Santo Amaro é chamado a gerir a pasta dos Estrangeiros, e na qualidade de seu titular cabe-lhe assignar o decreto de 10 de dezembro desse anno, declarando guerra ás provincias unidas do Rio da Prata, autorizando o censo e o armamento.

Gozando sempre de grande conceito publico, o visconde de Santo Amaro foi eleito, em 1826, para o Senado, sendo o terceiro votado do Rio de Janeiro, por differença apenas de um voto abaixo do marquez de Paranaguá, que occupou o 2.º logar. A 29 de abril, realizando-se a primeira sessão preparatoria do Senado, é, por acclamação, escolhido presidente dessa elevada corporação politica, e assim, é quem abre, a 6 de maio de 1826, a imperial sessão de instalação do nosso primeiro congresso legislativo. Já em 8 de maio, ao proceder-se á eleição para a mesa definitiva, dividido o Senado em correntes que se esboçam, Santo Amaro não reune mais aquella unanimidade de dez dias atráz. Embora o mais votado para presidente, não consegue, entretanto, a maioria absoluta de suffragios que se julgou, então, necessaria para a honrosa investidura.

Resolvido pelo Senado que no segundo escrutinio só entrariam os dois mais votados, e procedido este, 18 votos sagram Santo Ama-

ro, contra 11 que recairam no marquez de São João da Palma. Na sessão de 1827, já marquez desde 12 de outubro de 26, o estadista bahiano não quiz mais ser reeleito para dirigir os trabalhos do Senado. Ainda em 1831, Pedro I nomeou-o embaixador "em missão extraordinaria" junto aos governos de Londres e de Paris, postos que desempenhou com alta capacidade, regressando ao Brasil com maior acervo de serviços prestados á sua patria sempre com extrema dedicação. Falleceu, afinal, em 12 de agosto de 1832, na edade de 65 annos, grande do Imperio, gentil-homem da Camara do 1.º imperador, dignitario imperial da Ordem do Cruzeiro, commendador das Ordens de Christo e da Torre e Espada, cavalheiro da Ordem de Malta.

Não era o marquez de Santo Amaro uma intelligencia brilhante, nem uma cultura profunda. Distinguia-se, porém, pela sua honestidade, pela sua ponderação, pela sua clarividencia, homem de moral rigida e de escrupulos que tocavam, ás vezes, ao exagero.

II

Bispo D. José Caetano da Silva Coutinho

Filho de Caetano José Coutinho, nasceu a 13 de fevereiro de 1768, na villa de Caldas da Rainha, em Portugal e veiu a fallecer no Rio de Janeiro, com 65 annos de edade, a 27 de janeiro de 1833. Bacharel em canones pela Universidade de Coimbra, tendo sido em 1804 arcebispo titular de Crangonor, embarcou para o Brasil em 1808, nomeado bispo do Rio de Janeiro e capellão-mór da imperial camara de d. João VI.

Homem de intelligencia, possuidor de uma grande erudição e sobretudo de uma captivante sympathia, não tardou d. José Caetano da Silva Coutinho em congregar, em seu derredor, uma longa roda de amigos e

admiradores, que faziam a propaganda de suas virtudes e de seu valor intellectual. Tendo adherido, desde o primeiro instante, á causa da nossa independencia, a cujo serviço collocou os seus talentos e a sua autoridade moral, foi eleito, em 1823, pela provincia do Rio, deputado á Assembléa Constituinte e escolhido, pelos seus pares, para o cargo de presidente.

Jurou em 1824 a Constituição do Imperio outorgada por Pedro I, tornando-se, assim, brasileiro pela grande naturalização, elle que já o era antes, tanto pelo espirito como pela alma, dedicando, como dedicou, a este paiz uma profunda e sincera amizade. Em 1826 o seu nome é levado ás urnas para senador do Imperio, na provincia de São Paulo, e de 1827 a 1831, portanto, durante cinco annos, exerce a presidencia do Senado. O politico não o desviava dos seus deveres religiosos, nem de suas preoccupações de intellectual e homem de letras. Publicou mais de uma vintena de excellentes pastoraes, dando conselhos e fazendo exhortações civicas, além de varias poesias, de uma **Memoria historica,** sobre a invasão franceza em Portugal, em 1808, do **Catechismo** da doutrina chistã, dos **Estudos** da Santa Igreja Catholica e Capella Real do Rio de Janeiro, do **Regimento do Se-**

nado, de 1832. Escrevia, como se vê, sobre os assumptos mais variados e sempre com perfeita segurança da materia. Era grã-cruz da Ordem da Rosa e commendador da Ordem de Christo.

III

Bento Barroso Pereira

Bento Barroso Pereira, que viria ser o 3.º presidente do Senado, nasceu na provincia de Minas Geraes, no arraial do Tijuco, no anno de 1785, filho do desembargador Antonio Barroso Pereira, velho magistrado, de rija tempera, que o educou numa escola severa de culto á patria e de amor ao dever. Manifestando desde cedo os seus pendores pela carreira das armas, foi mandado para Lisboa, onde assentou praça em 1805, com 20 annos de edade. E' um tirocinio brilhante, o de Bento Barroso Pereira, alcançando, successivamente, todos os postos do Exercito; alferes, em 1810; major, em 1816; tenente-coronel, em 1820; coronel, em 1822; brigadeiro, em 1824; ajudante-general, em 1826.

Não era soldado de se deixar ficar, tranquillamente, nos batalhões, ou de viver em frequentes commissões, que o afastassem do cumprimento dos seus deveres. Não. O official tinha orgulho da farda que vestia, e, além desse orgulho, o proprio prazer de servir nas expedições, nos campos, nas empresas arriscadas. Como major do 1.º batalhão de granadeiros, tomou parte na expedição militar que seguiu para Pernambuco, por occasião da revolução republicana de 1817, e naquella provincia, em diversas opportunidades, deu varias mostras da sua galhardia.

Apezar do devotamento á carreira que escolheu, Bento Barroso Pereira interessou-se sempre pela politica, que sobre o seu espirito exercia, de certo modo, uma grande fascinação. Entenderia, talvez, que, como bom soldado, corria-lhe, mesmo, o dever de acompanhar, de perto, tudo quanto se relacionasse com os destinos da patria, a sua segurança, o seu progresso, a sua grandeza. Em 1826 vem eleito senador pela provincia de Pernambuco e logo em 1827 é convidado para exercer a pasta da Guerra, no 7.º ministerio organizado por Pedro I, a 20 de novembro daquelle anno, e do qual fazem parte o futuro marquez de Olinda, o marquez de Aracaty, o deputado Lucio Soares Teixeira de Gouveia, o ge-

neral Diogo Jorge de Britto e o futuro marquez de Abrantes. Em 1832, a Regencia Permanente chama-o para o 2.º gabinete, o de 3 de agosto, confiando-lhe não só o Ministerio da Guerra, como, interinamente, o da Marinha. Bento Barroso Pereira não leva dois mezes no governo. E' eleito presidente do Senado, e exerce durante cinco annos, até 1836, essa elevada funcção publica. A 3 de fevereiro de 1837 apagava-se, aos 52 annos de edade, a preciosa existencia desse illustre varão do primeiro reinado.

IV

Marquez de Inhambupe

Entre as grandes figuras que enchem o scenario brasileiro no primeiro Imperio cabe ao marquez de Inhambupe um logar de merecido relevo. Natural da Bahia, onde nasceu a 6 de abril de 1760, completou em Portugal os seus estudos, formando-se em direito pela Universidade de Coimbra, e depois, fazendo o curso de mathematicas e de philosophia.

Em 1789 decidiu que a sua carreira haveria de ser a de magistrado e foi, successivamente, juiz de fóra da villa de Torres Vedras, ouvidor de Pernambuco, desembargador na Relação da Bahia. Em 1798 occorreu em Pernambuco a deposição do governador e capitão-general. Pela lei de 1770 cabia a An-

tonio Luiz Pereira da Cunha, que não era ainda titular, assumir o governo, para que o mesmo não ficasse acephalo e a normalidade legal pudesse mais promptamente ser restaurada. Cumpriu o seu dever, enfrentando os riscos da situação, conduzindo-se na delicada emergencia com a sabedoria e a habilidade de que iria, mais tarde, dar provas bem seguras. Encerrado esse parenthesis, tornou á magistratura e exerceu as funcções de ouvidor da comarca de Rio das Velhas, em Minas, e de desembargador do Porto, na ouvidoria de Sabará, até que, nomeado desembargador ordinario da Casa de Supplicação de Lisboa, teve de seguir para Portugal. Regressando ao Brasil em 1807, licenciado de seu cargo, d. João VI, então no Rio de Janeiro, designou-o para chanceller da Relação da Bahia, já nomeado conselheiro da real fazenda. Em 1809, fallecendo na sua provincia o conde da Ponte, governador e capitão-general, organizou-se um governo interino. Pereira da Cunha fez parte delle, com o arcebispo d. Frei José de Santa Escolastica e o tenente-general Godinho.

Por esta época os seus meritos corriam fama. Tanto assim que precisando o rei de alguem que organizasse um **Codigo de Posturas e Regulamentos Municipaes**, applicaveis a toda a parte do reino, recorreu aos pres-

timos do magistrado. Pereira da Cunha não foi feliz. Elaborou um codigo liberal que as idéas do tempo não admittiam e, como notam os seus biographos, foi accusado de "atacar o supremo poder do soberano", falta gravissima em uma época em que os monarchas se julgavam sagrados, como enviados directos de Deus. Isso, comtudo, não o impediu de ter novas commissões do governo, inclusive, em 1821, a de intendente geral da policia, indicado para esse posto pelo povo, naquella noite famosa de 26 de fevereiro, em que o principe d. Pedro, no Theatro São João, jurou, em nome de d. João VI, a Constituição que as Côrtes elaboraram em Lisboa.

Atravessava-se uma quadra difficilima de agitação publica e de apprehensões politicas. A volta da Côrte para Portugal... A proclamação da independencia... A convocação da Constituinte. Pereira da Cunha levou na direcção da policia apenas 8 mezes, mas deixou o cargo não só com immensa popularidade, como com a reputação de politico habil, maneiroso, contornador de difficuldades. Já então a politica o tomára á sua conta e elle é eleito deputado, pela provincia do Rio de Janeiro, á Assembléa Constituinte.

Com a dissolução desta, entra para o Conselho do Estado e, nesta qualidade, figura

entre os redactores da Constituição Imperial de 25 de março de 1824. Estimado e admirado tanto no Paço, como entre os politicos, a sua carreira estava feita. Visconde com grandeza em outubro de 1824, logo em 1825 entra para o ministerio, como titular da pasta dos Estrangeiros e interinamente da Fazenda. No 5.º gabinete, o de 21 de janeiro de 1826, que succede a este, o visconde de Inhambupe continua como ministro dos Estrangeiros. Ainda neste anno é eleito senador á nossa primeira Assembléa legislativa e elevado a marquez por decreto de 12 de outubro. A 5 de abril de 1831, Pedro I convida-o para ministro do Imperio do gabinete que passou á historia com o nome de "ministerio dos marquezes" e que deu em resultado immediato a sublevação militar de 7 de abril. Abdicando o monarcha, o marquez é o encarregado de passar o governo á regencia provisoria naquelle mesmo dia organizada.

E' o declinio da carreira politica de Inhambupe, que, a partir desta data, vae se retirando, lentamente, do scenario. Os liberaes não o poupavam, nota Joaquim Manoel de Macedo, sobretudo pela sua dedicação ao primeiro imperador. Isso de resto não o impediu de ser eleito presidente do Senado em 1837, o que demonstra o conceito e a consi-

deração em que o tinham. Falleceu neste anno a 19 de setembro, dignitario da Imperial Ordem do Cruzeiro e commendador da Ordem de Christo.

V

Marquez de Baependy

Manoel Jacyntho Nogueira da Gama veiu ao mundo na provincia de Minas Geraes a 8 de setembro de 1765, filho de Nicoláo Antonio Nogueira e de d. Joaquina de Almeida Gama. Formou-se em mathematicas e philosophia na Universidade de Coimbra, e seguiu até o 2.º anno o curso de medicina. Era dotado de singular perseverança e de notavel firmeza para os estudos, tanto que, por duas vezes, se viu forçado a copiar musicas para vender e, depois, a dar lições particulares como meio de obter o necessario para poder chegar ao termo de seu curso.

Nomeado em 1791 lente substituto de mathematicas da Academia Real de Marinha,

em Lisboa, deu mostras de um talento vivo e brilhante, ao par de admiravel erudição. Exerceu o professorado até 1801, já promovido ao posto de capitão de fragata, quando foi nomeado inspector geral das nitreiras e fabricas de polvora de Minas Geraes. Desempenhou, seguidamente, e sempre com capacidade, diversos cargos de importancia, deputado da junta de mineração e moedagem, membro da Junta da Real Fazenda de Minas, secretario do governo da provincia, escrivão do Real Erario do Rio de Janeiro, membro da junta directora da Academia Militar. Parallelamente vinha conquistando na carreira das armas os postos de maior graduação, chegando a marechal de campo, quando se reformou em dezembro de 1822.

Entrando para a politica foi eleito deputado pela provincia do Rio á Assembléa Constituinte e a 13 de novembro de 1823 nomeado para o nosso primeiro Conselho de Estado, apezar de ter sido um dos amigos de Pedro I que mais vehementemente impugnaram a dissolução daquella assembléa. Por tres vezes exerceu Nogueira da Gama as funcções de ministro, e de todas ellas com a pasta da Fazenda, em 1823, no 2.° gabinete organizado por Pedro I; em 1826, no gabinete de 21 de janeiro; em 1831, no gabinete 5

de abril. A este tempo já usava o titulo de marquez de Baependy, depois de ter sido visconde com grandeza, a partir de 1824 e conde desde dezembro de 1825.

Em 1826 foi eleito senador por Minas Geraes e em 1838 presidente do Senado. Gozava entre os seus pares de largo conceito. Era grande do Imperio, fidalgo cavalheiro da Casa Imperial, Grã Cruz da Ordem da Rosa, dignitario da Ordem do Cruzeiro, commendador da Ordem de São Bento de Aviz. Falleceu em 15 de fevereiro de 1847, com 82 annos de edade, legando á posteridade um nome respeitavel.

VI

Diogo Antonio Feijó

Na politica geral do Brasil, no periodo que vae de 1821 a 1837, poucos homens publicos terão tido sobre os negocios do paiz a actuação do padre Diogo Antonio Feijó, que foi, sem duvida, no momento historico em que appareceu, um desses entes providenciaes que surgem na hora propria para desempenhar a determinada missão.

Diogo Antonio Feijó nasceu na cidade de São Paulo em agosto de 1784, e, em 1807, com 23 annos de edade, recebia as ordens de presbytero. Os primeiros tempos de sua mocidade passou-os lecionando aos rapazes da época, até que, em 1821, se viu eleito deputado do Brasil ás Côrtes de Lisboa. Ahi, logo que

se accentuaram as profundas divergencias que dividiam brasileiros e portuguezes, o padre Feijó collocou-se resolutamente ao lado de seus patricios e formou com Antonio Carlos, Lino Coutinho, Pedra Branca, Agostinho Gomes, Cypriano Barata, Silva Bueno, aquella valente e aguerrida vanguarda liberal, que defendeu, até á ultima hora, os interesses de nossa patria contra os intuitos de recolonização manifestados pelas côrtes.

Tornando ao Brasil, depois de ter sido um dos signatarios do famoso manifesto de 22 de outubro de 1822, publicado em Falmouth, recolheu-se modestamente a Itú, onde em 1824 redigirá as emendas que a camara municipal dessa cidade apresenta ao projecto de Constituição, submettido por d. Pedro I ao julgamento geral do paiz. De 1826 a 1829, e de 1830 a 1833, representa a provincia de São Paulo na Camara dos Deputados e é no seu seio que, em 1831, o vae buscar a Regencia permanente para lhe confiar, no gabinete de 16 de julho, a pasta da Justiça. Ministro encarregado de manter a ordem e a segurança publicas e sobre cujos hombros pesava, principalmente, o encargo de garantir as instituições nacionaes, o padre Feijó viu-se a braços com difficuldades tremendas, entre successivos pronunciamentos

militares e civis, que ameaçavam não só ao governo, como ao proprio regimen monarchico. Nesta conjectura grave da nossa historia, terá se excedido muitas vezes, mas salvou a Corôa e o prestigio da autoridade. Quando se sentiu sem o apoio que esperava das camaras, não vacillou um segundo: atirou com a sua renuncia de ministro, (26 de julho), deixando o governo. Ou José Bonifacio seria destituido do cargo de tutor dos filhos de Pedro I, ou elle Feijó abandonaria o gabinete. Vencido, cumpriu a sua promessa, resignando com a mesma sobranceria e a mesma altivez com que dissolveu os corpos militares e dominou as sublevações da ilha das Cobras, e da fortaleza de Villegaignon, bem assim o movimento restaurador de 17 de abril de 32. Diz Macedo: "Em um anno e 22 dias de ministerio, elle deixára escripto a brilhante epopéa de sua vida politica". "Em seu ministerio de 1831 a 1832 teve a sua pyramide mais gloriosa".

Um anno não se tinha, ainda, transcorrido, após esses acontecimentos, quando o padre Feijó é eleito senador pela provincia do Rio de Janeiro. O Senado annulla a eleição, mas de novo o eleitorado fluminense leva ás urnas o seu nome, e Feijó, finalmente, a 15 de julho de 1833, podia empossar-se na ca-

deira, que se lhe offerecera. Em 1835, promulgado o Acto Addicional, que torna una a Regencia trina, Diogo Antonio Feijó foi eleito regente. São dois annos de lutas terriveis, lutas militares e lutas politicas, em meio ás quaes o padre succumbe, renunciando o poder a 18 de setembro de 1837 e o entregando aos seus adversarios, na pessoa do marquez de Olinda. Feijó, nota Oliveira Vianna, na sua "obra de moralização administrativa, feria, indistinctamente, amigos e inimigos". Isso o perdeu. Os homens que o elevaram ao poder, a começar por Evaristo da Veiga, descontentaram-se com os seus actos. Feijó commetteu erros e praticou injustiças. A opinião publica cresceu contra elle, a imprensa descarregava-lhe, diariamente, todas as suas baterias, emquanto, na Camara, Bernardo Pereira de Vasconcellos centralizava a grande opposição parlamentar do partido conservador. Combatido pelos adversarios e sem a dedicação, mesmo sem o apoio dos correligionarios, não pôde mais se sustentar e baqueou, ao fim de dois annos procelosos.

Em 1839, Feijó preside o Senado. Em 1842, ao rebentar em São Paulo a revolução liberal desse anno, o padre, já ao fim da vida, doente, paralytico, quer dar á patria ainda uma grande prova de sua virilidade e da sua

energia, fazendo-se transportar para Sorocaba, e assumindo a responsabilidade integral do movimento. Conta-se que ao ser convidado a render-se pelo então barão de Caxias, interrogou ao bravo militar:

— Qual as ordens que traz do governo Imperial em relação aos rebeldes?

Ao que Caxias respondeu:

— As mesmas que recebi de v. ex. quando ministro da Justiça: levar tudo a ferro e a fogo.

Foi preso e transportado em um vaso de guerra, de Santos ao Rio e do Rio a Victoria, depois de haver energicamente protestado contra a violação de suas immunidades parlamentares. Apresentada contra elle denuncia ao Senado, fez, por escripto, uma defesa brilhante, sendo, afinal, absolvido. A 10 de novembro de 1843 deixava de existir o padre Diogo Antonio Feijó.

VII

Marquez de Paranaguá

O marquez de Paranaguá, Francisco Villela Barbosa, foi, no seu tempo, um dos nossos politicos mais impopulares. Avesso, inteiramente, ás idéas liberaes, tendo o verdadeiro culto do governo, delle disse, com razão, Pinheiro Chagas: "Nunca trepidou deante do pensamento de affrontar as turbas irritadas para fazer triumphar o principio da autoridade". Era conservador por temperamento e por indole propria do seu espirito, da mesma fórma que era intolerante no poder e de uma intransigencia e de uma severidade a toda prova.

Nasceu Villela Barbosa no Rio de Janeiro, a 20 de novembro de 1769, vindo a morrer

em 11 de setembro de 1846, com 77 annos de edade. Formou-se em direito pela Universidade de Coimbra, lutando com penosas difficuldades financeiras para chegar a concluir o curso. Em 1797, seguiu para Lisboa, conseguindo na armada real a graduação de 2.° tenente, posto em que tomou parte na campanha do cerco de Tunis. Lente da Real Academia de Sciencias, major do Corpo de Engenharia, para onde se transferira, Villela Barbosa ingressa em 1821 na politica, eleito, pela provincia do Rio, deputado ás Côrtes de Lisboa.

Voltando ao Brasil, entra em 1823 para o gabinete de 10 de novembro, como ministro do Imperio e dos Estrangeiros, tendo exercido, interinamente, as pastas da Guerra e da Marinha. Passa por ter sido o grande inspirador da dissolução da Constituinte, o que está muito de accordo com a feição do politico. Elle tambem em 1830 aconselha d. Pedro a dissolver a Camara recalcitrante, e em 1831, em vez de abdicar, o imperador, se ouvisse os seus conselhos, se teria lançado em uma encarniçada politica de reacção contra os adversarios. Membro do Conselho de Estado em 1823, ministro da Marinha em 1825, e em 1826, (gabinetes de 21 de novembro e de 21 de janeiro); dos Estrangeiros e

da Marinha, em 1829, (4 de dezembro), da Marinha, em 1831 (5 de abril), senador pela provincia do Rio, desde 1826, ministro da Marinha em 1841 (23 de março), taes os postos que o marquez de Paranaguá veiu, successivamente, occupando. Em 1840 foi eleito presidente do Senado e nesse caracter, juntou-se, momentaneamente, aos liberaes, na campanha pela maioridade, e presidiu a historica sessão de 22 de julho em que as minorias da Camara e do Senado proclamaram maioridade a d. Pedro II, solução violenta e revolucionaria, que se adaptava, admiravelmente, ás suas tendencias politicas. Na sagração do imperador serviu de condestavel.

O marquez de Paranaguá era possuidor de elevada cultura, mathematico de larga nomeada e poeta de fina inspiração. Publicou **Elementos de Geometria, Breve tratado de Geometria espherica. Memoria sobre a correcção das derrotas de estima** e, no terreno literario, **Poemas e Primavera.** Visconde com grandeza, desde 12 de outubro de 1824, marquez em 12 de outubro de 1826, grande do Imperio, grã-cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro, pertencia, ainda, a varias associações literarias e scientificas, nacionaes e estrangeiras. Divergindo-se das suas idéas e condemnando-se a rigidez do estadista, ha que se

reconhecer, por justiça, que elle foi um homem fundamentalmente sincero nas suas crenças e perfeitamente logico nas suas attitudes.

VIII

Marquez de Valença

Estevão Ribeiro de Rezende, filho legitimo do coronel Severino Ribeiro e de d. Josefa Maria de Rezende, nasceu no arraial de Prados, em Minas, a 20 de julho de 1777. Formou-se em direito pela Universidade de Coimbra, sendo logo despachado juiz de fóra em Palmella. Ahi, por occasião da invasão franceza de 1807, prestou valiosos serviços aos portuguezes, portando-se em face dos dominadores com a maior altivez, protestando contra as suas violencias, reclamando contra as suas extorsões, até que, não podendo mais, ausentou-se da cidade, depois de collocar em logar seguro os dinheiros publicos pelos quaes lhe cabia zelar.

Veiu, então, para o Brasil, e foi, seguidamente, juiz de fóra em São Paulo, fiscal dos Diamantes, desembargador da Relação da Bahia, intendente geral de policia, desembargador da Casa de Supplicação, superintendente geral dos contrabandos. Em 1822, ao emprehender d. Pedro a sua viagem de março deste anno á provincia de Minas Geraes, levou Rezende como secretario de Estado, encarregado de todas as pastas. Proclamada a independencia do Brasil, vem eleito deputado á Assembléa Constituinte e em 1823, Pedro I o nomea membro extraordinario do Conselho de Estado. Em 1826, apparece Estevão de Rezende com tres mandatos, o de deputado e o de senador por Minas, mais o de senador por São Paulo, sendo escolhido, na lista triplice, para o segundo desses cargos. Por duas vezes exerceu o logar de ministro, a primeira, em 1824, na pasta do Imperio, no gabinete de 10 de novembro; depois, em 1827, a da Justiça, no gabinete de 15 de janeiro.

Como senador, figurou entre os grandes defensores da Maioridade, sempre filiado ao Partido Conservador. Em 1841 presidiu o Senado, findo o que, veiu lentamente, se retirando da arena politica. Barão de Valença, com grandeza, desde 1825, conde em 1826,

marquez em 1848, era grande do Imperio, fidalgo cavalheiro, grã-cruz da Ordem de Christo, dignitario da Ordem do Cruzeiro, cavalheiro professo da Ordem de Christo de Portugal. Casou-se em 1818 com d. Ildia Mafalda de Souza, que era dama de honra da imperatriz e filha do brigadeiro e fidalgo portuguez Luiz Antonio de Souza. Traçando o perfil biographico do marquez de Valença, alludе Macedo á "sua illustração e ao seu notavel merecimento". E Affonso Taunay tem, a seu respeito, esta phrase: "Fôra sempre um dos mais valiosos representantes dessa dignidade parlamentar que durante decennios assegurou ao Brasil imperial dias tão brilhantes e tão dignos de admiração". Falleceu com perto de 80 annos, a 8 de setembro de 1856.

IX

Marquez de Monte Alegre

José da Costa Carvalho, marquez de Monte Alegre, foi uma das figuras mais insinuantes da politica imperial brasileira. A sua actuação sobre os negocios publicos do paiz começa a se fazer sentir desde o primeiro reinado, atravessa a regencia e vem estender-se, ainda, sobre os primeiros vinte annos do governo de d. Pedro II. Era um dos espiritos mais esclarecidos do seu tempo, um dos politicos mais prestigiosos, um dos estadistas mais conceituados. E segundo o depoimento do barão de Cotegipe, o "melhor bom senso" que elle conhecera.

Filho legitimo de José da Costa Carvalho e de d. Ignez Maria da Piedade Costa,

nasceu o marquez de Monte Alegre na provincia da Bahia, a 7 de fevereiro de 1796. Formou-se em direito pela Universidade de Coimbra, em 1819, e iniciou a sua vida como juiz de fóra e ouvidor da cidade de São Paulo. Em 1822 abraçou a causa da independencia e veiu eleito para a Assembléa Constituinte pela sua terra natal, a Bahia. Deputado, depois, na primeira e segunda legislaturas, filiou-se á opposição a Pedro I, formando, na Camara, de que foi, tambem, presidente, ao lado de Feijó, de Vergueiro, de Paula Souza, de Lino Coutinho, ao mesmo tempo que dirigia, fóra do Parlamento, um vibrante periodico politico **O Pharol Paulistano.**

Tornou-se, desta fórma, no dizer de Macedo, "um dos homens mais queridos do povo" e assim não admira que em 1831, naquella phase perigosa da Abdicação, o seu nome surgisse indicado para um dos membros da regencia permanente trina, constituida em 17 de junho. Desgostoso com o rumo tomado pelos acontecimentos politicos, partidario de uma politica de maior moderação que a seguida pelo gabinete, deixa o governo em 1833 e recolhe-se á cidade de São Paulo, onde, de 1835 a 1836, exerceu a funcção de director da Faculdade de Direito. Eleito deputado na legislatura de 38 a 41, torna á actividade po-

litica e não chega ao segundo anno de seu mandato porque, logo em 1839, a provincia de Sergipe lhe offerece uma cadeira no Senado.

A este tempo, como notam os observadores desta época da vida nacional, já em Costa Carvalho se operara a mesma evolução que levou Vasconcellos, Paraná e Itaborahy do lado dos liberaes para o lado dos conservadores. Em 1841 é agraciado com o titulo de barão de Porto Alegre, em 1842 entra para o Conselho de Estado e, neste mesmo anno é escolhido presidente do Senado, cargo que exerce até 1843, quando recebe o titulo de visconde com grandeza.

Antes disso, em 1842, de 20 de janeiro a 17 de agosto, presidiu a provincia de São Paulo e, em face da revolução encabeçada pelo brigadeiro Raphael Tobias, mostrou-se, então, o estadista, o homem energico e senhor de si, que sabe sustentar com dignidade o seu poder e agir com o rigor e o espirito de justiça que se fizeram necessarios para o restabelecimento da autoridade da lei. Em 1848, no gabinete de 29 de setembro, chefiado por Olinda, occupa a pasta do Imperio, e em 1849, com a demissão daquelle, sóbe á presidencia do Conselho. Deixa o governo em 1852 e em 54 é elevado á categoria de marquez.

Falleceu Monte Alegre seis annos mais tarde, a 18 de setembro de 1860, com 64 annos de edade. Pertenceu a varias associações, entre as quaes o Instituto Historico. Era grande do Imperio, grã-cruz da Ordem do Cruzeiro e, tendo servido de testemunha no consorcio da princeza d. Francisca, irmã de Pedro II, com o principe de Joinville, foi agraciado pelo rei de França, Luiz Philippe, com a grã-cruz de Legião de Honra.

X

Marquez de Lages

O Marquez de Lages, João Vieira de Carvalho, nasceu em Olivença, Portugal, a 16 de novembro de 1781. Fez no collegio dos nobres os seus estudos e assentou praça no exercito portuguez. Ao tempo em que d. João VI estava no Brasil, João Vieira de Carvalho, valendo-se da protecção do marquez de Alorna, conseguiu a sua transferencia da metropole para a colonia e teve, aqui, nas armas e na politica, uma carreira movimentada e brilhante.

De 1811 a 1817 tomou parte activa nas expedições militares que deram campanha no sul do paiz, e tendo começado no posto de sargento-mór, ao terminar a luta trazia, nos

punhos, os galões de tenente-coronel e era galardoado, em 1821, com o cargo de commandante militar e director da colonia de Nova Friburgo. Filiou-se em 1822 aos que se batiam pela independencia do Brasil e foi chamado ao poder, em 28 de outubro, para desempenhar a pasta da Guerra, no primeiro ministerio organizado pelo imperador. No periodo de 8 annos, João Vieira de Carvalho é seis vezes ministro da Guerra, e uma vez do Imperio, nos gabinetes de 17 de julho, e 10 de novembro de 1823, de 21 de janeiro de 1826, de 15 de janeiro de 1827, de 5 de abril de 1831. A este tempo era conde de Lages desde 12 de outubro de 1826, depois de ter sido barão com grandeza a partir de outubro de 1825. Pertencia ao Conselho de Estado (1826) e conquistara no Exercito o ultimo posto de escala, o de marechal. Em 1829 a provincia do Ceará o elegera senador.

Amigo dedicado de Pedro I, sacrificou-lhe a sua popularidade e foi um dos homens publicos mais antipathizados de sua época, sobretudo depois que largamente se espalhou a noticia de que elle conspirava no sentido de fazer a d. Pedro monarcha absoluto. Na regencia, ainda por duas vezes, o visconde de Lages foi convidado para ministro da Guerra, a 1.° de novembro de 1836, com o padre

Feijó, e em 1839, no gabinete de 1.º de setembro, com o marquez de Olinda. Partidario exaltado da maioridade, serviu de alferes-mór na coroação de Pedro II. Em 1844 era eleito presidente do Senado, funcções que desempenha durante tres annos, até 1846, sendo que em 1845 foi elevado á categoria de marquez.

Membro do Instituto Geographico e Historico, fidalgo cavalheiro da Casa Imperial, grã-cruz da Ordem de São Bento de Aviz, official da Ordem do Cruzeiro, falleceu o marquez de Lages a 1.º de abril de 1847.

XI

Barão de Monte Santo

Filho de Luiz Antonio de Oliveira Mendes, nasceu Luiz José de Oliveira Mendes a 21 de junho de 1779, na provincia da Bahia. Formado em direito, seguiu a carreira judiciaria, para a qual se inclinavam todos os seus pendores e chegou ao cargo de ministro do Supremo Tribunal de Justiça, depois de ter sido desembargador, durante varios annos.

Era um espirito sereno e pacato, desses homens moderados e reflectidos, incapazes de se apaixonar e sobre os quaes predomina, unicamente, o frio raciocinio das coisas. Não possuia nem grande talento, nem solida cultura. Era o meio termo commum. Entendia com clareza, resolvia com bom senso e orien-

tava-se sempre pelo desejo de não se afastar do que era direito e do que era justo. Teve uma actuação politica apagada. Foi, porém, um homem bom e integro. O typo do magistrado consciencioso e cumpridor dos seus deveres.

Adheriu em 1822 aos partidarios de nossa emancipação politica e em 1826 veiu eleito senador pela provincia do Piauhy. A sua passagem pelo Parlamento não se accentua por nenhum traço relevante, mas em 1847 foi eleito presidente do Senado, exercendo o cargo, até 1850, quer dizer durante quatro sessões legislativas, successivamente. Era, nesse posto, o homem no seu logar. Estimado, justiceiro e recto. O governo imperial, por decreto de 15 de novembro de 1846, conferiu-lhe o titulo de barão de Monte Santo e em 1848 fel-o barão com grandeza.

Falleceu com 72 annos, a 21 de março de 1851, sendo grande do Imperio, dignitario da Ordem do Cruzeiro, commendador da Ordem de Christo e do Conselho de Sua Majestade.

XII

Marquez de Sapucahy

Eis ahi um dos estadistas do Imperio que mais se distinguiram pelo seu saber e pela sua intelligencia, Candido José de Araujo Vianna. Filho do capitão-mór Manoel de Araujo da Cunha e de d. Marianna Clara da Cunha, nasceu em Minas, a 15 de setembro de 1793; formou-se em direito, pela Universidade de Coimbra, em 1821, e iniciou-se na vida publica como promotor de capellas e residuos, na sua terra natal. Na politica, nas letras, na magistratura destacou-se sempre como um espirito privilegiado.

Em 1823 foi membro da Constituinte, e escolhido para redigir o "Diario" da Assembléa; em 1826, e deste anno até 1838, depu-

tado geral, tendo sido, nesta legislatura, presidente da Camara, finalmente, ainda em 1838, senador do Imperio. Por tres vezes exerceu as funcções de ministro de Estado. Ministro da Fazenda, em 1832, no gabinete de 13 de setembro; da Justiça, interinamente, na combinação de 23 de março, cargo este em que referendou a lei creando o Conselho de Estado e a que dava aos senadores, naquelle tempo em que o Parlamento era tão cioso de suas prerogativas, o solenne e respeitavel tratamento de excellencia.

Em 1826 presidiu Araujo Vianna a provincia de Alagoas e em 1828 a provincia do Maranhão. Exercia essas funcções quando se deu a abdicação de Pedro I, sobrevindo sérias perturbações da ordem publica, que elle, com a acção combinada de sua energia com a sua moderação, conseguiu restabelecer. A carreira politica de Araujo Vianna não entravou a do magistrado. E' assim que de promotor passa a juiz provedor da Fazenda, e em seguida a juiz de fóra (1825), desembargador da Relação de Pernambuco, (1827), da Relação da Bahia (1832) da Relação do Rio e, por ultimo, ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Em 1850 nomearam-no membro extraordinario do Conselho de Estado e em 1859

membro ordinario, sendo de notar que, de 1851 a 1875, data de sua morte, serviu de secretario daquella importante corporação. Foi ali, diz Macedo, "um livro de consulta, fonte de sabedoria, que só elle ignorava, monumento de sciencia escondido em immenso abysmo de modestia". Desde 1839 era professor de Pedro II e de suas irmãs, como o seria mais tarde da filha do imperador, leccionando literatura e sciencias positivas. Visconde de Sapucahy em 1854, marquez em 1872, presidiu o Senado durante tres annos, de 1851 a 1853, fallecendo nesta capital, a 23 de janeiro de 1875.

XIII

Barão de Pirapama

Chamava-se o barão de Pirapama, Manoel Ignacio Cavalcanti de Lacerda e Albuquerque, natural da provincia de Pernambuco. Formado em direito, seguia a magistratura, quando foi eleito, em 1823, para a Assembléa Constituinte Brasileira. Teve na politica uma carreira movimentada e rapida, embora não houvesse tido nunca uma grande actuação na marcha dos negocios publicos. Deputado em duas legislaturas, de 1838 a 1842 e de 1843 a 1844, é eleito senador em 1850. Durante sete annos ininterruptos, de 1854 a 1860, Manoel Ignacio preside o Senado. Depois do visconde de Abaeté e do visconde de Jaguary foi o estadista do Impe-

rio que, por mais tempo, desempenhou aquelle cargo. Mostra isso o conceito e a estima em que era tido o barão de Pirapama, com este titulo agraciado e com grandeza em 1861.

Não se distinguiu como orador. Não exerceu cargos de administração. Mas é justo reconhecer-lhe os predicados de politico avisado e esclarecido, que gozou, sempre, de uma alta respeitabilidade. Falleceu o barão de Pirapama em 11 de março de 1882, official da Ordem do Cruzeiro e da Ordem da Rosa.

XIV

Visconde de Abaeté

A vida do visconde de Abaeté foi uma das mais movimentadas de sua época. Natural de Lisboa, onde nasceu a 22 de setembro de 1798, licenciado em leis pela Universidade de Coimbra, Antonio Paulino Limpo de Abreu veiu para o Brasil com a edade de 22 annos e aqui iniciou a sua carreira, a principio, juiz de fóra de São José d'El Rei, depois ouvidor de Paracatú. Sobrevindo a agitação pela independencia nacional, desempenhou papel saliente no circulo de seus amigos, vindo eleito, em 1826, como deputado á primeira legislatura do Parlamento brasileiro. Durante 16 annos, seguidamente, exerce aquelle mandato, sempre com grande brilho e muita inde-

pendencia, até que, em 1842, se envolve na revolução mineira e vê-se, de repente, deportado para o estrangeiro. De volta ao Brasil, passada a tormenta, de novo a provincia de Minas o elege para a Camara e em 1847, lhe offerece uma cadeira no Senado. E' Limpo de Abreu o politico do Imperio que mais vezes foi ministro, nada menos de treze. Em 1835, da Justiça, e do Imperio, na regencia Feijó; em 1836, da Justiça, do Imperio e interinamente dos Estrangeiros; em 1840, da Justiça, no ministerio da Maioridade; em 1845, dos Estrangeiros e interinamente da Justiça; em 1848, da Fazenda e dos Estrangeiros; em 1853, dos Estrangeiros e interinamente da Fazenda; em 1859 da Marinha, gabinete de 12 de dezembro, exercendo, então, a presidencia do Conselho. Outros logares de relevo occupou, ainda, Limpo de Abreu, desembargador ordinario da Relação da Bahia e depois da Relação do Rio, presidente da provincia de Minas em 1833, ministro do Supremo Tribunal de Justiça, a partir de 1846, membro do Conselho de Estado, desde 1848, presidente do Senado, por espaço de treze annos, de 1861 a 1873, notando-se que, em 1854, em attenção aos seus inestimaveis serviços prestados ao paiz, o imperador o agraciara com o titulo de visconde de Abaeté, com grandeza,

Como se vê, uma das carreiras mais brilhantes que póde ter um politico e um estadista. Atravessou os mais elevados cargos publicos do Imperio e, pode-se dizer que a todos os desempenhou, sempre, com talento e alta comprehensão dos seus deveres. "Nos dias de sua mocidade, diz Timon nos "Estadistas e parlamentares", foi um orador que sentiu nos impetos do improviso, o fogo da eloquencia abrazar-lhe a alma". "Tudo na sua pessoa concorria para dar-lhe incontestavel preeminencia na tribuna, estatura, porte, voz, gesto cheio de movimento e vida, elle tinha lances de acção, dramatizando o discurso". "Não foi um orador mediocre, que avultou á sombra da protecção dos partidos, foi um lutador infatigavel que se nobilitou pela superioridade do proprio merito". Tomou parte em campanhas memoraveis, teve dias de gloria, dias de fulgor, fallecendo em 1883, aos 85 annos de edade.

XV

Visconde de Jaguary

Nasceu José Ildefonso de Souza Ramos, visconde de Jaguary, a 28 de setembro de 1812, em Minas Geraes, formando-se em direito em 1834, pela Academia de São Paulo. Encetou a sua vida publica sob os auspicios do marquez de Paraná, que em 1843, sendo ministro da Justiça do gabinete de 20 de janeiro, conseguiu a sua nomeação para presidente do Piauhy. Na legislatura 1845-1847 veiu deputado por essa provincia, e em 48, não sendo reeleito, foi nomeado presidente de Minas, de onde sae, em 1850, para substituir o marquez de Paraná na presidencia de Pernambuco, funcções que desempenhou

até junho de 1851, num periodo de grandes difficuldades politicas, oriundas, ainda, da revolução de 1848. Em 1850 volta Souza Ramos ao Parlamento, deputado pela provincia do Rio de Janeiro, e em 1851, após a sua vinda de Pernambuco, é escolhido pelos seus collegas para a presidencia da Camara. Figura, em 1852, como ministro da Justiça no gabinete de 11 de maio, presidido pelo visconde de Itaborahy. Reeleito deputado na legislatura de 53-56, não chega a iniciar o mandato, pois, nesse mesmo anno, Minas Geraes o elege para o Senado.

Respeitado e admirado, Souza Ramos continúa a exercer brilhantemente outras elevadas funcções publicas, ministro do Imperio em 1861, no gabinete de 2 de março, presidido por Caxias; ministro da Justiça, em 1870, na organização de 29 de setembro, chefiada pelo marquez de São Vicente; conselheiro de Estado, a partir de 1870; presidente do Senado, por espaço de oito annos, de 1874 até 1881.

Grande do Imperio, grã-cruz da Ordem de Christo e da Ordem da Rosa, provedor da Santa Casa de Misericordia, socio do Instituto Historico, falleceu Souza Ramos em 23 de julho de 1883, titulado visconde de Ja-

guary, desde 1872, depois de ter sido, a partir de 1867, barão das Tres Barras. Era um espirito esclarecido e sagaz, honesto e grandemente trabalhador.

XVI

Barão de Cotegipe

O barão de Cotegipe foi um dos politicos de mais brilhante e de mais efficiente actuação na época em que viveu. Entre os estadistas do Imperio o seu nome está collocado junto dos maiores pelo talento, pelo prestigio, pela autoridade. Traçando o perfil de Cotegipe, alludiu Joaquim Nabuco "á sua capacidade politica", "verdadeiramente prematura e desde o começo notavel, razão pela qual muito joven tinha autoridade e prestigio de chefe". Não era Cotegipe um homem de cultura, ou como se disse, "não devia nada aos livros". Não obstante, é ainda Nabuco quem o julga "nenhum tinha a sua vivacida-

de, a sua adivinhação, a sua graça, a sua facilidade e comprehensão das coisas".

Filho do capitão-mór João Mauricio Wanderley e de dona Francisca Antonia Wanderley, nasceu na Bahia a 23 de outubro de 1815. Formou-se em direito em 1837, pela Faculdade de Olinda, e tornando á sua terra foi juiz de direito em Santo Amaro, depois chefe de policia, em seguida deputado provincial. De 1843 a 1856, quer dizer durante 13 annos, exerce o mandato de deputado geral, que elle só deixa para tomar assento, como senador, na camara vitalicia. Em 1852 acceitara o cargo de presidente de sua provincia, desempenhando-o até setembro de 1854, mas do qual só o exoneraram em 1855. Neste anno é chamado ao governo, no Ministerio da Conciliação, para substituir ao visconde do Rio Branco na pasta da Marinha, de onde passa, em 1856, para a da Fazenda. Data desta época o longo exilio de dez annos a que o proprio Cotegipe a seguir, se condemnou, recolhendo-se á Bahia, afastado da politica, e afastado dos acontecimentos, para só tornar ao scenario em 1866. Faz a sua **reentrée**, combatendo vivamente, no Senado, o gabinete de 3 de agosto, presidido por Zacarias de Góes e Vasconcellos, seu conterraneo e seu rival. Em 1868 sóbe ao poder, como

ministro da Marinha, na organização de 16 de julho, chefiada pelo visconde de Itaborahy, á qual serve, ainda, interinamente, como ministro dos Estrangeiros. No gabinete seguinte, o gabinete São Vicente, continúa Cotegipe (barão desde 1869) com uma ascendencia notavel, sendo, então, mandado ao Rio da Prata, na difficil e espinhosa missão diplomatica de firmar a paz com a Republica do Paraguay, em separado da Argentina.

Ministro dos Estrangeiros e interinamente da Fazenda em 1875, no gabinete Caxias, de 25 de junho, preside o Senado de 1882 a 1885, deixando o posto para organizar o gabinete de 20 de agosto, com a pasta dos Estrangeiros e interinamente a do Imperio. E' o ante-penultimo ministerio da monarchia, que se vê a braços com uma terrivel campanha parlamentar, motivada pelo projecto que se converteu na lei de 28 de setembro de 1885, regulando a extincção gradual do elemento servil, ministerio, ainda, com o qual começam as questões militares, que viriam a dar com a quéda do throno.

Deixou Cotegipe o governo em março de 1888, após um incidente, que se tornou famoso, entre elle a princeza Isabel, então na regencia. Falleceu Cotegipe pouco depois, a

13 de fevereiro de 1889, considerado não só um dos mais importantes chefes do Partido Conservador, como um dos maiores estadistas do Imperio no seu tempo.

XVII

Conde de Baependy

A 22 de maio de 1812, no Rio de Janeiro, filho dos marquezes de Baependy, nasceu Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama que viria, a ser, mais tarde, visconde com grandeza e conde do mesmo titulo que o seu genitor. Fez carreira na politica, deputado provincial na sua terra natal, deputado geral durante 17 annos; de 1850 a 1852, de 1853 a 1856, de 1857 a 1860, de 1861 a 1864, de 1869 a 1872; presidente da Camara, por varias vezes na legislatura de 1853 a 1856, depois em 1857 até 1860, ainda em 1870, finalmente em 1871, presidente de Pernambuco de 1868 a 1869; senador em 1872, presidente do Senado de 1885 a 1886.

Era fazendeiro e proprietario com grande prestigio na sua provincia e muito estimado nos circulos politicos e parlamentares, onde se fez apreciar pelas suas excellentes qualidades pessoaes, homem probo, esclarecido, ponderado e conciliador. Em meio ás grandes lutas partidarias que teve de enfrentar como presidente da Camara e presidente do Senado, foi como que um terreno neutro. Não se enthusiasmou por partidos, que o seu temperamento, pouco inclinado ás exaltações politicas, não o permittiria, mesmo. Terá sido na politica mais um diletante que um apaixonado, mais um espectador displicente que um personagem da comedia que se representava.

Casou-se em 1825 com sua prima d. Rosa Monica Nogueira Valle da Gama, que como a velha marqueza de Baependy, era dama honoraria da imperatriz. Gentilhomem da Camara Imperial, fidalgo cavalheiro, grande do Imperio, commendador da Ordem de Christo, grande dignitario da Ordem da Rosa, (informações do barão de Vasconcellos) falleceu o conde de Baependy a 12 de maio de 1887, na avançada edade de 75 annos.

XVIII

Visconde de Sinimbú

João Lins Vieira de Cansanção Sinimbú, natural da provincia de Alagoas, nasceu a 20 de novembro de 1810. Formou-se em direito pela Faculdade de Olinda em 1835, recebendo, ainda, a laurea de doutor da Universidade de Tena. Ingressou no Parlamento em 1842, como deputado, reeleito, na legislatura seguinte 1843-1844, e depois de 1853 a 1856. Presidiu em 1840 a provincia de Alagoas, em 1841 a de Sergipe, em 1856 a da Bahia. Foi eleito senador em 1857 e logo em 1859 convidado para ministro dos Estrangeiros, no gabinete Ferraz. Tornou ao governo em 1862, ministro da Agricultura e interinamente da Justiça, com o marquez de Olinda na presi-

dencia do Conselho, e em 1878 organiza o gabinete de 5 de janeiro, ficando com a pasta da Agricultura, tendo exercido, interinamente, a dos Estrangeiros e a da Fazenda. Diz o conde de Affonso Celso que esse ministerio foi um dos mais impopulares do 2.º reinado. Viu-se a braços com difficuldades de toda a sorte, a perturbação da ordem, a divergencia dos amigos, o combate dos adversarios. Deixou Sinimbú o governo em 1880, depois, como nota Timon, de ter bebido "o calice transbordante de amargura".

Em 1882 entra Sinimbú para o Conselho de Estado e de 87 a 88 preside o Senado, sendo que neste ultimo anno, o imperador o agracia com o titulo de visconde. Assiste á quéda do Imperio e ao advento da Republica, só vindo a fallecer em 1908, com 98 annos de edade. Traçando o seu perfil politico, escreve Joaquim Nabuco que Sinimbú "não era um homem de estudos, nem de gabinete, era um espirito pratico que sabia dos negocios publicos o essencial para occupar qualquer posição".

XIX

Visconde de Serro Frio

Na cidade do Serro, em Minas Geraes, nasceu Antonio Candido da Cruz Machado a 11 de março de 1820. Tendo sido, no inicio de sua carreira publica, advogado na provincia natal, entrou na politica em 1850, vindo logo como deputado geral. Reeleito em 1853, em 1857, em 1867, em 1869, em 1872, passa, em 1874, para o Senado, cujas sessões preside no anno de 1888.

Por tres vezes exerceu Cruz Machado as funcções de presidente de provincia, em 1854 de Goyaz, em 1855 do Maranhão, em 1873 da Bahia. Deixou impressos varios discursos que, em occasiões diversas, proferiu no Parlamento, entre os quaes um que tem por epigraphe:

"em resposta ás accusações feitas a s. ex. e ao povo bahiano". Escreveu, ainda, Cruz Machado uma **Memoria relativa ao projecto de uma nova divisão administrativa do Imperio do Brasil.** Queria maior numero de provincias do que as que existiam, entendendo que isso conviria mais ao interesse economico e financeiro do paiz. Defendendo a creação da provincia de São Francisco pronunciou orações na Camara que deram, publicadas, dois volumes.

Era Cruz Machado commendador da Ordem da Rosa e em 1888 foi agraciado com o titulo de visconde de Serro Frio.

XX

. Paulino de Souza

E' uma das figuras mais insinuantes da segunda geração de estadistas do segundo reinado. Filho do visconde de Uruguay, cuja actuação na vida politica do Imperio é vastamente conhecida, nasceu Paulino José Soares de Souza aos 21 de abril de 1834, em Itaborahy, na provincia do Rio. Formado em direito pela Academia de São Paulo, redactor, quando estudante, do orgão academico **A Reacção**, desde cedo começou a interessar-se pela marcha dos negocios publicos do paiz. Foi, primeiramente, deputado provincial e depois deputado geral, durante mais de vinte annos. Entrou para o Conselho de Estado em 1876, presidiu a Camara em 1877 e em 1884 era escolhido para o Senado. Ministro do

Imperio em 1868, no gabinete de 16 de julho, organizado pelo visconde de Itaborahy, deu um grande relevo aos negocios de sua pasta, mostrando que elle não era, apenas, o parlamentar intelligente e illustrado que, na Camara, se vinha revelando, mas, tambem, o homem de Estado, esclarecido e seguro de sua acção, senhor dos grandes problemas nacionaes, e possuindo, a respeito de cada qual, a noção do que se tornava necessario para resolvel-o.

Tinha sido eleito, em 1889, presidente do Senado, onde se fizera impôr pela linha de uma incorruptivel austeridade, que elle sempre mantivera, e exercia aquella elevada funcção quando sobreveiu o desmoronamento das instituições monarchicas. Caiu então, de pé, sobranceiramente sem uma attitude de resistencia que rarissimos tiveram, mas com a consciencia limpa de quem cumpriu, até o fim, o seu dever. Ainda a 16 de novembro, já proclamada a Republica, comparecia Paulino ao Senado e, pela ultima vez, se sentava na cadeira presidencial... Era cavalheiro da ordem turca de Medjidié, foi provedor da Santa Casa da Misericordia e director, varios annos, da Companhia Torrens. Assim, depois da quéda do Imperio, exerceu a sua actividade e ganhou a sua vida.

JUIZOS E OPINIÕES SOBRE OBRAS DO AUTOR

"Entre os jovens recem-formados pela Faculdade de Direito de nossa Universidade nenhum supera em engenho, applicação, auspiciosas probabilidades de exito na vida social, a Heitor Moniz.

O que sobretudo o distingue alem da vivacidade, a grandeza, e lucidez do espirito, além da dedicação ao estudo, da affabilidade do trato, da correcção das attitudes, de varios outros peregrinos predicados, é a seriedade dos estudos preferidos, o zelo, o escrupulo, a probidade de suas pesquisas, a segurança das conclusões tiradas de cuidadosas premissas". (AFFONSO CELSO).

—o—

"... seu livro é intelligente, claro, harmonico, e se lhe faltassem outros motivos, que lhe não estão ausentes, de seducção e brilho, um só bastaria a tornal-o grato aos que pensam nobre e sizudamente no Brasil: o fastio que elle traduz de quanto se respira no ambien-

te confinado da politicalha inaugurada com o regularismo de barrete phrygio". (DINIZ JUNIOR).

—o—

"O seu Segundo Reinado é um repositario da biographia dos varões illustres do Brasil feito com esmero, e circumstancia mais notavel, com amor pelas coisas do passado. O autor exprime-se com vigor e enthusiasmo, não deixando que os retratos ali expostos morram na placidez dos marmores das estatuas, mas ao contrario fazendo-os viver aos olhos do leitor". (ANTONIO LEÃO VELLOSO).

—o—

"E' uma interessante collecção de perfis, onde se encontra de cada um dos velhos estadistas da monarchia acto que melhor caracterisa a sua personalidade e pelo qual influiu na vida publica do paiz e na politica do Imperio.

Quem sabe se a sua penna, que por ser de moço, é julgada inexperiente, não está servindo á melhor experiencia, supprindo com o pão migado de seus livros a fome de tantos brasileiros cultos necessitados de saber historia patria"? (XAVIER MARQUES).

—o—

"Heitor Moniz que, em plena mocidade, em logar de ser futil como os de sua geração, destruindo as tradicções da arte e da Vida, pelo futurismo e suas variantes escholasticas, recompoz pela psychologia rapida dos seus pró-homens, o 2.º Reinado". (ALMACHIO DINIZ).

—o—

"A vida dos nossos grandes homens de outr'ora, contada pela maneira singela, despretenciosa por que o faz o insinuante escriptor, precisa ser conhecida para que se saiba que, se o scenario politico dos dias presentes não tem figuras notaveis, mais homens norteados por odios e ambições, houve no regime passado varias dezenas de brasileiros que se distinguiram pelo seu valor, pelo seu caracter, pela rectidão da sua conducta e, sobretudo, pelo acrisolado amor que tinham á terra que lhes serviu de berço". (LAFAYETTE SILVA).

—o—

"Vasado em linguagem despretenciosa mas tersa, evocando dias em que a nacionalidade se ennobreceu em fastos que se recordam com ufania, retraçando perfis de personalidades que se impuzeram ao apreço de seus contemporaneos e á critica dos posteros, o livro do sr. Heitor Moniz está sendo recebido com sympathia e está fadado a ser leitura agradavel para quantos se interessam pelas nossas coisas, pela nossa terra e pela nossa gente". (O JORNAL).

—o—

"Qualquer que seja o episodio ou o facto da vida nacional que elle estude e documente, ha sempre nas paginas do joven escriptor, um relevo digno de apreço e admiração. Disso acaba elle de nos dar mais uma prova com o seu **O Brasil de Hontem**, livro por todos os titulos dignos de figurar ao lado do seu **O Segundo Reinado**". (CORREIO DA MANHÃ).

—o—

"O 2.º Reinado, como depoimento e como expressão de critica, é uma bella obra que se precisa ler. Nas suas

paginas ha muito que confrontar, muito que deduzir. Heitor Moniz, com uma feliz habilidade, escreveu um livro precioso, dentro do qual se poderá evocar esse passado da monarchia que ha 38 annos cobre a Republica como uma sombra projectada sobre os seus destinos cada vez mais incertos e precarios em virtude de tantos máos costumes que a têm desacreditado". (CORREIO DA MANHÃ).

—o—

"Após um esforço sinthetico, scintillante, do scenario e da constituição do 2.º reinado, com o seu fundo de segurança e de probidade, reflexo da indole do imperador reinante, Heitor Moniz desdobra a maravilhosa galeria dos estadistas que nesse amplo scenario actuavam e influiam definindo e consolidando as tendências politicas da nacionalidade".

Heitor Moniz com o "2.º Reinado" presta á historia politica do paiz inestimavel serviço da concatenação e de esclarecimento. E, com elle. dada a primorosa forma literaria de que reveste a sua bella série de esforços, enriquece o nosso patrimonio de bellas letras". (A NOITE).

—o—

"O dr. Heitor Moniz é um dos que dignamente representam a geração moça e lucida, lastreada de brilhante cultura e capaz de elevados surtos de pensamento.

Sua actividade intellectual se desdobra e toma vulto, graças ás qualidades que aqui destacamos como uma rara affirmação de valor em meio da mediocridade balofa e pretenciosa, que se vale de processos artificiosos para a conquista de postos de evidencia.

O joven publicista bahiano tem merito real e indis-

cutivel. E o seu livro vem comprovar o que asseveramos sinceramente. (A RUA).

—o—

"Heitor Moniz acaba de publicar mais um livro interessante, e destinado ao exito que os dois anteriores do mesmo autor obtiveram. Esse joven e erudito escriptor, que ainda não tem 30 annos de edade e já anda dividindo a sua mocidade radiante com os archivos e os museus empoeirados, abastecendo-se de documentos e de informações, é uma dessas intelligencias que estão sempre a desafiar o debate da critica.

"O livro de Heitor Moniz é de uma sensibilidade encantadora". (M. PAULO FILHO).

—o—

"Constitue leitura interessantissima o livro do sr. Heitor Moniz. Escripto em linguagem despretenciosa, mas perfeita, num estylo singelo, claro, correntio, deixa impressão, sendo no genero uma obra destinada a ficar. Não será dessas que chegam e passam. E' um trabalho de real merito". (DIARIO CARIOCA).

INDICE GERAL

UMA AVENTURA DE GONÇALVES LÊDO . . . 7

A MARQUEZA DE SANTOS E A POLITICA . . . 13

A PRINCEZA D. AMELIA 21

D. PEDRO II E A IRREVERENCIA DE UM POETA. 29

O PERFIL POLITICO DO VISCONDE DE URUGUAY 39

PEREIRA DA SILVA ELEGANTE E MUNDANO . 47

A LEI DO VENTRE LIVRE 55

O PERFIL POLITICO E MILITAR DE PELOTAS . 63

O ESPIRITO DE FERREIRA VIANNA 75

D. PEDRO II E A ABOLIÇÃO 85

COMO CAHIU A MONARCHIA... 93

ATRAVÉS DA ANECDOTA 103

O ESPIRITO CONSTITUCIONAL DO NOSSO POVO 123

FERNANDES DA CUNHA 131

A REVOLUÇÃO LIBERAL MINEIRA DE 1842 . . 137

O SENADO DO IMPERIO E OS SEUS PRESIDENTES 145

I — Marquez de Santo Amaro 163
II — Bispo D. José Caetano da Silva Coutinho 167
III — Bento Barroso Pereira 171
IV — Marquez de Inhambupe 175
V — Marquez de Baependy 181
VI — Diogo Antonio Feijó 185
VII — Marquez de Paranaguá 191
VIII — Marquez de Valença 195
IX — Marquez de Monte Alegre 199
X — Marquez de Lages 203
XI — Barão de Monte Santo 207
XII — Marquez de Sapucahy 209
XIII — Barão de Pirapama 213
XIV — Visconde de Abaeté 215
XV — Visconde de Jaguary 219
XVI — Barão de Cotegipe 223
XVII — Conde de Baependy 227
XVIII — Visconde de Sinimbú 229
XIX — Visconde de Serro Frio 231
XX — Paulino de Souza 233

JUIZOS E OPINIÕES SOBRE OBRAS DO AUTOR. 235

UNIVERSITY OF N.C. AT CHAPEL HILL
00032419767